

PRÊMIO ODM: O QUE SE EXTRAÍ DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA?¹

Coordenação Geral da Pesquisa e Elaboração do Relatório
Anna Maria T. Medeiros Peliano

Equipe da Pesquisa
Luis Fernando de Lara Resende
Marco Antonio de Sousa

Pesquisadores de Campo²
Ana Paula Moreira da Silva
Anna Maria T. Medeiros Peliano
Herton Ellery Araujo
Luis Fernando de Lara Resende
Paulo Roberto Corbucci

¹ Agradecimentos à José Valente Chaves pelo apoio à realização da pesquisa, à Alda Pimentel de Matos Guerreiro Chaves, Ana Bete Marques Ferreira e Maria de Fátima da Costa, pela contribuição na etapa de levantamento dos dados on-line junto às organizações da sociedade civil; e a Laurêncio João Korbes e Miriam Salete S. Barreto, da Secretaria Geral da Presidência da República, pela participação nas diversas etapas da pesquisa, leitura e sugestões. Brasília, DISOC/Ipea, 2016.

² A equipe de pesquisadores de campo foi composta por Técnicos de Planejamento e Pesquisa da DISOC/Ipea

SUMÁRIO

Apresentação

PARTE I: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DO PRÊMIO ODM BRASIL

1. Como ocorreu o processo de seleção das práticas premiadas?

2. Como evoluíram as inscrições?

3. Qual o perfil das práticas finalistas?

4. Qual o perfil das práticas premiadas?

PARTE II: OS REFLEXOS DO PRÊMIO ODM NAS PRÁTICAS PREMIADAS

5. O que foi analisado e como foi feita esta pesquisa?

6. Qual a visão das organizações sociais sobre o Prêmio ODM?

7. O que ocorreu com as práticas premiadas?

8. O quais se extrai dessa pesquisa para futuras premiações?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS

Apresentação

O Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Brasil, foi fruto de uma parceria entre a Secretaria Geral da Presidência da República, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade ("Nós Podemos")³. Ele se inseriu na estratégia dessas instituições de mobilizar a participação da sociedade e dos governos municipais, para o alcance dos objetivos de desenvolvimento estabelecidos pelo PNUD no início da década de 2000⁴. Para tanto, foram realizados mais de 400 seminários, abrangendo os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, e promovidas cinco edições do Prêmio - 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013. O objetivo dessa iniciativa foi reconhecer e incentivar práticas sociais e ambientais desenvolvidas por prefeituras, universidades e organizações não governamentais, que contribuem para o cumprimento das metas previstas nos 8 ODM, a saber⁵:

1. Acabar com a Fome e a Miséria
2. Educação Básica de Qualidade para todos
3. Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher
4. Reduzir a Mortalidade Infantil
5. Melhorar a Saúde das Gestantes
6. Combater a Aids, a Malária e outras doenças
7. Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente
8. Todo Mundo trabalhando pelo Desenvolvimento

³ Ao longo de suas diversas edições, o Prêmio contou ainda com a colaboração do Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Furnas, Petrobras e Sebrae.

⁴ Os Objetivos de desenvolvimento do Milênio foram desenvolvidos com base nas diretrizes emanadas da Cúpula Do Milênio realizada em 2000.

⁵ Fonte: www.objetivosdomilenio.org.br

Nas cinco edições do Prêmio ODM Brasil, foram inscritas 6.187 práticas das quais 117 foram premiadas e divulgadas como referência nas áreas do combate à pobreza e à fome, da educação, da saúde, da promoção de igualdade entre os sexos e valorização da mulher, da moradia e meio ambiente, e das parcerias em prol do desenvolvimento dos territórios.

As declarações do PNUD, da Secretaria Geral da Presidência da República e do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, registradas em diferentes publicações sobre o Prêmio ODM, ilustram a importância atribuída por essas organizações a essa experiência brasileira, que foi pioneira no mundo:

"Com o poder de tornar concreto o desenvolvimento humano local, essas iniciativas premiadas têm impacto importante no processo de alcance dos ODM: ao serem reconhecidas nacionalmente, ganham possibilidade de serem replicadas, imitadas ou adaptadas à realidade de cada comunidade." (PNUD)⁶

"Este novo papel desempenhado pelo Brasil é fruto de uma grande obra coletiva. O Governo Federal tem sido plenamente responsável pela parte que lhe cabe, mas os resultados positivos são fruto da contribuição de um número inestimável de participantes, como variadas instituições da sociedade civil, entes federativos, líderes comunitários, cooperativas e milhares de cidadãos e cidadãs que têm se engajado nessa campanha.

O Prêmio ODM Brasil reconhece e homenageia a criatividade e a capacidade empreendedora destes agentes transformadores. Mais do que isso: dá visibilidade a experiências de sucesso, para que elas sirvam de inspiração a muitas outras ações que ainda serão criadas. E que continuarão contribuindo para o objetivo maior de transformar o Brasil para o bem de todos os brasileiros e brasileiras. O Prêmio ODM é destinado a quem trabalha para um Brasil melhor". (SG/PR)⁷

⁶ In: "Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil" (5ª edição). Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, 2014.

⁷ In: http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/imagens-publicacoes/Revista_ODM_3.pdf

"O Prêmio ODM Brasil é uma iniciativa pioneira no mundo com a finalidade de incentivar ações, programas e projetos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os eventos realizados do Prêmio em todas as suas etapas foram e são fundamentais para a valorização das pessoas e organizações que transformam o país. Mas o Prêmio ODM serviu e serve também para refletir, repensar o mundo que queremos e estamos construindo". (Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade)⁸

O Ipea, em conjunto com a Enap, participou de todo o processo dessa premiação e respondeu pela coordenação do Comitê Técnico de Seleção, que teve como função primordial apoiar as atividades da Coordenação-Geral e selecionar e analisar as práticas finalistas, que foram submetidas ao júri de especialistas para escolha final dos premiados. Para registrar tal experiência, a instituição realizou o trabalho apresentado nesse Relatório cuja realização contou com o importante apoio e participação da Secretaria Geral da Presidência da República.

Na primeira parte do documento, é feita uma descrição do processo de seleção das práticas inscritas (seção 1), seguida de uma apresentação sobre os principais resultados das cinco edições do Prêmio. Assim, as informações da seção 2 fornecem um panorama das práticas inscritas, por ano de premiação, por ODM, por região do país e por estado. Os dados são desagregados por prefeituras e por organizações, o que permite avaliar as diferenças no engajamento dos governos municipais e das organizações da sociedade. Um exercício semelhante repete-se nas seções três e quatro, que tratam das práticas selecionadas como finalistas e como premiadas.

A segunda parte do Relatório é dedicada à apresentação dos resultados da pesquisa realizada, no período 2015/2016, junto às organizações da sociedade civil que foram premiadas em 2005, 2007, 2009 e 2011. Após a descrição sobre como foi feita a pesquisa (seção cinco), os resultados obtidos são apresentados nas seções seis e sete. Nessas seções estão

⁸ In: <http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/revista-da-5o-edicao>

reunidas as informações relativas à visão das organizações sobre o Prêmio ODM e os reflexos da premiação na continuidade das práticas, na ampliação do atendimento, na reprodução da experiência por outras organizações, públicas ou privadas, no reconhecimento público e na realização de novas parcerias, dentre outros aspectos.

Com as informações ora divulgadas no Relatório – Prêmio ODM: O Que se Extrai da Experiência Brasileira – o Ipea busca fornecer subsídios importantes para a reflexão sobre premiações futuras que objetivem mobilizar diferentes setores do País em torno de causas sociais e ambientais.

PARTE I

UM RELATO DA EXPRIÊNCIA DO PRÊMIO ODM BRASIL

1. COMO OCORREU O PROCESSO DE SELEÇÃO DAS PRÁTICAS PREMIADAS?

O processo de seleção de práticas, foi aprimorado no decorrer de suas cinco edições (2005, 2007, 2009, 2011 e 2013). Neste processo, merece destaque o trabalho coordenado em 2007 pela Secretaria Geral da Presidência da República, que resultou no "Plano de Ação para a Implementação do Prêmio ODM Brasil", que apresentou um conjunto de recomendações para o aprimoramento do regulamento e dos mecanismos operacionais. Participaram dessa iniciativa: a Assessoria Especial da Secretaria Geral da Presidência da República, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o Ministério das Cidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Educação, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Saúde, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o PNUD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

É importante destacar que em todas as edições desse Prêmio, a coordenação técnica foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Coube às duas instituições a responsabilidade pelo processo de recebimento das inscrições, a criação e manutenção do banco de práticas, a seleção e visita técnica às práticas finalistas, a assessoria à Secretaria-Executiva da Coordenação-Geral e à Comissão de Premiação, bem como o fornecimento de subsídios para o

Júri do Prêmio, composto por profissionais de destaques em seus campos de atuação⁹.

Nas cinco edições do Prêmio as prefeituras inscreveram 2.556 práticas e as organizações 3.513.¹⁰ Como finalistas foram destacadas 252 práticas. Destas 107 foram premiadas e divulgadas como referência nas áreas do combate à pobreza e à fome, da educação, da saúde, da promoção de igualdade entre os sexos e valorização da mulher, da moradia e meio ambiente, e das parcerias em prol do desenvolvimento dos territórios.

1.1 Antes de serem premiadas, as práticas inscritas passaram por diversas etapas de avaliação.

Foram estabelecidos como critérios para seleção das melhores práticas inscritas no Prêmio ODM Brasil: contribuição para o alcance dos ODM; impacto no público atendido; participação da comunidade; existência de parcerias; potencial de replicabilidade; complementaridade e/ou articulação com ações do poder público, da sociedade civil ou do setor produtivo.

Para a seleção e identificação das práticas que cumpriam esses requisitos e que se qualificavam para serem premiadas, foram realizadas sucessivas

⁹. Ver, nos Anexos I e II, o Decreto de criação do Prêmio de 15 de Dezembro de 2005 e o Regimento Interno da última edição do Prêmio, aprovado pela Portaria nº 27, de 9 de maio de 2013 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 10/5/2013.

¹⁰ O Prêmio ODM foi concedido em duas categorias: prefeituras e organizações. Nessa segunda categoria estão inseridas as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais, as empresas privadas e as universidades federais e estaduais. No entanto, em 2005, além das práticas inscritas pelas próprias organizações e prefeituras, foi estabelecida uma terceira categoria, "Destaques", que visava reconhecer publicamente esforços individuais ou coletivos em favor dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Nessa categoria os candidatos – pessoas, grupos ou entidades com uma atuação pública reconhecida no Brasil – eram indicados por entidades, associações, redes ou movimentos, desde que não vinculados à administração direta federal, estadual ou municipal. Essa categoria contou com 118 inscrições das quais 10 foram premiadas. Por suas características de participação tão peculiares, elas não estão consideradas no grupo de inscritos analisados nesse documento. Informações sobre os Destaques inscritos e premiados são apresentadas no Anexo III.

etapas de triagem das inscrições. A cada etapa os critérios ficavam mais rigorosos, no intuito de garantir que as melhores práticas fossem selecionadas. Assim, numa etapa preliminar eram eliminadas aquelas que não atendiam aos requisitos mínimos previstos no regulamento, tais como prazo de doze meses de funcionamento ou estreita relação com o ODM.

As que ultrapassavam essa etapa preliminar passavam por uma segunda triagem, realizada por técnicos do Ipea e da Enap, na qual era observado se elas cumpriam todas as exigências estabelecidas no Regimento do Prêmio, tais como resultados mensuráveis e orçamento definido¹¹. Para a realização dessa análise foram montados grupos de especialistas em cada uma das áreas temáticas dos ODM. Esses Comitês Técnicos de Seleção eram compostos, majoritariamente, por pesquisadores do Ipea, e contaram com a participação, ao longo das cinco edições, de técnicos da Enap e de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Sistema Nações Unidas (PNUD, UNFPA, UNICEF, UNESCO, UNIFEM, UNODC, OPAS/OMS, FAO e OIT).

Nessa etapa, os especialistas analisavam cada uma das práticas e elegiam as que passavam à condição de finalistas, levando em consideração os critérios de seleção previamente estabelecidos¹². Para uma dimensão do vulto do trabalho envolvido nessas atividades, vale mencionar que apenas na última edição, de 2013, participaram 28 técnicos das diversas instituições mencionadas¹³.

¹¹ Ver Regimento Interno do Prêmio, no Anexo II.

¹² Nos Anexos IV, V e VI, encontram-se modelos de fichas utilizadas pelas equipes técnicas para registrar os resultados da análise das práticas inscritas.

¹³ Consta do Anexo VII o número de técnicos envolvidos em cada edição do Prêmio.

1.2 Todas as práticas finalistas foram visitadas por equipes técnicas, sob a coordenação do Ipea e da Enap.

Todas as práticas finalistas receberam a visita de dois técnicos dos quadros do Ipea e, em alguns casos, de profissionais das outras instituições anteriormente citadas. O objetivo das visitas foi o de realizar entrevistas com atores envolvidos no desenvolvimento das práticas, como gestores, parceiros ou beneficiários, e verificar a compatibilidade entre as informações apresentadas na inscrição e a realidade local. Para orientar os técnicos responsáveis pelas visitas, foi estabelecido um roteiro com os diversos aspectos da prática que deveriam ser observados (ver roteiro no Anexo VIII). Com base nas informações colhidas durante as visitas, os técnicos elaboraram relatórios que serviram de importante subsídio para a tomada de decisão do Júri. Vale mencionar que, nessa etapa, a prática poderia ser excluída do grupo das finalistas caso as informações fornecidas não fossem confirmadas¹⁴.

Vale destacar que as visitas *in loco* representaram uma excelente oportunidade para os técnicos avaliarem a importância das práticas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e, ao mesmo tempo, para entrarem em contato com as diferentes realidades do Brasil. Depoimentos prestados por profissionais do Ipea que participaram da última edição do Prêmio ODM (2013) à equipe que conduziu esta pesquisa, ilustram tal afirmação:

“Atuar como avaliador na premiação ODM Brasil foi uma extraordinária, e raríssima, oportunidade de tomar contato com um Brasil muito distante dos escritórios refrigerados das grandes cidades. O Brasil profundo e extremamente verdadeiro, tanto em relação ao território como quanto à luta de sua gente por uma vida melhor. E com a vantagem de ir a locais aonde normalmente não se vai, com gente interessada em mostrar um trabalho. Foi

¹⁴ No decorrer das visitas técnicas ocorreram algumas poucas exclusões (menos que 5% do total nas cinco edições realizadas). O principal motivo de exclusão foi a observação de que a execução efetiva da prática estava aquém do informado no formulário de inscrição.

a experiência mais gratificante da minha estada no Ipea”, **Albino Rodrigues Alvares**.

“Participar da avaliação do ODM me proporcionou conhecer realidades, conversar com diferentes atores, vivenciar problemas e entender trajetórias relacionadas à busca de soluções dos problemas encontrados no cotidiano das experiências visitadas. Considero a experiência transformadora, não somente da realidade local em que as práticas estavam inseridas, como também do meu papel enquanto profissional numa instituição que promove o debate de políticas públicas em um país tão diverso”, **Ana Paula Moreira da Silva**.

“Eu participei de três edições do Prêmio ODM Brasil, realizando visitas técnicas aos projetos selecionados para fase final. Posso dizer que se trataram das experiências mais enriquecedoras que vivenciei no serviço público. Visitar projetos que trabalham realidades tão diferentes do País possibilita ao pesquisador do Ipea ampliar sua sensibilidade para a análise e a proposição de políticas transformadoras, tendo como inspiração as soluções inovadoras encontradas pelo povo brasileiro para enfrentar os mais diversos desafios”, **Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho**.

“As visitas técnicas do Prêmio ODM Brasil, nas três edições em que atuei como avaliador, deram-me a chance de conhecer iniciativas que, sem exceção, contribuíram claramente para o desenvolvimento de comunidades e para a melhoria da vida das pessoas envolvidas. E, para mim, a experiência pessoal das visitas foi preciosa, pois me permitiram uma imersão na diversidade social e cultural do Brasil”, **Cleandro Krause**.

“Participar do comitê de seleção do Prêmio ODM mostrou-se uma experiência enriquecedora, pois tive a oportunidade de entender melhor a política de saúde nas áreas de saúde da mulher, da criança e de doenças transmissíveis, além de criar vínculos com servidores do Ministério da Saúde que trabalham nessas áreas. Adicionalmente, todo o processo contribuiu para o entendimento de facetas da política de saúde que somente seria possível interagindo com servidores do Ministério da Saúde e com as pessoas envolvidas nas iniciativas visitadas. As visitas às iniciativas foram particularmente esclarecedoras quanto ao funcionamento dos serviços na prática e às dificuldades e soluções encontradas para fazer chegar ao público-alvo os serviços de que necessitam”, **Edvaldo Batista de Sá**.

“Ao viajar pelo interior do Brasil e visitar os projetos selecionados, conheci outra realidade. Conversei com pessoas que vivem com recursos extremamente escassos, arriscam a vida para trabalhar em locais de difícil acesso e, mesmo diante de inúmeras adversidades, conseguem vencer desafios e levar adiante projetos de relevante impacto para a comunidade e

para o Brasil. Observei a dedicação, responsabilidade e empenho das equipes, que muitas vezes usam recursos do próprio bolso no desenvolvimento das ações comunitárias. O comprometimento das equipes está acima de interesses pessoais e neutraliza a inércia pela espera de programas governamentais atrelados à burocracia e gestões ineficientes”,
Elizabeth Marins.

“Minha experiência no processo de seleção das iniciativas premiadas pelo Prêmio ODM Brasil foi muito rica para o desenvolvimento do meu trabalho no Ipea. Conhecer as iniciativas, tanto de movimentos sociais quanto de entes estatais, que contribuem para a construção de um país mais justo e com menores problemas sociais é sempre gratificante e renova nossa esperança. No Ipea estamos acostumados a lidar com informações secundárias vindas de registros administrativos e pesquisas domiciliares. Visitar as iniciativas e ver como o processo se desenrola, no local, nos permite ter uma visão mais acurada das informações que manipulamos e aumento nossa capacidade crítica e sensibilidade para avaliar os problemas sociais e as políticas voltadas a resolvê-los”,
Hérton Hellery Araújo.

"Participei da visita e da avaliação de dois projetos. Profissionalmente, o trabalho de visita e avaliação dos projetos tem o potencial de trazer significado para conhecimentos que temos em algumas dimensões. Foram experiências que entendo como relevantes para nós como técnicos e técnicas do Ipea, na medida em que temos por função entender o Brasil e buscar caminhos para políticas públicas que atendam às necessidades da população. Espero que o Ipea apoie e valorize atividades como essas, acredito que o técnico deva conhecer o Brasil para além dos livros, relatórios e notícias da imprensa, atividades presenciais são fundamentais nesse sentido",
Joana Luiza Oliveira Alencar.

*“Pelo interior do Brasil eu vi
Lugares simples e boas gentes
Pessoas batalhadoras e contentes
Felizes e agradecidas sempre
Pela dádiva que é a vida
Embora dura e sofrida*

*Alheias a tudo de ruim que existe
Na banda mais pobre do Brasil
Que infelizmente persiste
E o Brasil ao sul de Brasília
Olha para essa miséria toda
Com suas lentes opacas*

Vi muitas e boas iniciativas

*Gente preocupada com gente
Carente de recursos e persistente
Se doando sem esperar benesses
De pessoas com interesses escusos
Visando apenas à política miúda”, José Valente Chaves.*

“Participar da avaliação de iniciativas de prefeituras me fez conhecer um pouco sobre como funciona a ponta da política pública, como o cidadão percebe e recebe a política voltada para ele. No caso das iniciativas das organizações, foi interessante conhecer como elas atuavam para promover, em última instância, o bem-estar dos beneficiários. Além disso, também foi salutar perceber como eram construídas as parcerias das organizações com empresas e governo, e como essas parcerias funcionavam como uma via de mão dupla. Isto é, como as próprias organizações aprendiam a oferecer melhor o que se propunham e como o parceiro governamental percebia e buscava sanar algum problema social”, Leonardo Alves Rangel.

*“As visitas técnicas do Prêmio ODM permitiram aos especialistas que as realizaram conhecer as mais diversas iniciativas socioambientais, de pequeno, médio e grande porte, que são executadas do Oiapoque ao Chuí. Tratou-se de um treinamento **in loco** ímpar, que permitiu a servidores públicos sediados em Brasília e no Rio de Janeiro conhecer o Brasil real, aquele em que vive a quase totalidade da população brasileira. Seria um ganho imensurável se os processos de capacitação de novos servidores públicos exigisse a realização de visitas similares às que ocorreram no Prêmio ODM”, Luis Fernando de Lara Resende.*

“Fui avaliador de uma das iniciativas. Conheci a sede de uma fundação em Manaus, descobrindo novos desafios e soluções de gestão em minha área de pesquisa. Visitei também comunidades tradicionais do Rio Negro, o que foi fundamental para a avaliação e me ofereceu a oportunidade de conhecer a realidade local com uma profundidade inacessível de dentro das paredes de meu Instituto. Acredito que experiências assim sejam imprescindíveis a qualquer pesquisador de políticas sociais, regionais e ambientais”, Nilo Luiz Saccaro Júnior.

“As visitas realizadas junto às iniciativas selecionadas pelo Prêmio ODM deixaram como principal legado a crença de que os desafios sociais que se colocam à sociedade brasileira podem ser superados. Tais iniciativas evidenciaram a capacidade de mobilização e, principalmente, o compromisso dos atores sociais envolvidos na superação das dificuldades enfrentadas em suas respectivas comunidades. No que se refere à minha agenda de trabalho, tais experiências suscitaram a seguinte questão: como replicar tais iniciativas exitosas no conjunto da sociedade brasileira?”, Paulo Roberto Corbucci.

"Como toda a minha experiência profissional pregressa foi baseada em trabalho de campo e assessoramento técnico a grupos populares, o contato com as várias experiências, de diferentes objetivos e naturezas organizacionais, nas três últimas edições do Prêmio ODM que participei, certamente foi muito proveitosa. Pude constatar que no Brasil há um trabalho muito importante de inúmeras organizações sociais, mesmo com diversos desafios, cujo grau de coesão territorial e a capacidade de estabelecimento de parcerias são fatores que potencializam suas atividades desempenhadas", Sandro Pereira da Silva.

1.3 A escolha das práticas premiadas foi realizada por um júri composto por profissionais de destaque em seus campos de atuação.

Na última etapa, as práticas finalistas foram submetidas a um Júri formado por especialistas ou profissionais identificados com os temas abrangidos pelos ODM, que fizeram a seleção das iniciativas premiadas com base nas informações contidas no formulário de inscrição, no relatório de visita de campo e, quando necessário, no material colhido durante as visitas de campo (i.e. livros e folhetos contendo informações institucionais, bens produzidos pelos participantes dos projetos, material promocional e fotografias)¹⁵. Para facilitar o trabalho dos membros do Júri, foi também encaminhada uma ficha de avaliação na qual eram registradas observações e uma nota com orientações sobre o conteúdo de cada um dos critérios de seleção (ver modelo da ficha de avaliação e nota com os critérios de avaliação nos Anexos IX e X). Nas quatro primeiras edições, ficou estabelecido que seriam premiadas até 20 práticas. Na última edição esse número foi ampliado para 30.

Após cada premiação, a Secretaria-Geral da Presidência, em parceria com o PNUD e com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade,

¹⁵ Para subsidiar a decisão do Júri, os especialistas que visitaram as práticas participavam do primeiro momento da reunião e, quando questionados, forneciam informações complementares.

organizou uma publicação contendo a composição do Júri e uma descrição resumida das práticas premiadas¹⁶.

2. COMO EVOLUÍRAM AS INSCRIÇÕES?

A análise desenvolvida nessa primeira parte do Relatório do Prêmio ODM foi realizada com base nas informações contidas no banco de práticas, desenvolvido e alimentado pelo Ipea e pela Enap, que contem os programas e projetos inscritos, selecionados e premiados nas diversas edições.

O relato ora apresentado significa um esforço importante de sistematização das informações quantitativas reunidas ao longo das cinco edições do Prêmio ODM Brasil. Vale mencionar, no entanto, que as informações disponíveis não comportam uma avaliação qualitativa ou observações em relação ao mérito das práticas. Não permitem, também, identificar os fatores que determinaram a evolução e as mudanças ocorridas na participação das prefeituras e nas organizações da sociedade, a exemplo das estratégias de mobilização e divulgação coordenadas e desenvolvidas pela Secretaria Geral da Presidência da República.

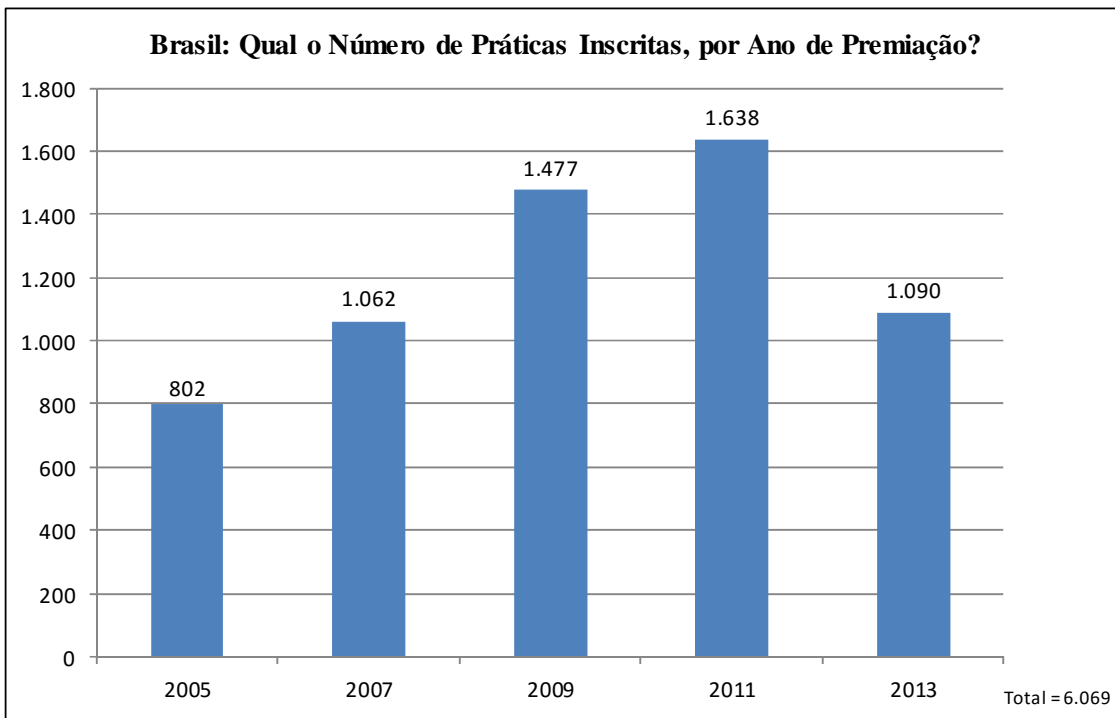
2.1 O número significativo de práticas inscritas no Prêmio ODM reflete o êxito da iniciativa.

Nas cinco edições do Prêmio ODM foram inscritas, pelas prefeituras e organizações, um total de 6.069 práticas¹⁷. O movimento de inscrição foi crescente, com exceção do ano de 2013, no qual se observou uma redução de 33% no número de participantes em relação ao Prêmio de 2011. Ainda assim, na última edição foram inscritas 1.090 práticas (Gráfico 1).

¹⁶ Ver site: <http://www.odmbrasil.gov.br/sobre/edicoes-do-premio>

¹⁷ As práticas inscritas, em 2005, na categoria "Destakes", por suas características de participação tão peculiares, não estão consideradas no grupo de inscritos analisados nesse documento.

Gráfico 1



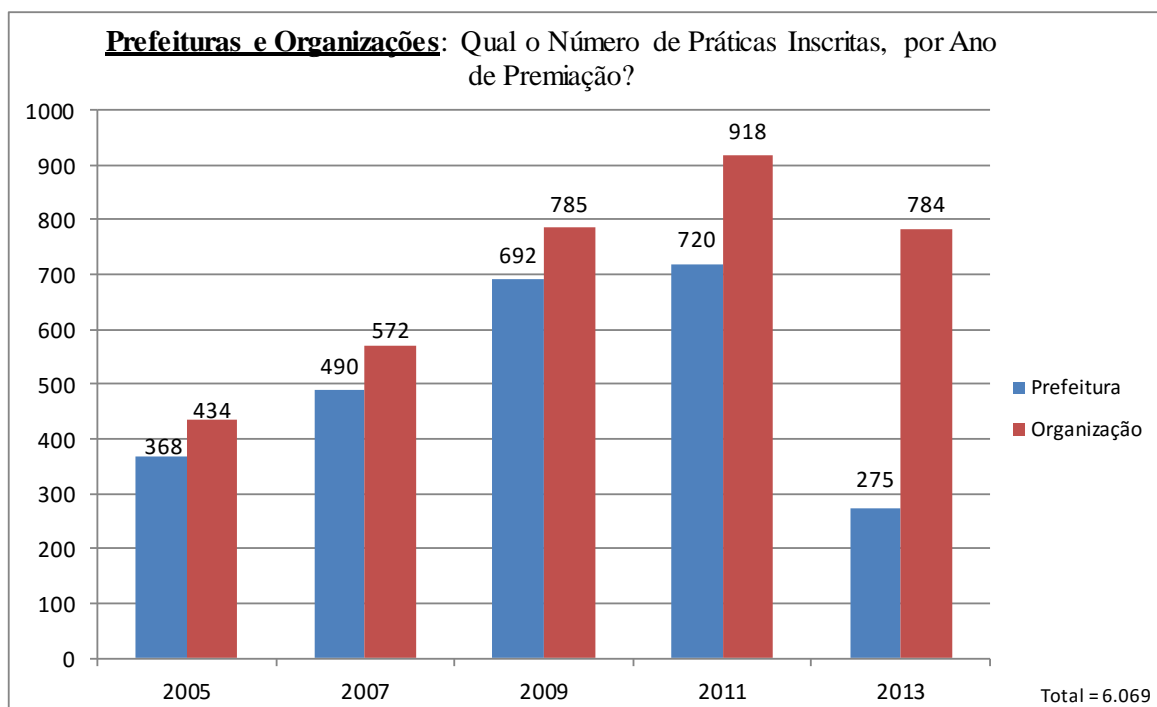
Obs.: Não estão incluídas as 118 práticas inscritas em 2005 na categoria "Destaques".

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

O resultado de 2013 decorreu, sobretudo, da retração das inscrições provenientes das prefeituras. As eleições municipais de 2012 poderiam explicar parcialmente essa redução. Isso porque, em 2013, as práticas sociais e ambientais instituídas pelos novos prefeitos não teriam o tempo de funcionamento requerido pelo Regimento do Prêmio (mínimo de doze meses). No entanto, essa hipótese merece ser analisada com reservas. O mesmo fenômeno ocorreu na 3ª edição do Prêmio, em 2009, e o número de inscrições das prefeituras foi 2,6 vezes superior ao de 2013 (Gráfico 2).

Gráfico 2



Obs.: Não estão incluídas as 118 práticas inscritas em 2005 na categoria "Destacues".

Obs.: Não há informações específicas de 31 inscrições (sendo 20 organizações e 11 de prefeituras) realizadas em 2013.

Prefeitura: 2.545 práticas

Organização: 3.493 práticas

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM.

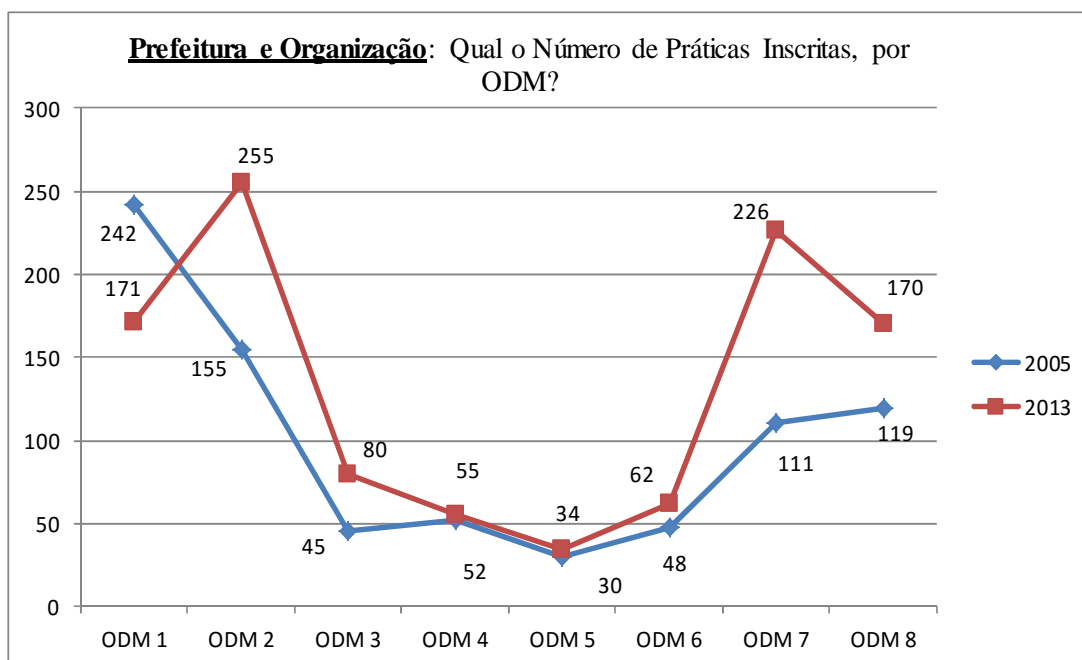
Elaboração: Ipea/DISOC

2.2 Ao longo das diversas edições do Prêmio, as práticas nas áreas de educação e meio ambiente se tornaram mais frequentes do que as de combate à fome e à pobreza.

Comparando as inscrições, por ODM, na primeira e na última edição do Prêmio (2005 e 2013), observa-se uma redução das práticas voltadas para o cumprimento do ODM 1 - que visa a eliminação da fome e da miséria - em contrapartida a uma elevação das práticas voltadas para os objetivos 2 e 7 - que visam a melhoria da educação e do meio ambiente. O Gráfico 3 ilustra a evolução das inscrições, em números absolutos, ao longo das cinco edições do Prêmio¹⁸.

¹⁸ Observação: a análise das inscrições por ODM foi realizada com base na observação do objetivo principal de cada uma das práticas. No entanto, como o enfrentamento dos problemas sociais e ambientais requerem ações multisetoriais, grande parte dos

Gráfico 3



Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Por um lado, a percepção dos avanços obtidos no país em relação à redução da pobreza e da fome e, por outro, a convicção dos desafios que persistem nas áreas de educação e de qualidade de vida (moradia e meio ambiente) podem estar refletidas nos resultados acima mencionados.

Alguns dados apresentados nos Quadros 1, 2 e 3, ilustram avanços obtidos pelo país em relação aos três objetivos mencionados até o exercício de 2013 (último ano da premiação). Nesses quadros estão inseridos também os principais desafios que o Brasil ainda enfrenta em cada uma das áreas¹⁹.

programas e projetos inscritos contribui, simultaneamente, para o alcance de vários ODM.

¹⁹ Os desafios estão registrados no documento sobre a Municipalização dos ODM e a Participação Social, publicado pela Secretaria Geral da Presidência da República por ocasião da 5ª Edição do Prêmio ODM.

Quadro 1

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Brasil (ODM 1)

ODM 1: ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

METAS INTERNACIONAIS:

- . Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia.
- . Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.

METAS BRASILEIRAS:

- . Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia.
- . Erradicar a fome entre 1990 e 2015.

RESULTADOS:

Todos os indicadores utilizados para acompanhar as metas internacionais e nacionais referentes ao ODM 1 mostram uma substancial redução da extrema pobreza e da fome no período que vai entre 1990 e 2013 (último ano com dados disponíveis).

A porcentagem da população vivendo com menos do que 1 US\$ PPC por dia caiu de 25,5% em 1990 para apenas 3,7% em 2013. Caso utilizemos uma linha nacional, como, por exemplo, a porcentagem da população vivendo com menos do que R\$ 70,00 por mês, a redução também é considerável: vai de 13,4% em 1990 para 3,9% em 2013.

Os indicadores sobre desigualdade também apresentam dados interessantes. A porcentagem da renda nacional detida pelos 20% mais pobres subiu de 2,1% em 1990 para 3,3% em 2013, enquanto a porcentagem da renda nacional detida pelos 20% mais ricos caiu de 65,2% em 1990 para 57% em 2013. O principal indicador utilizado para mensurar a desigualdade, o Coeficiente de Gini, confirma os dados acima: em 1990 era de 0,61 e, em 2013, de 0,52 (quanto maior a desigualdade, mais próximo de 1).

Desafio:

- . Erradicar a fome.

Fontes:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento/Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.
- *"Municipalização dos ODM e Participação Social"*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, PNUD e Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, 2013.
- IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em Microdados, Pnad. Elaboração Disoc/Ipea
- Nações Unidas, UNdata, fatores PPC para os ODM (*download no site data.un.org em janeiro de 2014*).

Nota: para manter a compatibilidade com os anos anteriores a 2004, as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazônia, Pará, Rondônia e Roraima não foram consideradas.

Quadro 2

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Brasil (ODM 2)

ODM 2: Universalizar a Educação Primária

META INTERNACIONAL:

. Garantir que, até 2015, as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino.

META BRASILEIRA:

. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de todas as regiões do País, independentemente da cor, raça e do sexo, concluam o ensino fundamental.

RESULTADOS:

No Brasil tem ocorrido um progresso constante não apenas em relação ao cumprimento do ODM 2 como, também, em outros níveis do ensino. A taxa de escolarização líquida no ensino fundamental da população de 7 a 14 anos saltou de 81,2% em 1990 para 97,7% em 2013. Isso significa não apenas que o Brasil alcançou a universalização do acesso ao ensino fundamental, mas, também, que houve uma melhoria substantiva do fluxo, com a maior parte das crianças se encontrando na série e idade certas.

O mesmo fenômeno ocorre com a taxa de escolarização líquida no ensino médio da população entre 15 e 17 anos: saltou de 16,9% em 1990 para 59,5% em 2013. Já a porcentagem da população entre 18 e 29 anos com ensino superior completo foi de 5,4% em 1995 para 14,7% em 2013.

A taxa de alfabetização da população entre 15 e 24 anos subiu de 90,3% em 1990 para 98,8% em 2013. Outro importante indicador da área educacional é a taxa de adequação da idade para a série frequentada por estudantes entre 9 e 17 anos: era de 50,3% em 1990 e alcançou 80,2% em 2013.

DESAFIO:

. Melhorar a qualidade do ensino.

Fontes:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento/Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.
- "*Municipalização dos ODM e Participação Social*". Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, PNUD e Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, 2013.
- IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em Microdados, Pnad. Elaboração Disoc/Ipea.

Nota: para manter a compatibilidade com os anos anteriores a 2004, as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazônia, Pará, Rondônia e Roraima não foram consideradas.

Quadro 3

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Brasil (ODM 7)

ODM 7: QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

METAS:

- . Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e aos programas e reverter a perda de recursos ambientais.
- . Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário.
- . Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamento precários.

RESULTADOS:

Todos os indicadores referentes ao ODM 7 tiveram evolução positiva, apesar de alguns ainda deixarem a desejar, quando comparados com nações de desenvolvimento similar ao do Brasil.

A porcentagem da população com acesso a água de rede geral de distribuição subiu de 70,1% em 1990 para 85% em 2013. Já a porcentagem da população com acesso a escoadouro adequado de esgoto, de 53% em 1990, alcançou 75,5% em 2013.

Ao mesmo tempo em que ocorreu uma redução da população urbana vivendo em moradias inadequadas, de 52,4% em 1995 para 37,9%, em números totais essa população manteve-se estável, devido ao crescimento populacional do Brasil: em 1995 tínhamos 62,8 milhões de pessoas vivendo em moradias inadequadas; em 2013 o número era de 64,6 milhões.

DESAFIOS:

- . Universalizar o acesso à água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo.
- . Reduzir os índices de desmatamento e queimadas.

Fontes:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento/Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.
- "*Municipalização dos ODM e Participação Social*". Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, PNUD e Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, 2013.
- IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em Microdados, Pnad. Elaboração Disoc/Ipea.

Nota: para manter a compatibilidade com os anos anteriores a 2004, as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazônia, Pará, Rondônia e Roraima não foram consideradas.

As práticas voltadas para o ODM 8 (que visa estimular as parcerias para o desenvolvimento) ampliaram-se bastante ao longo das cinco edições do Prêmio, e corresponderam a 18% do total de inscrições no período 2005/2013 (Tabela1). Cabe destacar, no entanto, a diversidade de iniciativas inscritas nesse objetivo, como por exemplo, projetos de acesso à tecnologia de informação e comunicação, de geração de renda, de defesa de direitos, de atendimento a portadores de necessidades especiais, ou reabilitação de jovens e adultos. O que se procurou destacar nessas práticas, além das iniciativas de cooperação técnica internacional e de ajuda humanitária, foi a geração de emprego e renda, o caráter coletivo da atuação, a realização de parcerias entre diversas organizações, governamentais e não governamentais, o apoio ao fortalecimento de organizações da sociedade civil e associações comunitárias, ou o estímulo ao voluntariado. Nesse sentido, o ODM 8 foi “tropicalizado” para o ambiente brasileiro, uma vez que, em sua concepção original, destinava-se às nações mais desenvolvidas e incluía outros objetivos²⁰. Alguns resultados obtidos pelo Brasil nesse objetivo estão apresentados no Quadro 4.

²⁰ Metas originais do ODM 8: 12: Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não-discriminatório; 13: Atender às necessidades dos países menos desenvolvidos, incluindo um regime isento de direitos e não sujeito a cotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados e anulação da dívida bilateral oficial e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza; 14: Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento; 15: Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais, de modo a tornar a sua dívida sustentável; 16: Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo; 17: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento; 18: Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias de informação e de comunicações.

Tabela 1

Prefeitura e Organização: Práticas Inscritas por ODM, Total e Percentual, por Ano de Premiação

Práticas Inscritas por Ano de Premiação												
Ano	2005 ^(*)		2007		2009		2011		2013 ^(**)		Total	Percentual %
	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %		
Total	802	100%	1.062	100%	1.477	100%	1.638	100%	1.090	100%	6.069	100%
ODM 1	242	30,2%	271	25,5%	249	16,9%	273	16,7%	171	15,7%	1.206	19,9%
ODM 2	155	19,3%	202	19,0%	304	20,6%	386	23,6%	255	23,4%	1.302	21,5%
ODM 3	45	5,6%	49	4,6%	97	6,6%	100	6,1%	80	7,3%	371	6,1%
ODM 4	52	6,5%	53	5,0%	78	5,3%	97	5,9%	55	5,0%	335	5,5%
ODM 5	30	3,7%	43	4,0%	64	4,3%	57	3,5%	34	3,1%	228	3,8%
ODM 6	48	6,0%	58	5,5%	84	5,7%	72	4,4%	62	5,7%	324	5,3%
ODM 7	111	13,8%	189	17,8%	315	21,3%	332	20,3%	226	20,7%	1.173	19,3%
ODM 8	119	14,8%	197	18,5%	286	19,4%	321	19,6%	170	15,6%	1.093	18,0%
S/Inf. (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	37	3,4%	37	0,6%

(*) Não estão incluídas as 118 práticas inscritas em 2005 na categoria "Destakes".

(**) Não há informações sobre o ODM específico de 37 inscrições realizadas em 2013.

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Quadro 4

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Brasil (ODM 8)

ODM 8: ESTABELEECER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMETNO

METAS:

- . Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.
- . Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos.
- . Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar sua dívida sustentável a longo prazo.
- . Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis no países em vias de desenvolvimento,
- . Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicações*.

RESULTADOS: O Brasil não está incluído em vários compromissos do ODM 8, mas, mesmo assim, tem procurado apoiar as nações pobres altamente endividadas a reduzir seus débitos. O Governo brasileiro, como credor, tem renegociado muitas dívidas em atraso com países pobres, em particular os africanos. O Brasil também ampliou seu programa de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CTPD, que chegou a possuir mais de 200 projetos em carteira.

Com relação à meta de ampliar o acesso a medicamentos essenciais, são várias as iniciativas brasileiras a destacar o investimento na construção de laboratórios e na aquisição de remédios destinados à distribuição gratuita. Nesse sentido, a distribuição, de forma universal e gratuita, de medicamentos para o tratamento da AIDS, estabelecida a partir da Lei nº 9.313, de 1996, é tida como um exemplo mundial.

Quanto ao objetivo de tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial de informação e comunicação, foi revolucionada no país a estrutura de comunicação cabendo destacar os seguintes resultados: (a) a porcentagem da população com acesso a telefone fixo ou móvel em 2002 era de 60% e, em 2013 havia se elevado para 94%; e, (b) a porcentagem da população com acesso a internet por computador no próprio domicílio passou de 10%, em 2002, para 45% em 2013.

DESAFIOS: Melhorar o ambiente de trabalho no Brasil com apoio a pequena empresa e intensificar políticas de colaboração com países do eixo Sul-Sul.

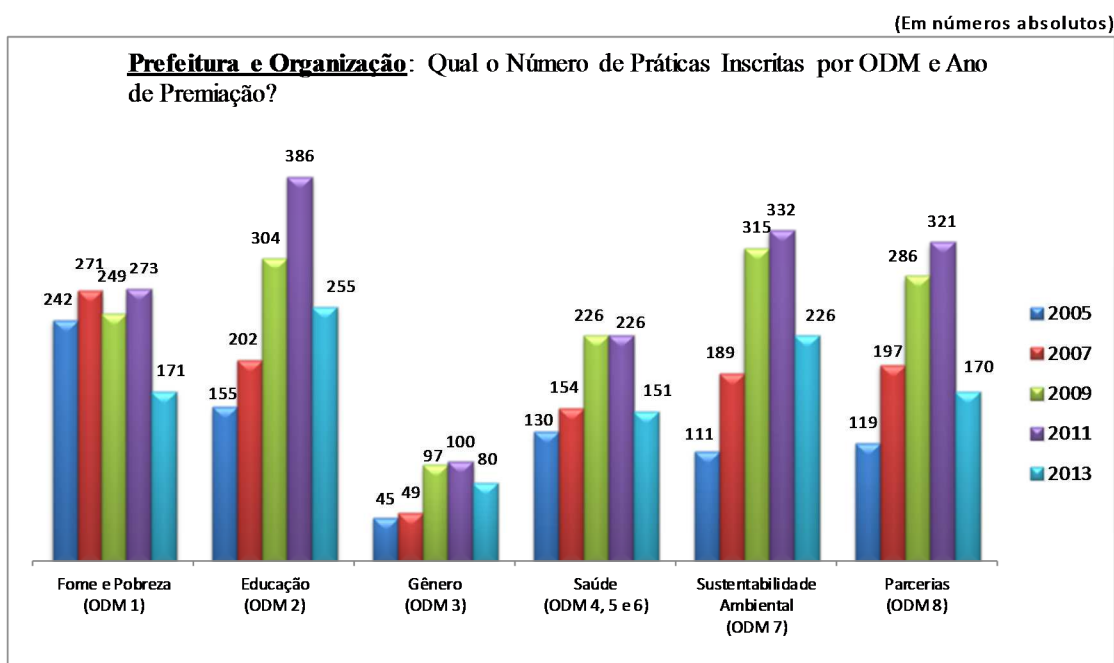
Fontes:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatórios Nacionais de Acompanhamento 2005 e 2007
- IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em Microdados, Pnad. Elaboração Disoc/Ipea.

Nota: para manter a compatibilidade com os anos anteriores a 2004, as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazônia, Pará, Rondônia e Roraima não foram consideradas.

Separadamente, as práticas voltadas para os objetivos 4 (redução da mortalidade infantil), 5 (melhoria da saúde das gestantes) e 6 (combate à AIDS, à malária e a outras doenças) tiveram uma participação bem mais reduzida. Não obstante, esses três ODMs convergem para um objetivo comum: a saúde. Quando os três objetivos são reunidos, sua participação no conjunto das práticas inscritas eleva-se significativamente e aproxima-se das demais (Gráfico 4). Em relação ao ODM 3 (igualdade entre os sexos e valorização da mulher), merece menção o fato de que a proteção à mulher pode estar inserida nas práticas inscritas em outros objetivos, destacando-se aquelas do ODM 5, que são dirigidas à promoção da saúde materna.

Gráfico 4



(*) Não estão incluídas as 118 práticas inscritas em 2005 na categoria "Destacues".

(**) Não há informações sobre o ODM específico de 37 inscrições realizadas em 2013.

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

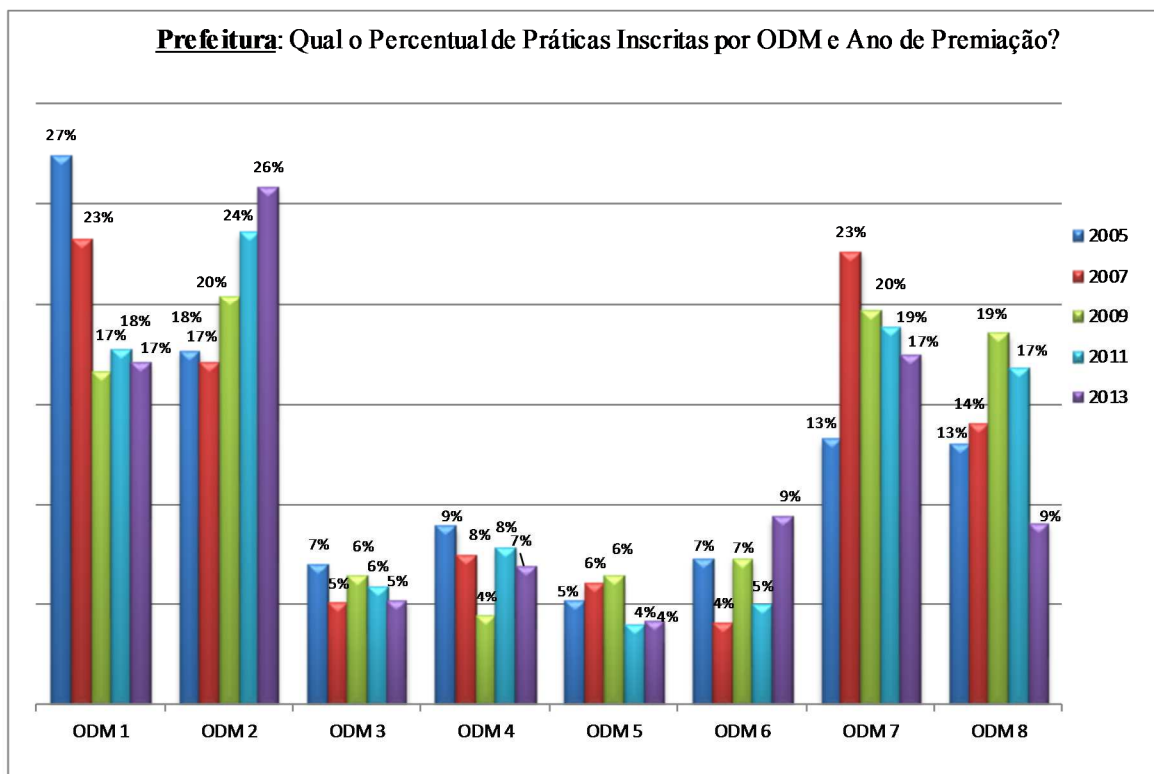
Elaboração: Ipea/DISOC

É interessante observar as semelhanças e diferenças na evolução das inscrições das prefeituras e das organizações, quando a análise se dirige para as práticas inscritas por objetivo. Nos dois grupos se destacaram as iniciativas dedicadas ao combate à fome e à pobreza, à educação e às

questões ambientais: os percentuais variaram em torno de 20% (Gráficos 5 e 6).

Não obstante, algumas diferenças merecem ser destacadas: (a) a queda na participação das práticas de combate à fome e à pobreza foi bem mais acentuada entre as organizações (caiu para a metade ao longo das cinco edições do prêmio); (b) entre as prefeituras, o crescimento das iniciativas dedicadas à educação, ao longo dos anos, foi bem mais significativo do que entre as organizações; e, (c) nas três últimas edições do prêmio, enquanto que as iniciativas voltadas para o ODM 7 (moradia e meio ambiente) desenvolveram-se pelas organizações mantiveram-se no mesmo patamar, a tendência foi de queda entre as prefeituras.

Gráfico 5

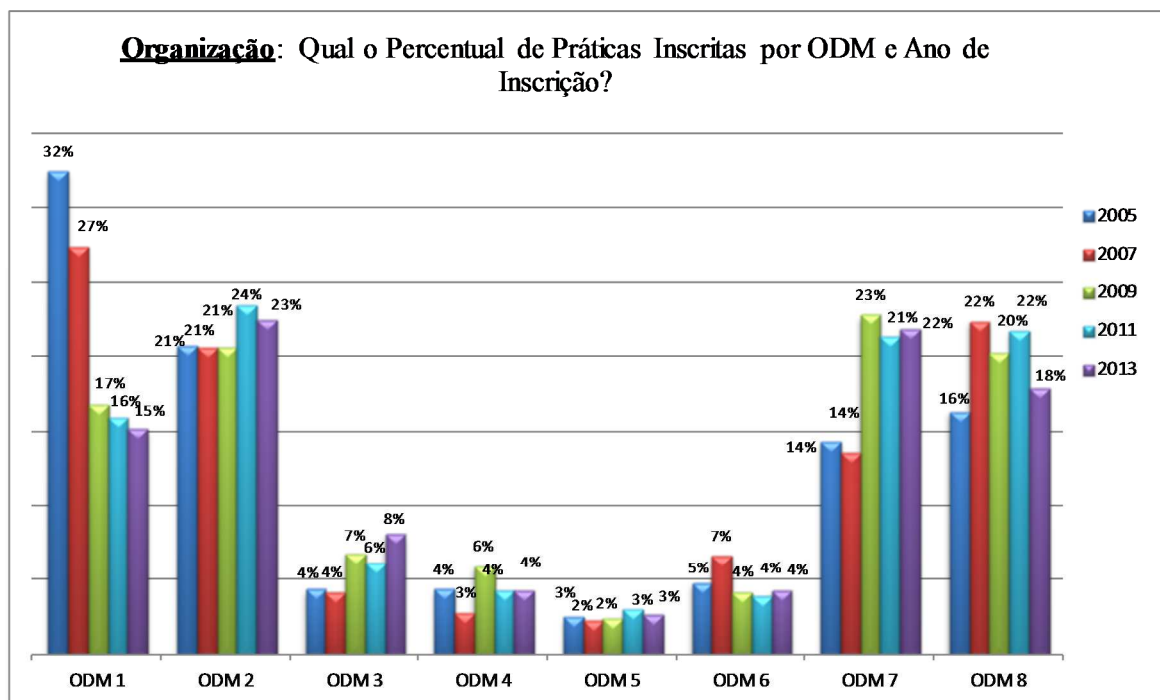


Obs.: Não há informações sobre o ODM específico de 13 inscrições realizadas em 2013.

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Gráfico 6



(*) Não estão incluídas as 118 práticas inscritas em 2005 na categoria “Destaques”.

(**) Não há informações sobre o ODM específico de 24 inscrições realizadas em 2013.

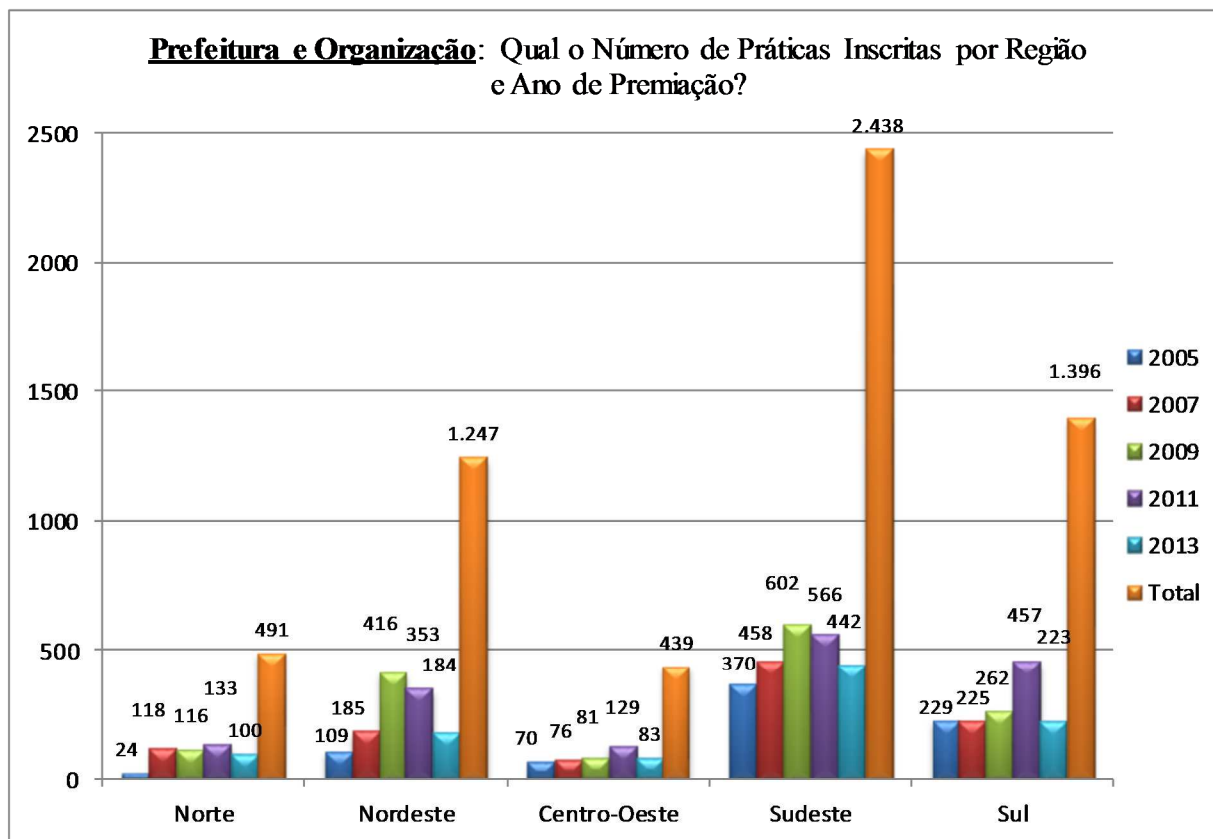
Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

2.3 A maior adesão ao Prêmio ocorreu na região Sudeste.

A análise da distribuição das inscrições, no território nacional, sinaliza uma forte concentração no Sudeste (Gráfico 7). Ali se localizam 40% do total de práticas inscritas e a predominância da região foi observada em todas as edições do Prêmio.

Gráfico 7



(*) Não estão incluídas as 118 práticas inscritas em 2005 na categoria “Destaques”.

(**) Não há informações sobre o estado específico de 58 inscrições realizadas em 2013.

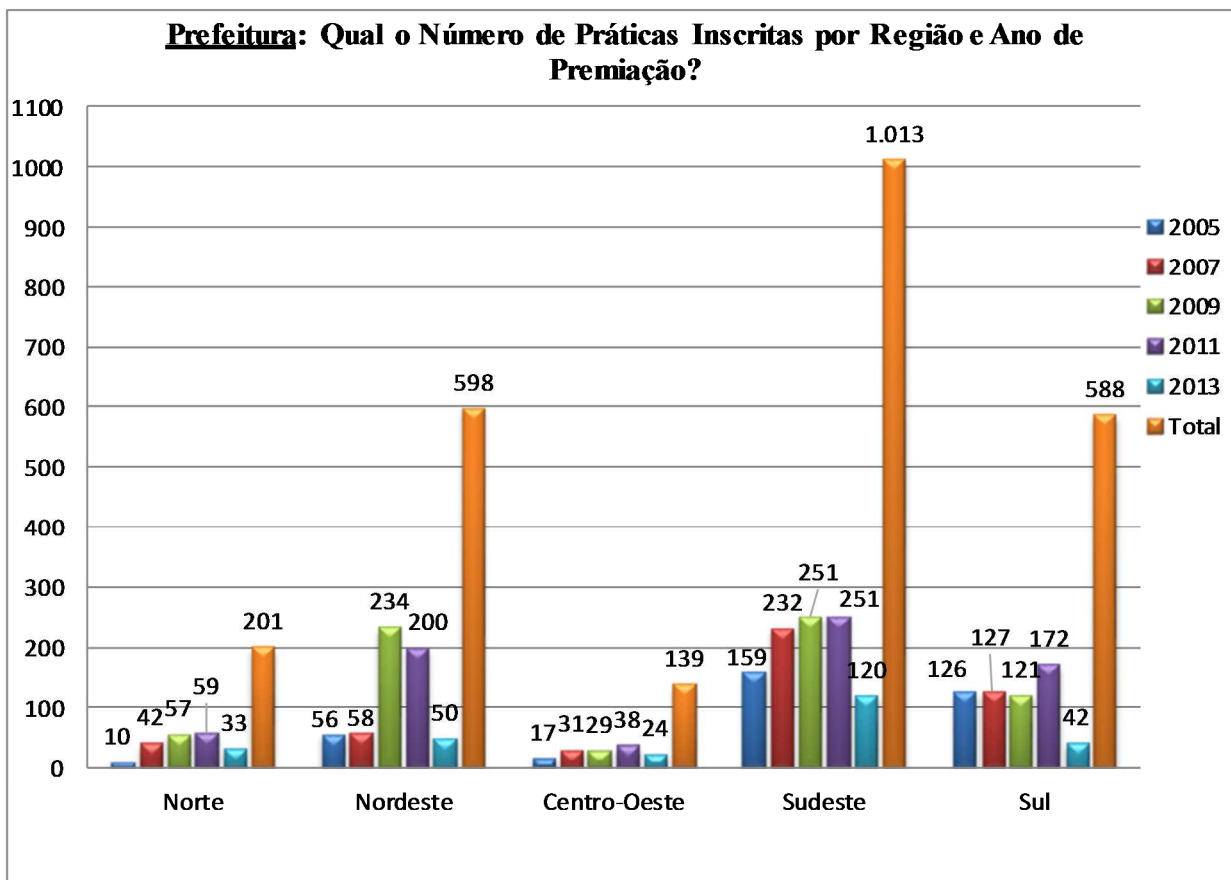
Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

A concentração espacial no Sudeste é observada tanto entre as prefeituras quanto entre as organizações (Gráficos 8 e 9). Note-se que a distribuição das inscrições realizadas pelas organizações acompanha de perto a distribuição das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL) no território nacional: é nessa Região que se localizam 41% das inscrições e 42% das FASFIL²¹. Em relação às prefeituras, no Sudeste encontram-se 30% dos municípios brasileiros e 40% do total de inscrições no Prêmio ODM.

²¹ In: “AS Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2010”. ABONG, GIFE, IBGE E IPEA. Rio de Janeiro: IBGE 2012.

Gráfico 8



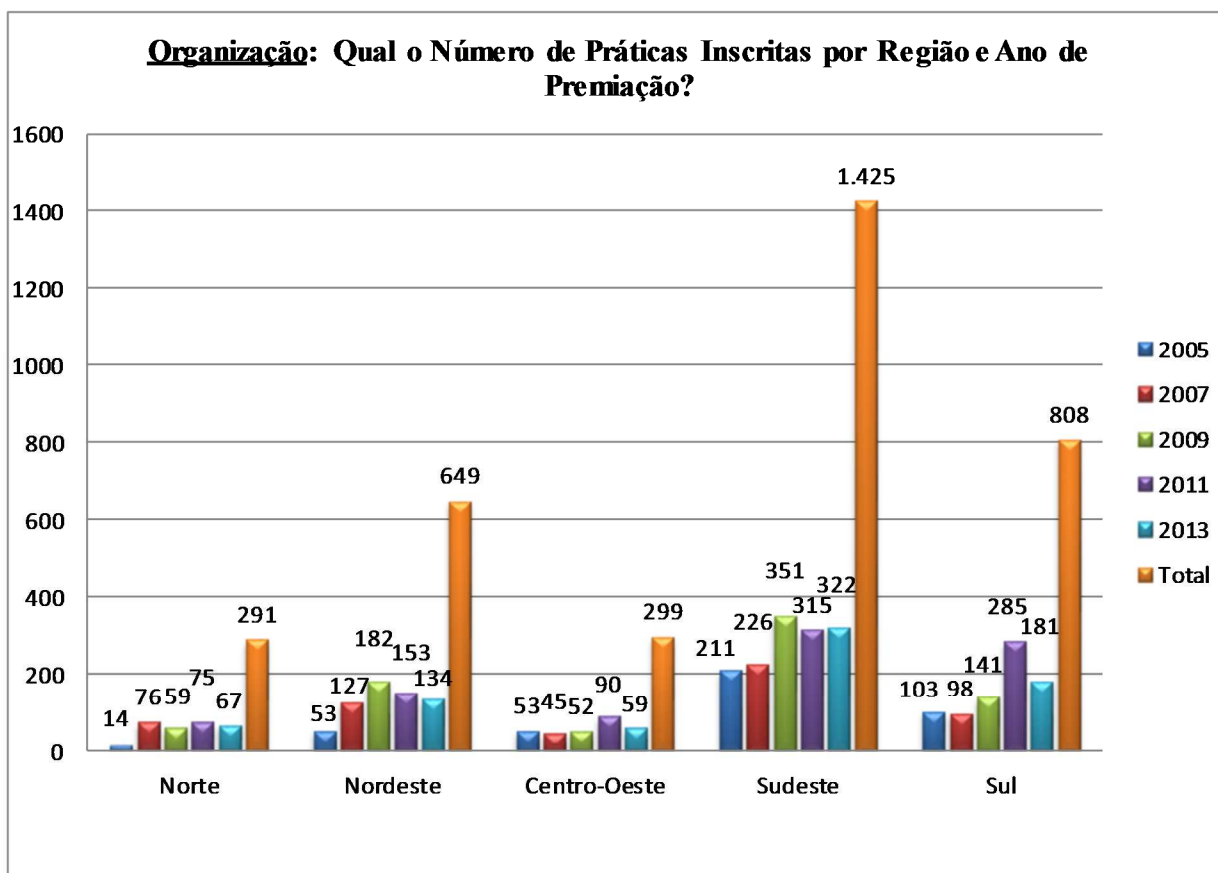
(*) Não estão incluídas as 118 práticas inscritas em 2005 na categoria “Destques”.

(**) Não há informações sobre a localização de 17 inscrições realizadas em 2013.

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Gráfico 9



(*) Não estão incluídas as 118 práticas inscritas em 2005 na categoria "Destacues".

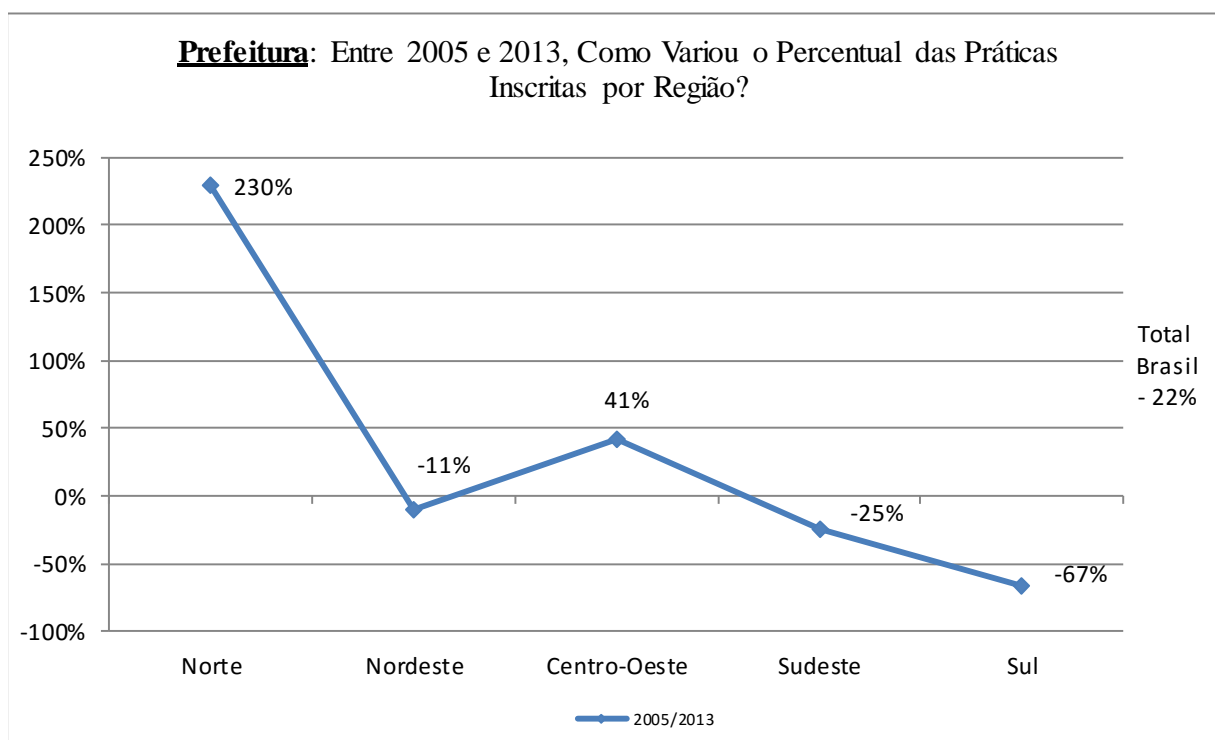
(**) Não há informações sobre a localização de 41 inscrições realizadas em 2013.

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Outra conclusão que merece destaque, na comparação das inscrições da primeira e da última edição, é a de que proporcionalmente a Região Norte foi a que apresentou o maior crescimento ao longo do período: de 230% entre as prefeituras e de 379% entre as organizações (Gráficos 10 e 11).

Gráfico 10



(*) Não há informações sobre a localização de 17 inscrições realizadas em 2013.

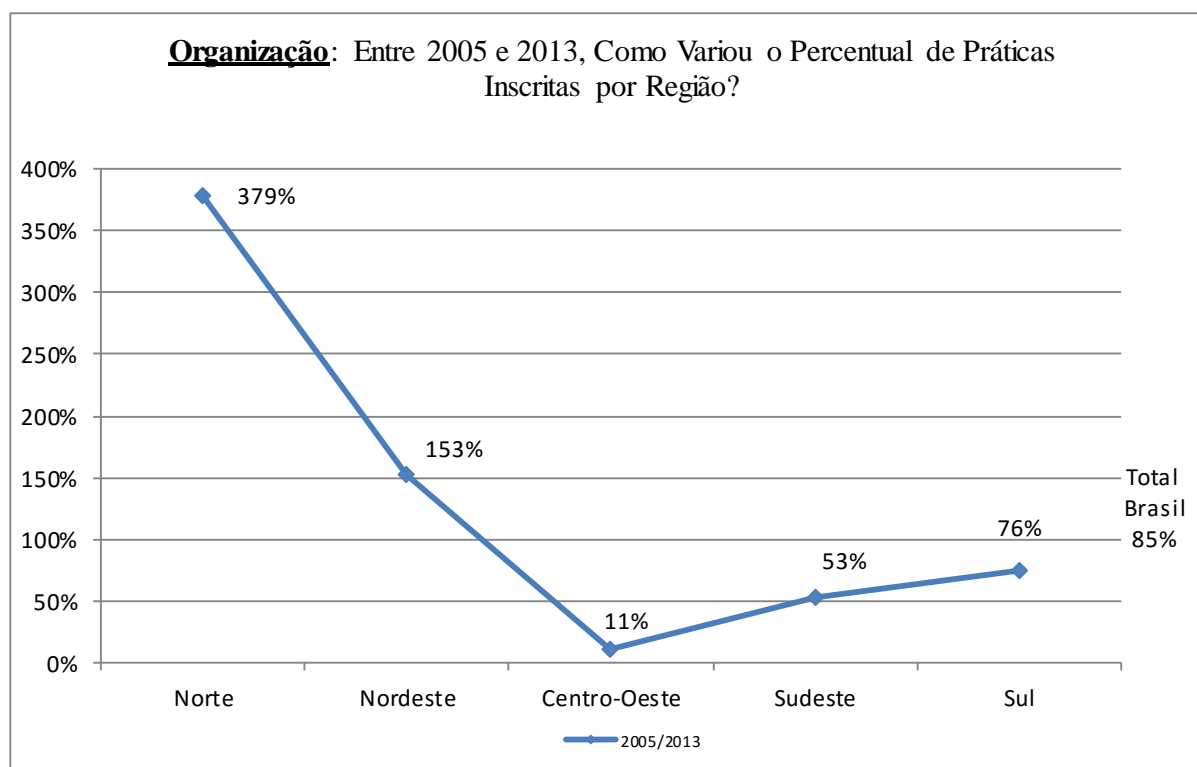
Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Total 2005: 368 práticas

Total 2013: 286 práticas

Elaboração: Ipea/DISOC

Gráfico 11



(*) Não há informações sobre a localização de 41 inscrições realizadas em 2013.

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Total 2005: 434 práticas

Total 2013: 804 práticas

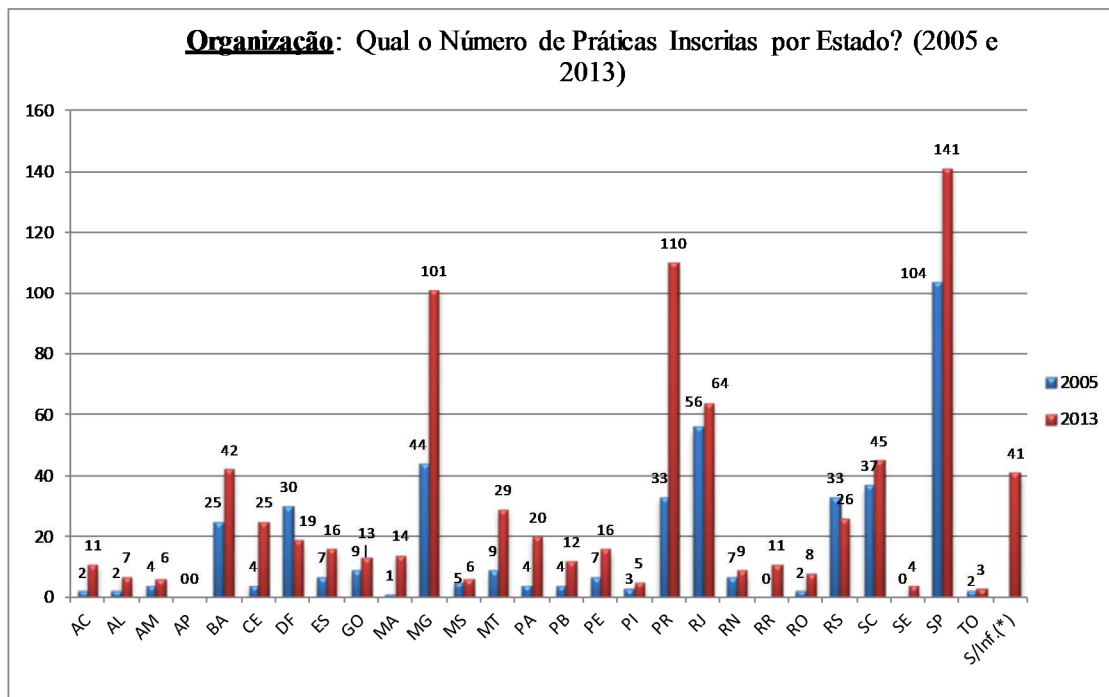
Elaboração: Ipea/DISOC

Foram as organizações²² localizadas nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais que marcaram a maior presença na edição do Prêmio em 2013: elas representaram 44% do total de organizações inscritas (Gráfico 12). Comparando com as edições anteriores, observa-se que foram as organizações do Paraná as que mais cresceram no período (2005/2013): elas mais que triplicaram, passando de 33 inscrições em 2005 para 110 em 2013.

²² Estão incluídas nessa categoria, organizações privadas, com ou sem fins lucrativos, Universidades Públicas Federais e Estaduais.

Entre as prefeituras²³, foram as localizadas nos estados de São Paulo e de Minas Gerais que apresentaram o maior número de inscrições na última edição do Prêmio: 54 e 53, respectivamente (Gráfico 13). No entanto, esse resultado representa dois movimentos opostos se comparados com a primeira edição: enquanto São Paulo teve um decréscimo de 56%, Minas Gerais quase dobrou o número de inscritos. A instituição do Prêmio ODM Minas Gerais, no âmbito de um projeto de Cooperação Técnica Internacional firmado entre o PNUD e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) de Minas Gerais, pode ter contribuído para esse crescimento.

Gráfico 12



Obs.: Não há informações sobre o estado específico de 41 inscrições realizadas em 2013.

Total 2005: 434 práticas

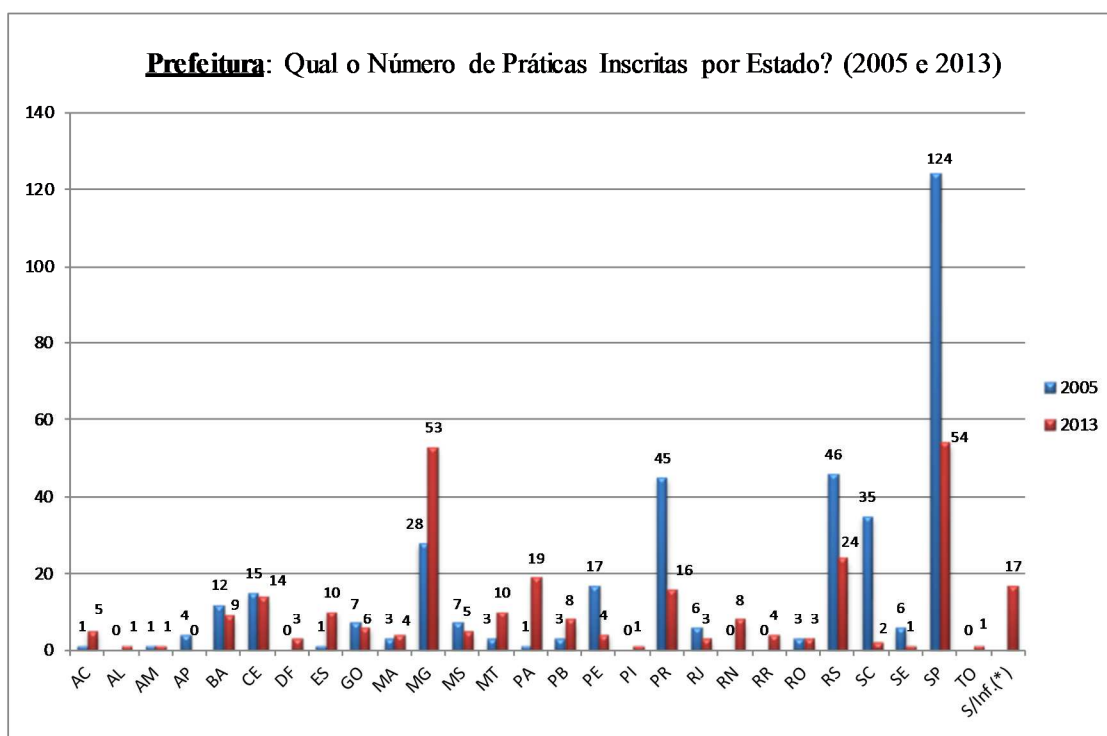
Total 2013: 804 práticas

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

²³ Estão incluídas nessa categoria as instituições públicas municipais, subordinadas ao Poder Executivo municipal, seja da administração direta ou indireta.

Gráfico 13



Obs.: Não há informações sobre o estado específico de 17 inscrições realizadas em 2013.

Total 2005: 368 práticas

Total 2013: 286 práticas

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

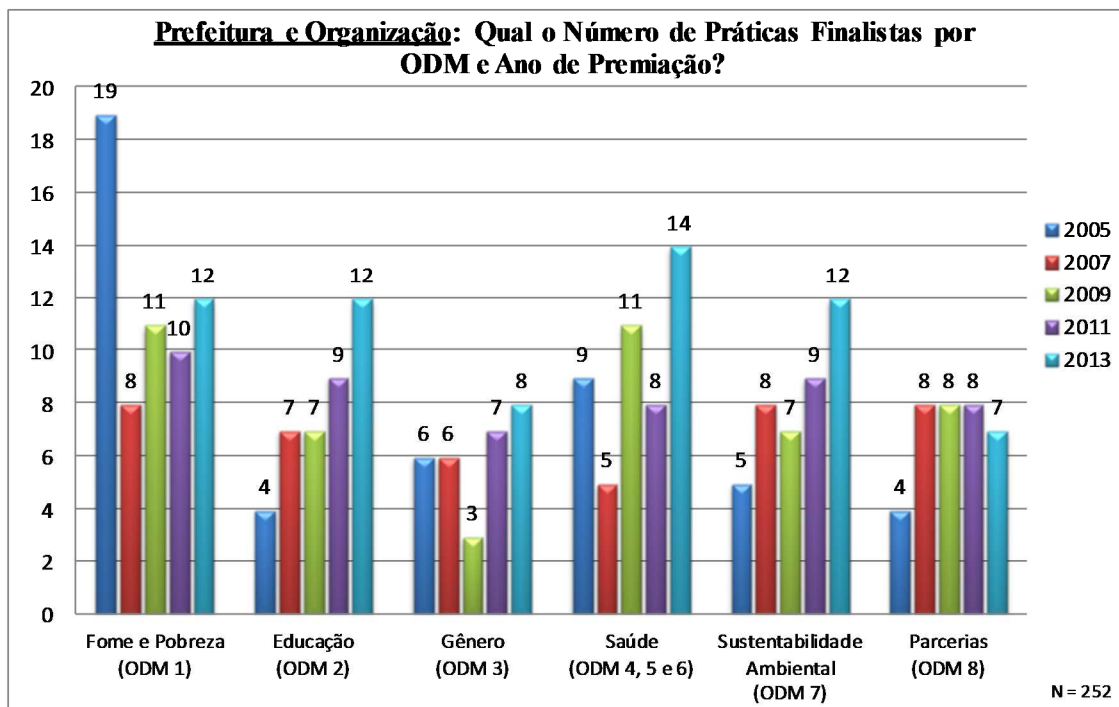
3. QUAL O PERFIL DAS PRÁTICAS FINALISTAS?

3.1 As práticas de combate à fome e à pobreza se destacam entre as finalistas, notadamente na primeira edição do Prêmio.

Ao longo das cinco edições do Prêmio, 252 práticas foram selecionadas como finalistas e receberam visitas de membros dos Comitês Técnicos. O objetivo dessas visitas foi verificar *in loco* as informações prestadas na inscrição e coletar dados adicionais para subsidiar a decisão do Júri do Prêmio. De acordo com o previsto no Regulamento, as finalistas foram distribuídas em seis grupos temáticos, conforme apresentado no Gráfico 14. Tal opção significou reunir, em um único grupo, as práticas relacionadas aos três objetivos voltados para a promoção da saúde (4, 5 e 6). Vale mencionar que o número de finalistas, em todos os anos, foi ligeiramente superior ao

previsto. Tal fato se deve, por um lado, às dificuldades de escolha, entre práticas bem similares, com base apenas nos relatórios enviados e, por outro, à preocupação de que nas visitas algumas iniciativas pudessem ser excluídas.

Gráfico 14



Obs.: Práticas finalistas selecionadas pelo Comitê Técnico.

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

A distribuição das práticas finalistas não acompanhou a distribuição das práticas inscritas. A seleção das finalistas foi realizada em função da qualidade dos programas e projetos apresentados e não da sua representatividade em relação aos diversos objetivos ou regiões do país. Por exemplo: no ano de 2005, as iniciativas voltadas para o combate à fome e à pobreza representaram 30% dos inscritos e 40% das finalistas. As práticas relacionadas à questão de gênero e de saúde obtiveram resultados semelhantes: representaram 6% e 15%, respectivamente, do total de inscritos nas cinco edições e, 12% e 19%, do total das finalistas. Os desafios enfrentados pelo País para o cumprimento dos Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio, nessas duas áreas, reforçam a importância da disseminação dessas práticas desenvolvidas pelos governos e pela sociedade. Mesmo com os bons resultados obtidos pelo Brasil, por exemplo, na redução da mortalidade infantil e no acesso das mulheres à educação, o País mantém desigualdades regionais significativas e as mulheres enfrentam condições mais desfavoráveis de inserção no mercado de trabalho (ver Quadros 5 e 6).

Quadro 5

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Brasil (ODM 4, 5 e 6)

ODM 4: REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

META:

- . Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade.

ODM 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA

METAS INTERNACIONAIS:

- . Garantir que, até 2015, as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino.
- . Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

META BRASILEIRAS:

- . Promover, na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015 (Meta Brasileira).
- . Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, invertendo a tendência atual (Meta Brasileira).

ODM 6: COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

METAS:

- . Até 2015, ter detido a propagação do HIV/Aids e começado a inverter a tendência atual.
- . Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual.

RESULTADOS:

"O Brasil já alcançou a meta de redução da mortalidade na infância (0 a 5 anos). A taxa passou de 53,7 em 1990 para 17,3 óbitos por mil nascidos vivos em 2012. A previsão preliminar do Ministério da Saúde para 2013 é de 16,8 óbitos por mil nascidos vivos".

No que diz respeito à mortalidade infantil (0 a 1 ano) a redução foi ainda mais efetiva: de 47,1 por mil nascidos vivos em 1990 reduziu para 14,9 por mil nascidos vivos em 2012. A projeção preliminar do Ministério da Saúde para 2013 é 14,5 óbitos por mil nascidos vivos.

Ainda há muito que se fazer para melhorar o desempenho do Brasil na redução da mortalidade materna. Mesmo assim, o desempenho brasileiro foi melhor que as médias registradas nas nações em desenvolvimento e na América Latina. De 1990 a 2011, a taxa de mortalidade materna brasileira caiu 55%, passando de 141 para 64 por 100 mil nascidos vivos. Alguns indicadores adicionais podem explicar a redução acima: a cobertura de atendimento pré-natal subiu de 90,3% em 2000 para 96,2% em 2013, quando consideramos pelo menos um atendimento; e de 79,3% em 2000 para 88,9% em 2013, quando levamos em conta pelo menos quatro consultas. Ademais, os partos assistidos por profissionais de saúde subiram de 77,4% em 1996 para 99,1% em 2013. Finalmente, a taxa de fecundidade entre adolescentes (entre 15 e 19 anos) também caiu, de 0,088 em 2000 para 0,066 em 2013.

No que diz respeito à taxa de detecção de HIV/AIDS, entre 2013 e 2014 ela caiu 5,5%, sendo a maior redução dos últimos 12 anos: passou de 20,8 casos por 100 mil habitantes para 19,7 casos por 100 mil habitantes, segundo dados do novo Boletim Epidemiológico de HIV e AIDS de 2015. Ainda segundo o boletim, nos últimos 12 anos, a taxa de detecção de AIDS caiu 9%. De 21,6 casos por 100 mil habitantes, em 2003, para 19,7 por 100 mil habitantes em 2014.

Desafios:

- . Reduzir a taxa de mortalidade infantil em regiões mais pobres.
- . Alcançar a meta da melhoria da saúde das gestantes por meio da adoção de políticas públicas direcionadas ao objetivo 5.
- . Reverter a taxa de incidência da dengue.

Fontes:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento/Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.
- Ministério da Saúde, dados disponibilizados em 2015.
- Boletim Epidemiológico de HIV e AIDS de 2015, de 1º de dezembro de 2015.

Quadro 6

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Brasil (ODM 3)

ODM 3: PROMOVER A IGUALDADE ENTRE SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

META:

- . Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar em 2015.

RESULTADOS:

“Embora a sociedade brasileira ainda ofereça barreiras de muitas ordens à autonomia das mulheres, e as desigualdades de gênero em várias dimensões normalmente sejam adversas a elas, no campo educacional a desvantagem é dos homens.” No entanto, “ainda que as mulheres tenham níveis educacionais superiores aos homens, a segmentação do conhecimento, associada a fatores como a distribuição desigual das tarefas domésticas, levam a um quadro de persistentes distâncias entre os dois sexos no acesso a postos de trabalho, na renda e na qualidade dos vínculos de emprego”.

Assim, em 1992, a taxa de ocupação das mulheres de 15 anos ou mais de idade era de 48,4%, enquanto a dos homens era de 80,8%. Em 2014, a situação não era muito distinta: essa mesma taxa era de 51,2% para mulheres e de 73,7% para homens.

Desafios:

- . Reduzir os índices de violência contra as mulheres, ampliar espaços na política e no mercado de trabalho, com salários equivalentes aos dos homens**.

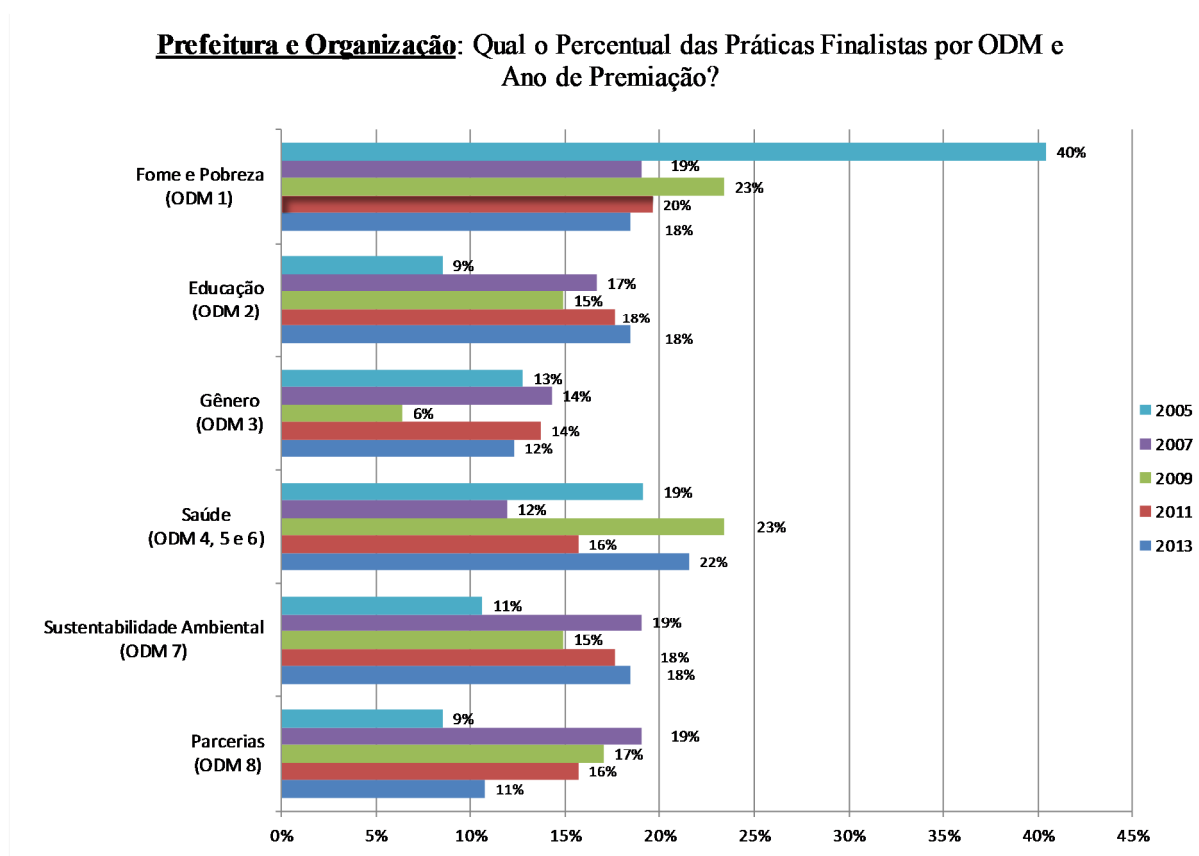
Fontes:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento/Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.
- *"Municipalização dos ODM e Participação Social"*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, PNUD e Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, 2013.
- IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em Microdados, Pnad. Elaboração Disoc/Ipea.

Nota: para manter a compatibilidade com anos anteriores, as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima não foram consideradas.

O Gráfico 15 ilustra a evolução das práticas selecionadas como finalistas, a cada edição do prêmio. Nele se observa, por exemplo, que as práticas de saúde tiveram uma participação bem baixa (12%), em 2007, mas nas edições de 2009 e 2011 se destacaram entre as mais bem colocadas, 23% e 22% do total, respectivamente. Outro exemplo a destacar refere-se às práticas de combate à fome e à pobreza: elas representaram 40% das finalistas, em 2005, e caíram para 18% em 2013.

Gráfico 15



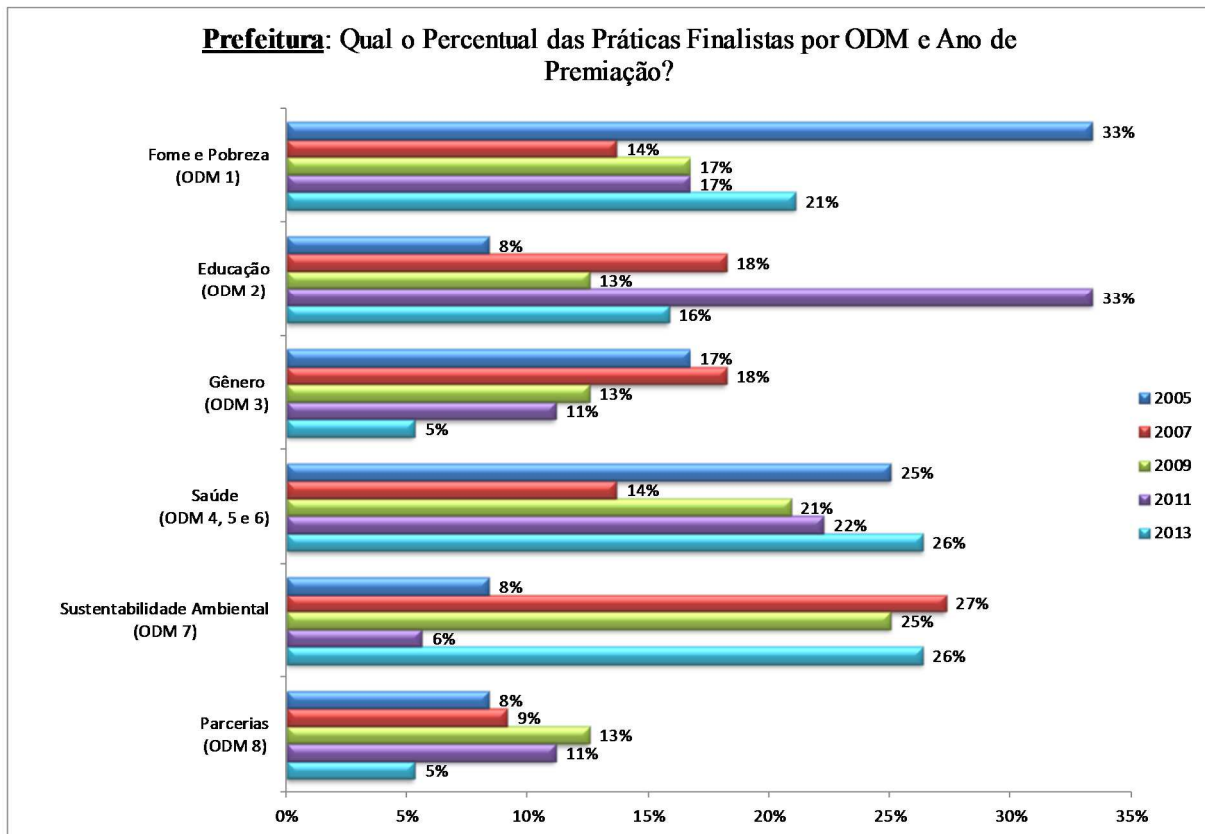
Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

O mesmo foi observado na análise das práticas finalistas, por tipo de instituição responsável pela sua inscrição. Por exemplo, as iniciativas das prefeituras na área do combate à fome se destacaram apenas em 2005, e aquelas da área de educação, apenas em 2011. Nesses anos, elas representaram um terço do total de finalistas (Gráfico 16). Em três edições

(2007, 2009 e 2013) as práticas relacionadas ao ODM 7 representaram mais de 25% do total. No entanto, em 2005 e em 2013 essa participação foi muito reduzida (menos de 10%).

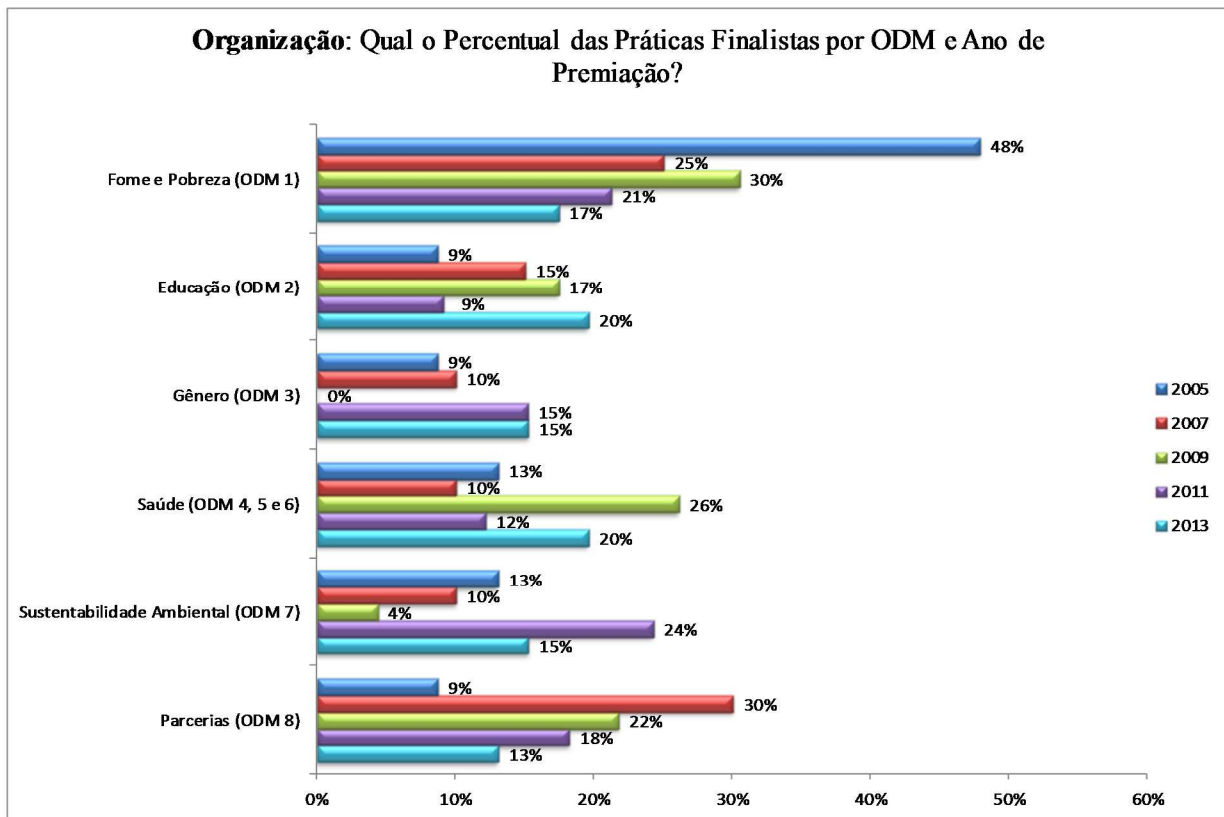
Gráfico 16



Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM
 Elaboração: Ipea/DISOC

Entre as organizações, as variações foram ainda mais fortes. No Gráfico 17, pode-se observar a predominância das iniciativas de combate à fome e à pobreza em 2005: quase a metade das práticas finalistas, desenvolvidas por organizações da sociedade (48%), tratou de experiências nessa área. Tal fato pode ser um reflexo do envolvimento do País, naquele momento, com o tema. Outro resultado instigante pode ser observado em 2009: nenhuma iniciativa da sociedade civil foi selecionada entre as finalistas na área de gênero. Naquele ano, mais da metade delas estavam concentradas no combate à fome (30%) e na promoção da saúde (26%).

Gráfico 17



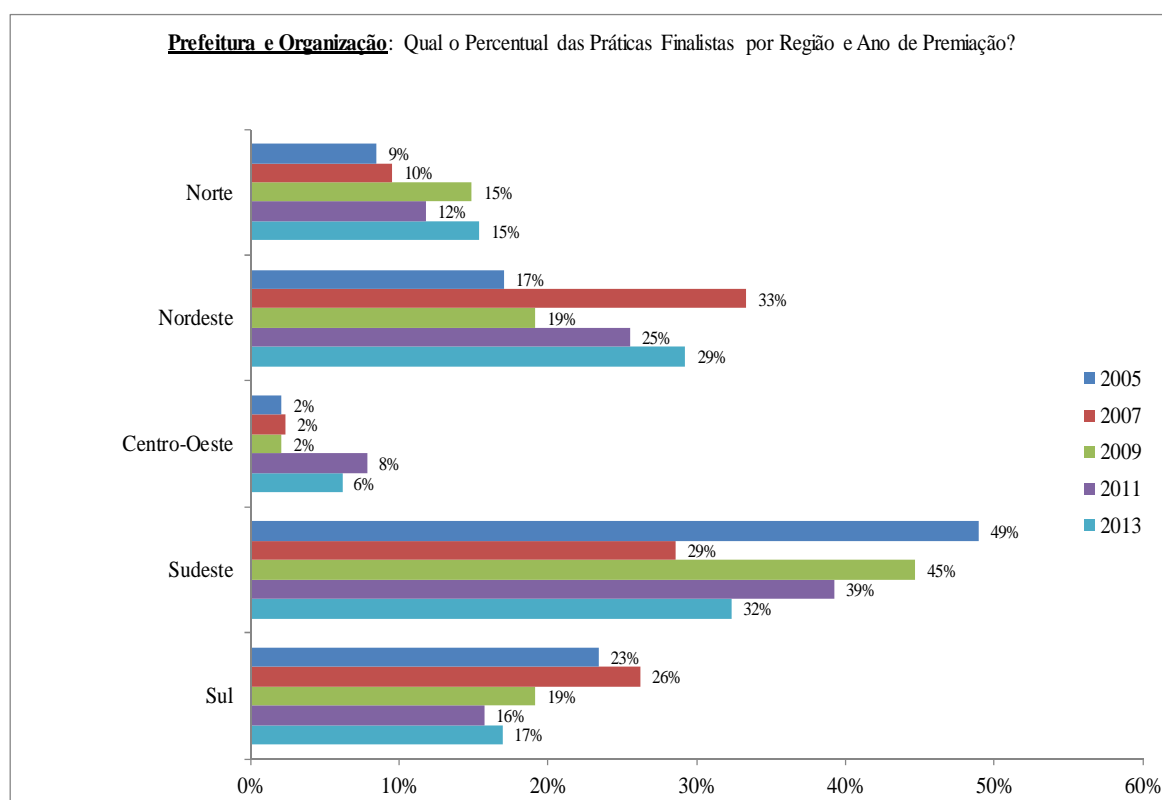
Fonte: Banco de Práticas Inscrições no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

3.2 A disseminação de boas práticas na região Nordeste repercutiu nos resultados do Prêmio ODM.

A presença dominante das práticas finalistas na região Sudeste, explica-se, parcialmente, pela participação expressiva das inscrições advindas dessa região: 40% do total. Ainda que a seleção não tenha usado esse critério espacial de representatividade, as chances de serem selecionadas, naturalmente, se ampliam. No entanto, merece destaque os resultados apresentados pelo Nordeste. A multiplicação de boas práticas naquela região manifestou-se no Prêmio ODM. Em 2007, por exemplo, o maior percentual de práticas finalistas (33%) era de iniciativas desenvolvidas no Nordeste (Gráfico 18).

Gráfico 18



Fonte: Banco de Práticas Inscrições no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Alguns resultados interessantes podem ser extraídos da comparação das práticas finalistas, na primeira e na última edição do Prêmio, por região e por ODM. Na região Nordeste observou-se um aumento significativo das práticas de combate à fome e à pobreza e de educação, que representaram, em 2013, 42% e 50% das finalistas nesses dois objetivos, respectivamente (Tabela 2). No Sudeste, houve uma redução das práticas finalistas em todos os ODM, com exceção do ODM 3 (gênero): nas duas edições do Prêmio, 50% das práticas finalistas nessa área foram desenvolvidas na região. Já na região Norte, verificou-se um aumento da participação das iniciativas voltadas para os ODM 1 e 7. Na última edição do Prêmio, por exemplo, o percentual das práticas de sustentabilidade ambiental desenvolvidas nessa região foi quase o dobro do percentual das demais regiões (33%).

Tabela 2

Prefeitura e Organização: Percentual de Práticas Finalistas por Região e ODM - 2005 e 2013

Região	Fome e Pobreza (ODM 1)		Educação (ODM 2)		Gênero (ODM 3)		Saúde (ODM 4, 5 e 6)		Sustentabilidade Ambiental (ODM 7)		Parcerias (ODM 8)		Total	
	2005	2013	2005	2013	2005	2013	2005	2013	2005	2013	2005	2013	2005	2013
Total	100%	100%	100%	100%	100%	62%	78%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Norte	5%	33%	-	-	17%	-	11%	14%	20%	32%	-	-	9%	15%
Nordeste	16%	42%	25%	50%	-	38%	11%	29%	40%	17%	25%	14%	17%	33%
Centro-Oeste	-	-	-	8%	-	-	-	7%	-	17%	25%	-	2%	6%
Sudeste	53%	17%	50%	25%	50%	50%	45%	36%	40%	17%	50%	43%	49%	29%
Sul	26%	8%	25%	17%	33%	12%	33%	14%	-	17%	-	43%	23%	17%

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

4. QUAL O PERFIL DAS PRÁTICAS PREMIADAS?

4.1 As práticas mais premiadas foram as voltadas para o combate à fome e à pobreza e para a promoção da sustentabilidade ambiental.

Conforme mencionado anteriormente, para a seleção das práticas premiadas foram consideradas as qualidades de cada uma em relação aos seguintes aspectos: contribuição para o alcance dos ODM; impacto no público atendido; participação da comunidade; existência de parcerias; potencial de replicabilidade; complementaridade e/ou articulação com ações do poder público, da sociedade civil ou do setor produtivo. O Júri buscou selecionar as melhores experiências entre as finalistas sem a pretensão de manter uma proporcionalidade na seleção, em função dos diversos objetivos ou regiões do país.

Assim, os resultados apresentados na Tabela 3 indicam uma variação significativa dos premiados, por ODM, ao longo dos anos. A participação das práticas de combate à fome e à pobreza e de educação oscilaram do primeiro lugar, representando 30% (em 2009) e 25% (em 2007) do total de premiados, respectivamente, ao último lugar, com apenas 10% (em 2007) e 6% (em 2005) do total das práticas premiadas. Em 2011, as iniciativas voltadas para a promoção da igualdade entre sexos e valorização da mulher

representaram apenas 6% das práticas inscritas e 20% das premiadas, indicando que a queda nas inscrições foi acompanhada de um aumento expressivo da qualidade. As práticas da área de sustentabilidade ambiental variaram menos e se destacaram praticamente em todas as edições do Prêmio, com exceção de 2007. No geral, elas representaram 21% do total de premiados.

Tabela 3

Prefeitura e Organização: Práticas Premiadas, Total e Percentual, por ODM e Ano de Premiação

ODM	ANO	Práticas Premiadas											
		2005		2007		2009		2011		2013		Total	
		Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Total		17	100%	20	100%	20	100%	20	100%	30	100%	107	100%
Fome e Pobreza (ODM 1)		5	29,4%	2	10,0%	6	30,0%	5	25,0%	7	23,3%	25	23,4%
Educação (ODM 2)		1	5,9%	5	25,0%	3	15,0%	2	10,0%	7	23,3%	18	16,8%
Gênero (ODM 3)		2	11,8%	3	15,0%	0	0,0%	4	20,0%	3	10,0%	12	11,2%
Saúde (ODM 4, 5 e 6)		4	23,5%	4	20,0%	4	20,0%	3	15,0%	5	16,7%	20	18,7%
Sustentabilidade Ambiental (ODM 7)		4	23,5%	3	15,0%	5	25,0%	4	20,0%	6	20,0%	22	20,6%
Parcerias (ODM 8)		1	5,9%	3	15,0%	2	10,0%	2	10,0%	2	6,7%	10	9,3%

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

No conjunto das cinco edições do Prêmio, as prefeituras foram mais premiadas por iniciativas focalizadas no tripé: saúde (25%), sustentabilidade ambiental (23%) e combate à fome e à pobreza (20%) (Tabela 4). Já entre as organizações, a distribuição foi mais homogênea. Nesse grupo, destacaram-se apenas as iniciativas voltadas para o ODM 1 (fome e pobreza): elas representaram 25% do total de premiadas nas cinco as edições do Prêmio (Tabela 5).

Tabela 4**Prefeitura:** Práticas Premiadas, Total e Percentual, por ODM e Ano de Premiação

ODM	ANO		Práticas Premiadas									
	2005		2007		2009		2011		2013		Total	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Total	8	100%	8	100%	11	100%	6	100%	7	100%	40	100%
Fome e Pobreza (ODM 1)	3	37,5%	0	0,0%	3	27,3%	1	16,7%	1	14,3%	8	20,0%
Educação (ODM 2)	0	0,0%	3	37,5%	2	18,2%	1	16,7%	1	14,3%	7	17,5%
Gênero (ODM 3)	1	12,5%	1	12,5%	0	0,0%	1	16,7%	0	0,0%	3	7,5%
Saúde (ODM 4, 5 e 6)	2	25,0%	3	37,5%	2	18,2%	1	16,7%	2	28,6%	10	25,0%
Sustentabilidade Ambiental (ODM 7)	1	12,5%	1	12,5%	4	36,4%	1	16,7%	2	28,6%	9	22,5%
Parcerias (ODM 8)	1	12,5%	0	0,0%	0	0,0%	1	16,7%	1	14,3%	3	7,5%

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Tabela 5**Organização:** Práticas Premiadas, Total e Percentual, por ODM e Ano de Premiação

ODM	ANO		Práticas Premiadas									
	2005		2007		2009		2011		2013		Total	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Total	9	100%	12	100%	9	100%	14	100%	23	100%	67	100%
Fome e Pobreza (ODM 1)	2	22,2%	2	16,7%	3	33,3%	4	28,6%	6	26,1%	17	25,4%
Educação (ODM 2)	1	11,1%	2	16,7%	1	11,1%	1	7,1%	6	26,1%	11	16,4%
Gênero (ODM 3)	1	11,1%	2	16,7%	0	0,0%	3	21,4%	3	13,0%	9	13,4%
Saúde (ODM 4, 5 e 6)	2	22,2%	1	8,3%	2	22,2%	2	14,3%	3	13,0%	10	14,9%
Sustentabilidade Ambiental (ODM 7)	3	33,3%	2	16,7%	1	11,1%	3	21,4%	4	17,4%	13	19,4%
Parcerias (ODM 8)	0	0,0%	3	25,0%	2	22,2%	1	7,1%	1	4,3%	7	10,4%

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

4.2 Em relação às inscrições, o Norte e o Nordeste apresentaram um índice maior de práticas premiadas.

As duas regiões que receberam o maior número de prêmios foram as regiões Sudeste (33% do total) e Nordeste (31% do total), conforme pode ser observado na Tabela 6. No entanto, proporcionalmente ao número de inscrições, as premiações obtidas pelo Nordeste foram três maiores do que o verificado no Sudeste (3% e 1%, respectivamente) (Tabela 7). Ademais, o Nordeste foi responsável por 21% das inscrições e 31% das premiações. Os

avanços na qualidade dos programas nessa região merecem ser posteriormente explorados.

Tabela 6

Prefeitura e Organização: Número Total e Percentual de Práticas Premiadas por Região e ODM - 2005/2013

Região	Fome e Pobreza (ODM 1)		Educação (ODM 2)		Gênero (ODM 3)		Saúde (ODM 4, 5 e 6)		Sustentabilidade (ODM 7)		Parcerias (ODM 8)		Total	
Total	25	100,0%	18	100,0%	12	100,0%	20	100,0%	22	100,0%	10	100,0%	107	100,0%
Norte	5	20,0%	2	11,1%	1	8,3%	3	15,0%	7	31,8%	1	10,0%	19	17,8%
Nordeste	10	40,0%	7	38,9%	6	50,0%	5	25,0%	4	18,2%	1	10,0%	33	30,8%
Centro-Oeste	0	0,0%	1	5,6%	0	0,0%	0	0,0%	1	4,5%	1	10,0%	3	2,8%
Sudeste	6	24,0%	6	33,3%	4	33,3%	7	35,0%	6	27,3%	6	60,0%	35	32,7%
Sul	4	16,0%	2	11,1%	1	8,3%	5	25,0%	4	18,2%	1	10,0%	17	15,9%

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Tabela 7

Prefeitura e Organização: Práticas Premiadas, Percentual em Relação às Práticas Inscritas, por ODM e Região

Região	ODM 1	ODM 2	ODM 3	ODM 4, 5 e 6	ODM 7	ODM 8	Total
Total	2,1%	1,4%	3,2%	2,2%	1,9%	0,9%	1,8%
Norte	5%	2%	4%	3%	8%	1%	4%
Nordeste	4%	2%	8%	3%	2%	0%	3%
Centro-Oeste	0%	1%	0%	0%	1%	1%	1%
Sudeste	1%	1%	2%	2%	1%	1%	1%
Sul	2%	1%	1%	2%	1%	0%	1%

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Vale ressaltar que os objetivos das práticas mais premiadas no Nordeste e no Sudeste são bem distintos. Na primeira região, destacaram-se as

iniciativas voltadas para a questão de gênero (50%), de combate à fome e à pobreza (40%) e de educação (39%). Na segunda, predominaram aquelas voltadas para as parcerias (60%) e para a saúde (35%). Interessante observar ainda a concentração das práticas de sustentabilidade ambiental no Norte: um terço do total das premiadas. As características da região provavelmente influenciaram tal resultado.

A comparação dos prêmios recebidos pelas prefeituras e pelas organizações, nas diversas regiões do País, revela significativas diferenças entre esses dois tipos de instituições: no primeiro grupo, os prêmios ficaram concentrados na região Sudeste (Tabela 8). Já em relação às organizações, as mais premiadas foram aquelas com práticas executadas do Nordeste, especialmente as que desenvolvem projetos voltados para o cumprimento dos ODM 1 (fome e pobreza), ODM 2 (educação) e ODM 3 (gênero) (Tabela 9).

Tabela 8

Prefeitura: Número Total e Percentual de Práticas Premiadas por Região e ODM - 2005/2013

Região	Fome e Pobreza (ODM 1)		Educação (ODM 2)		Gênero (ODM 3)		Saúde (ODM 4, 5 e 6)		Sustentabilidade (ODM 7)		Parcerias (ODM 8)		Total	
Total	8	100,0%	7	100,0%	3	100,0%	10	100,0%	9	100,0%	3	100,0%	40	100,0%
Norte	2	25,0%	1	14,3%	1	33,3%	2	20,0%	2	22,2%	0	0,0%	8	20,0%
Nordeste	2	25,0%	1	14,3%	0	0,0%	3	30,0%	2	22,2%	0	0,0%	8	20,0%
Centro-Oeste	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Sudeste	3	37,5%	4	57,1%	2	66,7%	3	30,0%	4	44,4%	3	100,0%	19	47,5%
Sul	1	12,5%	1	14,3%	0	0,0%	2	20,0%	1	11,1%	0	0,0%	5	12,5%

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Tabela 9**Organização:** Número Total e Percentual de Práticas Premiadas por Região e ODM - 2005/2013

Região	Fome e Pobreza (ODM 1)		Educação (ODM 2)		Gênero (ODM 3)		Saúde (ODM 4, 5 e 6)		Sustentabilidade (ODM 7)		Parcerias (ODM 8)		Total	
Total	17	100,0%	11	100,0%	9	100,0%	10	100,0%	13	100,0%	7	100,0%	67	100,0%
Norte	3	17,6%	1	9,1%	0	0,0%	1	10,0%	5	38,5%	1	14,3%	11	16,4%
Nordeste	8	47,1%	6	54,5%	6	66,7%	2	20,0%	2	15,4%	1	14,3%	25	37,3%
Centro-Oeste	0	0,0%	1	9,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	7,7%	1	14,3%	3	4,5%
Sudeste	3	17,6%	2	18,2%	2	22,2%	4	40,0%	2	15,4%	3	42,9%	16	23,9%
Sul	3	17,6%	1	9,1%	1	11,1%	3	30,0%	3	23,1%	1	14,3%	12	17,9%

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

4.3 Quase dois terços das práticas premiadas foram desenvolvidas pelas organizações sem fins lucrativos.

A presença das organizações nas práticas premiadas foi se elevando ao longo das diversas edições do Prêmio. Assim é, que entre 2005 e 2013, o número de práticas premiadas, desenvolvidas pelas organizações, quase triplicou enquanto o das prefeituras permaneceu no mesmo patamar (Tabelas 10, 11 e 12). O crescimento das organizações foi especialmente elevado no Nordeste: na primeira edição do Prêmio, nessa região foi agraciada apenas uma prática desenvolvida por uma organização sem fins lucrativos. Em 2013, esse número chegou a 11, o equivalente a 48% do total das práticas premiadas.

Tabela 10**Organização:** Práticas Premiadas, Total e Percentual, por Região e Ano de Premiação - 2005/2013

Ano		Práticas Premiadas por Região e Ano de Premiação										Total	Percentual %
		2005		2007		2009		2011		2013			
Região	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	
Sub-total	9	100%	12	100%	9	100%	14	100%	23	100%	67	100%	
Norte	1	11%	2	17%	3	33%	2	14%	3	13%	11	16%	
Nordeste	1	11%	5	42%	4	44%	4	29%	11	48%	25	37%	
Centro-Oeste		0%	1	8%	0	0%	1	7%	1	4%	3	4%	
Sudeste	4	44%	3	25%	2	22%	4	29%	3	13%	16	24%	
Sul	3	33%	1	8%	0	0%	3	21%	5	22%	12	18%	

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Tabela 11**Prefeitura:** Práticas Premiadas, Total e Percentual, por Região e Ano de Premiação - 2005/2013

Ano		Práticas Premiadas por Região e Ano de Premiação										Total	Percentual %
		2005		2007		2009		2011		2013			
Região	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	
Sub-total	8	100%	8	100%	11	100%	6	100%	7	100%	40	100%	
Norte	1	13%	1	13%	3	27%	1	17%	2	29%	8	20%	
Nordeste	2	25%	2	25%	2	18%	0	0%	2	29%	8	20%	
Centro-Oeste	0	0%		0%		0%	0	0%	0	0%	0	0%	
Sudeste	3	38%	4	50%	5	45%	5	83%	2	29%	19	48%	
Sul	2	25%	1	13%	1	9%	0	0%	1	14%	5	13%	

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Tabela 12

Prefeitura e Organização: Práticas Premiadas, Total e Percentual, por Região e Ano de Premiação - 2005/2013

		Práticas Premiadas por Região e Ano de Premiação										Total	Percentual %
Região \ Ano	2005		2007		2009		2011		2013				
	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %	Total	Percentual %			
Total	17	100%	20	100%	20	100%	20	100%	30	100%	107	51%	
Norte	2	12%	3	15%	6	30%	3	15%	5	17%	19	18%	
Nordeste	3	18%	7	35%	6	30%	4	20%	13	43%	33	31%	
Centro-Oeste	0	0%	1	5%	0	0%	1	5%	1	3%	3	3%	
Sudeste	7	41%	7	35%	7	35%	9	45%	5	17%	35	33%	
Sul	5	29%	2	10%	1	5%	3	15%	6	20%	17	16%	

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

PARTE II

OS REFLEXOS DO PRÊMIO ODM NAS PRÁTICAS PREMIADAS

5. O QUE FOI ANALISADO E COMO FOI FEITA ESTA PESQUISA?

5.1 O objetivo da pesquisa foi analisar as mudanças ocorridas nas práticas premiadas após o recebimento do Prêmio ODM.

A pesquisa sobre os desdobramentos do Prêmio ODM, apresentada nessa segunda parte do relatório, teve por objetivo analisar as mudanças ocorridas nas práticas premiadas entre o momento de premiação e os anos 2014 e 2016. Ela foi realizada por meio de um levantamento *on-line* junto a 41 organizações e de visitas *in loco* a um subgrupo de 11 organizações. Buscou-se nesse trabalho conhecer a evolução das práticas em relação à expansão do atendimento, aos recursos aplicados, às pessoas envolvidas na execução dos projetos, às parcerias realizadas, aos prêmios recebidos, e à reprodução das iniciativas por outras organizações. Adicionalmente, as organizações foram indagadas sobre as motivações que as levaram a se inscrever no Prêmio ODM, as dificuldades enfrentadas no processo de participação, as principais contribuições da premiação para o fortalecimento das suas práticas e as sugestões de aprimoramentos para premiações futuras.

Para a realização da pesquisa o Ipea contou com o apoio da Secretaria Geral da Presidência da República em diversas etapas: na análise crítica do questionário, na localização das pessoas a serem contatadas nas organizações e, sobretudo, na cobrança por respostas. A responsabilidade pelo recebimento das informações, tabulação e análise dos dados foi, no entanto, da equipe do Ipea.

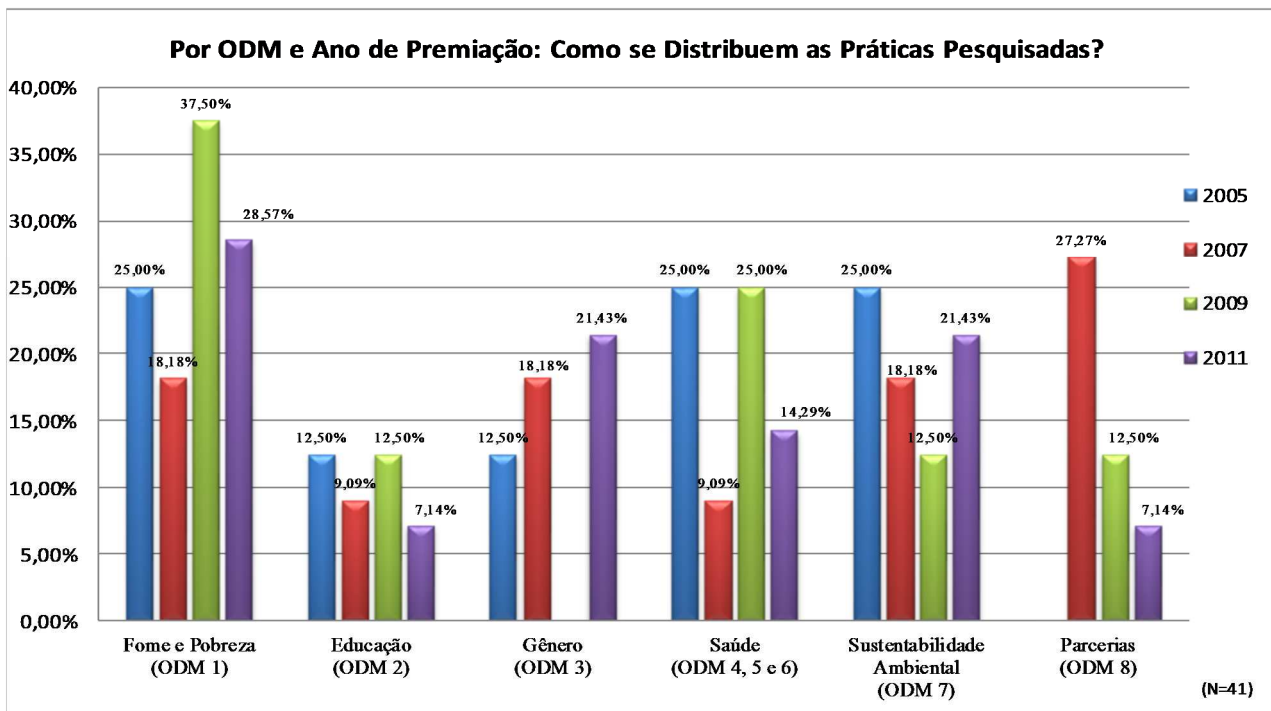
5.2 A análise foi focada nas práticas premiadas no período 2005/2011 e desenvolvidas pelas organizações não governamentais.

O Prêmio ODM abrange práticas sociais e ambientais desenvolvidas por instituições governamentais e não governamentais, mas a opção nessa pesquisa foi concentrar o levantamento e a análise das informações sobre o ocorrido nas organizações da sociedade civil²⁴. Considerando que o objetivo do trabalho foi verificar os reflexos do Prêmio no posterior desenvolvimento das práticas premiadas, cuidou-se de excluir aquelas que participaram da edição de 2013 e que receberam o Prêmio no início de 2014. Não faria sentido verificar os desdobramentos dessas práticas no mesmo ano em que foram agraciadas, já que não houve tempo para apresentar resultados relevantes.

A partir desses dois critérios de seleção, o universo da pesquisa foi composto pelas 41 organizações sem fins lucrativos com práticas premiadas nas edições de 2005, 2007, 2009 e 2011. A distribuição dessas práticas, por ODM, por ano de premiação e por região, é apresentada nos Gráficos 19 e 20. Neles é possível observar que o perfil delas é bastante similar ao perfil do conjunto das premiadas: predominam aquelas voltadas para o combate à fome e à pobreza e as desenvolvidas na região Nordeste.

²⁴ Conforme anteriormente mencionado, o Prêmio ODM abrange os governos municipais e as organizações. Nessa segunda categoria estão inseridas as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais, as empresas privadas e as universidades públicas federais ou estaduais (ver Regimento Interno no Anexo II). A pesquisa concentrou-se no grupo de organizações, mas excluiu universidades e instituições de pesquisa governamentais uma vez que as condições de funcionamento dessas instituições são muito distintas das demais organizações da sociedade civil.

Gráfico 19

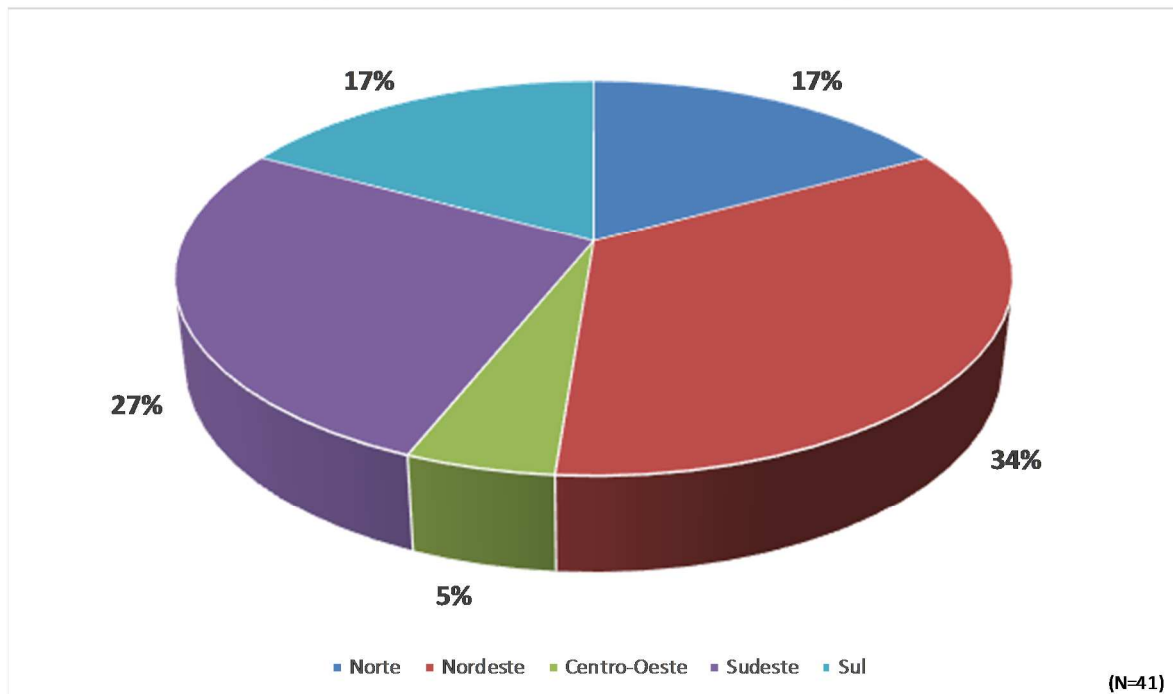


Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

Gráfico 20

Por Região: Como se Distribuem as Práticas Pesquisadas?



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

5.3 Em uma primeira etapa, as organizações foram contatadas por telefone e receberam um questionário para ser respondido *on-line*.

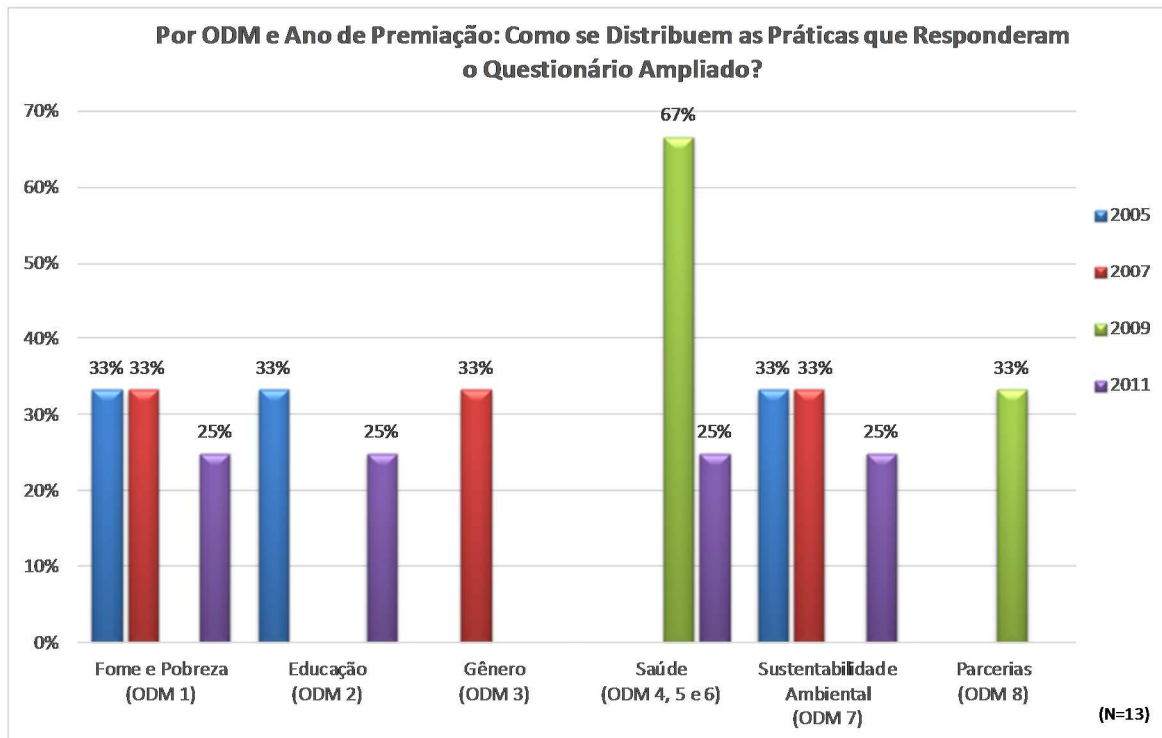
O primeiro levantamento das informações quantitativas foi realizado em 2015, por meio de um questionário respondido *on-line* pelas organizações responsáveis pelas práticas premiadas. Para facilitar o preenchimento e a atualização dos dados, cada organização recebeu um questionário individual, no qual foram registradas as informações que elas forneceram nas fichas de inscrição ao Prêmio. Quase todo o questionário foi composto por questões fechadas e, ao final de cada uma delas, foi deixado um espaço para o respondente inserir, opcionalmente, observações complementares²⁵. Houve a preocupação em elaborar um questionário pequeno e de fácil preenchimento, de forma a garantir o maior número possível de retornos.

Para um subgrupo de 13 organizações (32% do universo pesquisado)²⁶ foram acrescentadas algumas questões adicionais para levantar informações mais detalhadas sobre as demais premiações recebidas, as novas parcerias estabelecidas e o orçamento destinados às práticas no ano de 2014. Para a escolha desse subgrupo adotou-se o critério de inserir práticas premiadas nas quatro edições do Prêmio, de todos os 8 ODM, de diferentes portes (em relação ao número de pessoas atendidas) e das diversas regiões do País (excetuando o Centro-Oeste, dado o reduzido número de práticas premiadas nessa região). Nos Gráficos 21 e 22 é apresentada a distribuição dessas práticas por ODM e ano de premiação e por ODM e região.

²⁵ O questionário, sem as informações fornecidas pelas organizações, é apresentado no Anexo XI desse relatório.

²⁶ O questionário ampliado é apresentado no Anexo XII.

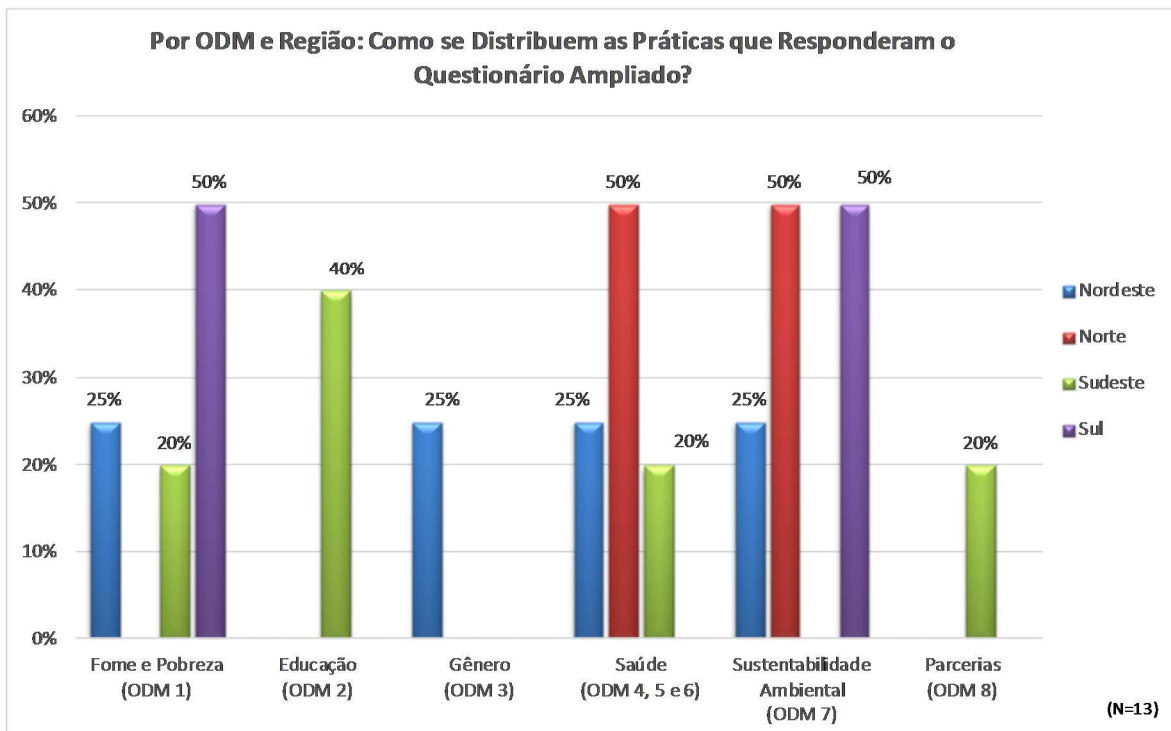
Gráfico 21



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Gráfico 22



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

5.4 Todas as organizações responderam à pesquisa e o apoio da Secretaria Geral da Presidência foi fundamental para o alcance desse resultado.

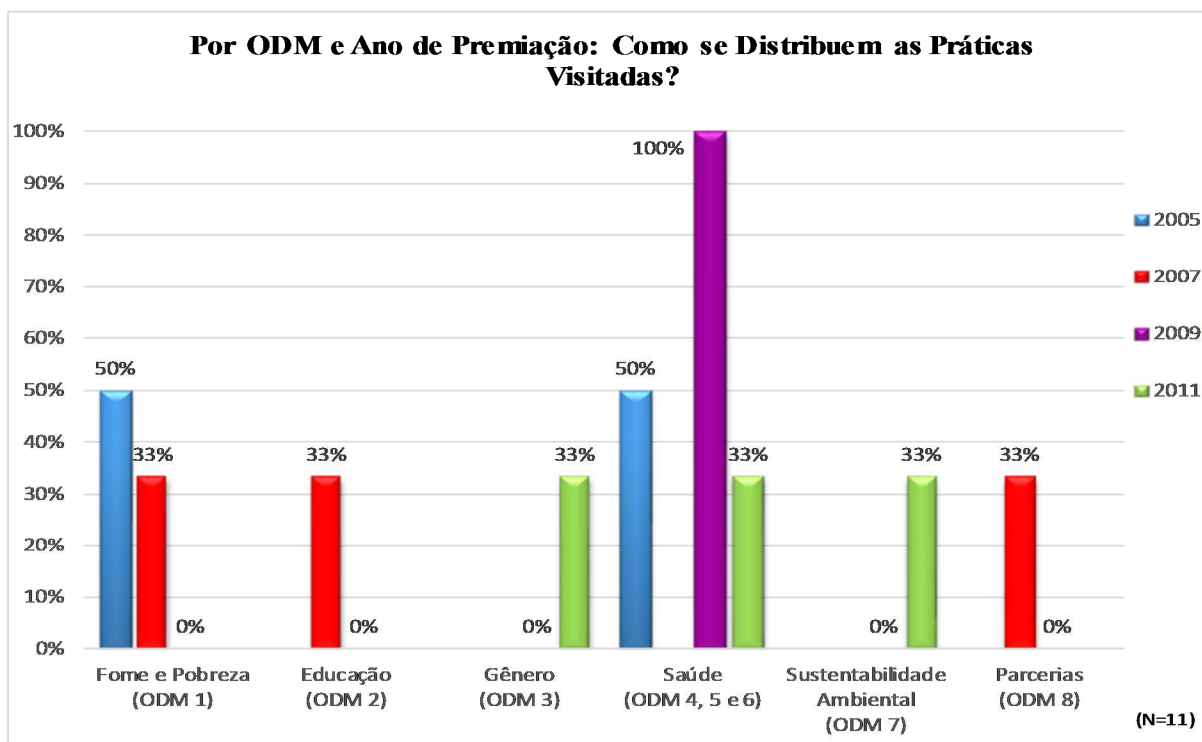
É importante ressaltar que 100% das organizações responderam ao questionário. Para a obtenção desse nível de retorno foi fundamental a estratégia de mobilização adotada pelo Ipea, com o apoio e a participação da Secretaria Geral da Presidência da República. Além da simplicidade do questionário e do cuidado em atualizar as informações sobre as pessoas nas organizações que poderiam fornecer as informações solicitadas, buscou-se manter um contato direto com elas, por telefone, durante o processo de levantamento dos dados. Primeiro para conferir o recebimento do questionário e, em seguida, para cobrar as respostas. Uma equipe capacitada a tirar dúvidas e colaborar no preenchimento do questionário esteve à disposição das organizações durante todo o período do levantamento. O contato direto com as organizações mostrou-se de grande valia. A interatividade proporcionada pelos telefonemas permitiu maiores esclarecimentos sobre o conteúdo do que se buscava pesquisar, o que ajudou as organizações a responder mais adequadamente às perguntas. Cabe assinalar que eventuais dificuldades foram relacionadas muito mais ao acesso à internet do que a dúvidas relativas às questões do questionário. Deduz-se, portanto, que houve clareza no instrumento utilizado.

5.5 Em uma segunda etapa, algumas organizações foram visitadas e entrevistadas por técnicos do Ipea.

Para complementar as informações extraídas do questionário *on-line* foi realizado, no primeiro semestre de 2016, um levantamento de informações qualitativas por meio de uma pesquisa *in loco* junto a um subgrupo de 11 organizações, ou seja, 28% das organizações premiadas no período analisado. Nessa etapa, cinco técnicos do Ipea visitaram práticas de diferentes portes (em relação ao número de pessoas atendidas), premiadas

nas diversas edições do Prêmio (de 2005 a 2011) e localizadas em diferentes regiões (Sul, Sudeste e Nordeste). A diversidade de realidades e resultados encontrados pelos pesquisadores demonstrou o acerto da seleção dessa amostra. Nos Gráficos 23 e 24 é apresentada a distribuição dessas práticas por ODM, por região e ano de premiação.

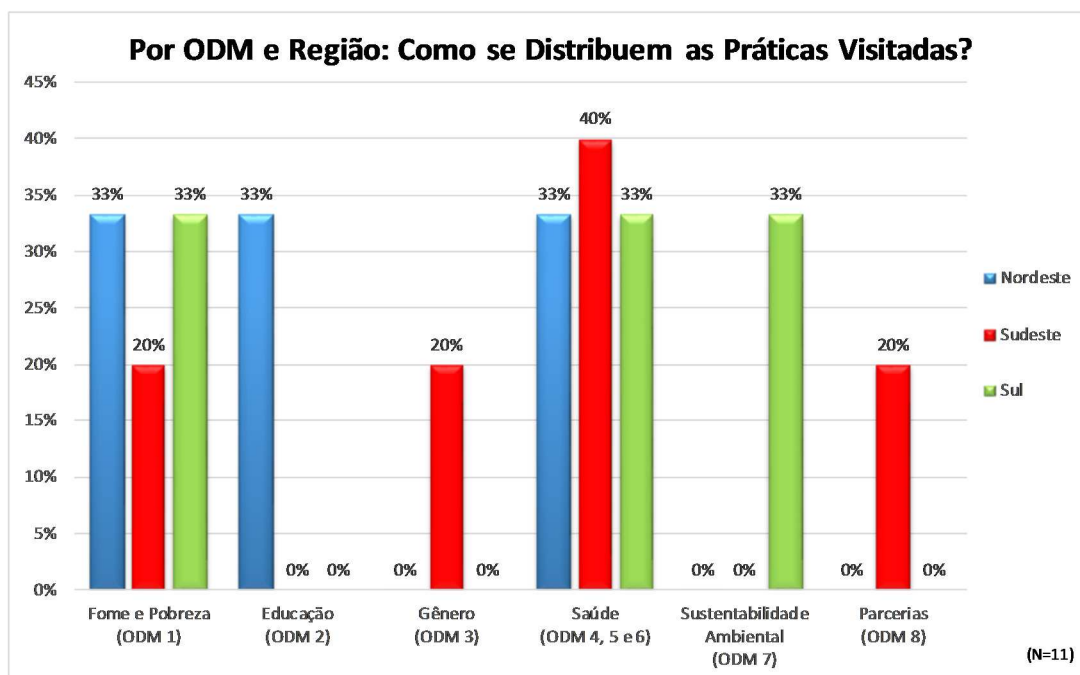
Gráfico 23



Fonte: Pesquisa de Campo Prêmio ODM - Ipea/Disoc (2016).

Elaboração: Ipea/DISOC.

Gráfico 24



Fonte: Pesquisa de Campo Prêmio ODM - Ipea/Disoc (2016).

Elaboração: Ipea/DISOC.

Ao todo foram entrevistadas 27 pessoas entre dirigentes das organizações e gestores envolvidos na condução das práticas premiadas. Para tanto, foi elaborado um questionário semi-estruturado, com o objetivo de aprofundar a análise sobre as contribuições do Prêmio ODM para as práticas agraciadas e colher subsídios para o aprimoramento de premiações congêneres. Buscou-se, assim, visitar aquelas organizações que haviam reconhecido, no questionário *on-line*, que as contribuições do Prêmio foram significativas para o fortalecimento da iniciativa²⁷.

O questionário continha um *mix* de perguntas abertas e fechadas que foram feitas verbalmente, em uma ordem prevista, sendo que o entrevistador estava autorizado a acrescentar perguntas de esclarecimentos se considerasse necessário²⁸. Em cada questionário foram inseridas informações específicas à prática a ser analisada. Elas foram extraídas das

²⁷ Vale destacar, que nesse grupo de organizações se encontravam a maioria das práticas premiadas, conforme pode ser observado a seguir, no Gráfico 27.

²⁸ O questionário utilizado na pesquisa de campo, sem as informações fornecidas pelas organizações, é apresentado no Anexo XIII desse relatório.

fichas de inscrição, dos relatórios das visitas técnicas realizadas por ocasião da premiação e dos questionários respondidos na fase anterior dessa pesquisa. O objetivo dessa "customização" dos questionários foi permitir aos entrevistadores confrontarem diferentes fontes de informações e adequarem a condução da entrevista à realidade de cada prática. As entrevistas foram gravadas e tiveram uma duração média de duas horas e trinta minutos. Em alguns casos, além das entrevistas, os técnicos do Ipea tiveram a oportunidade de fazer uma visita aos projetos premiados.

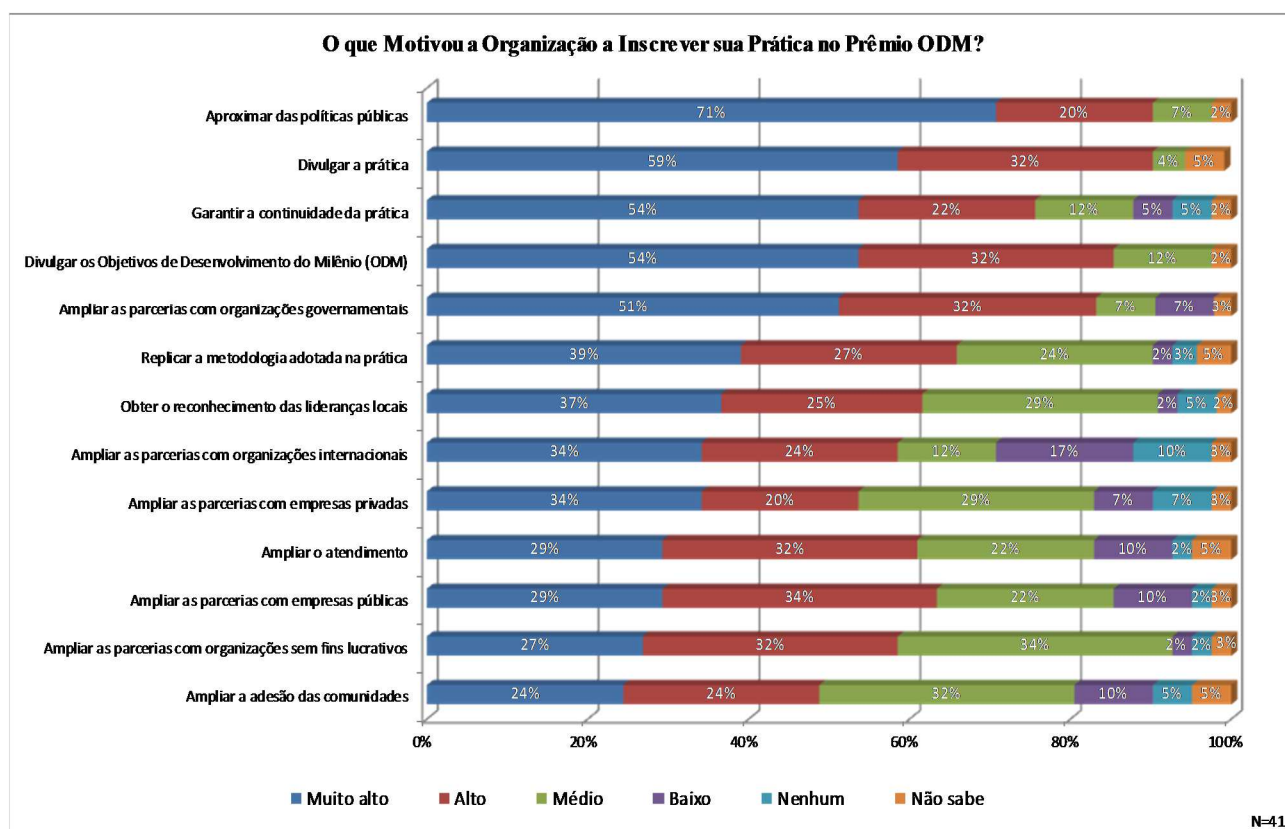
As informações e depoimentos obtidos nas entrevistas foram introduzidos ao longo dessa segunda parte do Relatório e contribuíram para reforçar ou qualificar muitas das conclusões que foram extraídas dos questionários *on-line*.

6. QUAL A VISÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOBRE O PRÊMIO ODM?

6.1 As organizações inscreveram suas práticas no Prêmio ODM movidas, sobretudo, pelo desejo de se aproximarem das políticas públicas e de divulgar suas práticas sociais e ambientais.

As expectativas em relação ao Prêmio ODM eram grandes no momento das inscrições. Conforme pode ser observado no Gráfico 25, do leque de boas razões para participar dessa iniciativa, a maioria das organizações assinala que todas as alternativas apresentadas na pesquisa pesaram alto, ou muito alto, na sua decisão. Entre os motivos mais fortes se destacam, no entanto, o desejo de aproximar-se das políticas públicas e de divulgar suas práticas, assinalado por 91% delas.

Gráfico 25



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

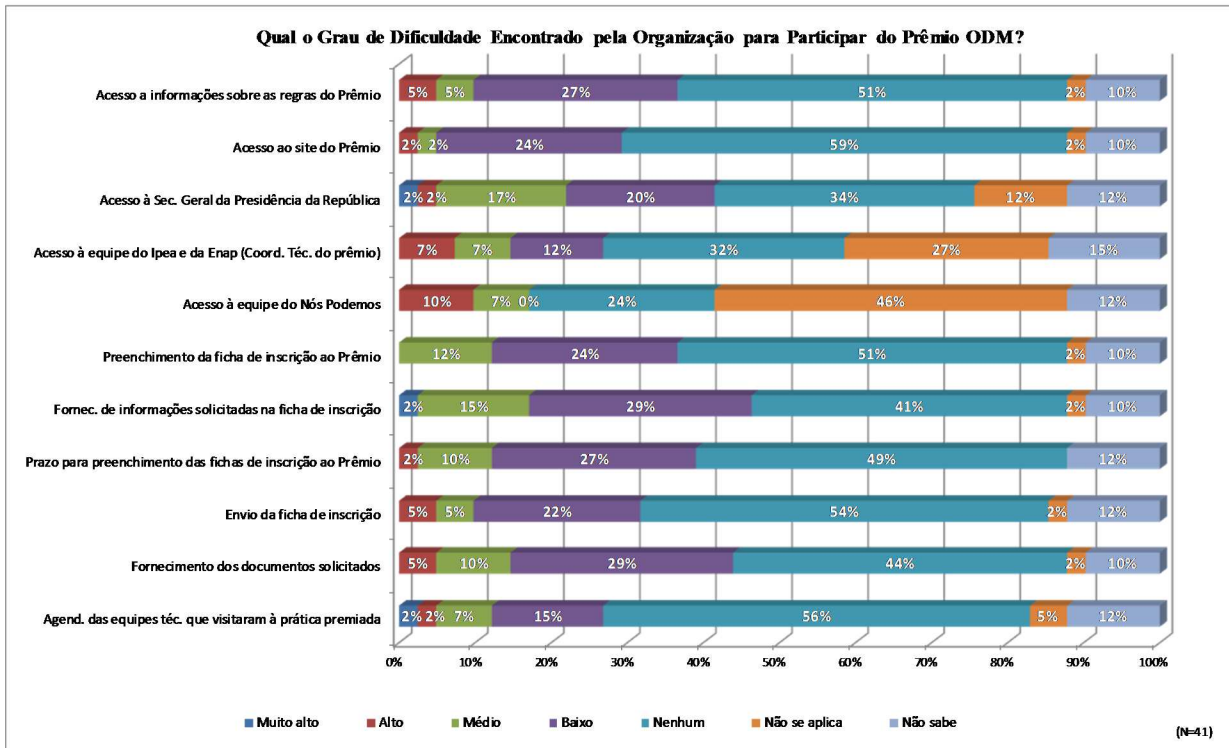
6.2 As organizações não encontraram maiores dificuldades para participar do Prêmio ODM.

Menos de 10% das organizações encontraram dificuldades, altas ou muito altas, em relação aos diversos aspectos referentes à participação no Prêmio, como o acesso às informações e às equipes que conduziram o processo, o cumprimento dos prazos e o fornecimento da documentação solicitada. Por outro lado, conforme os dados apresentados no Gráfico 26 observa-se a predominância das respostas "nenhuma dificuldade". Excepcionalmente, em alguns itens como o acesso à equipe do "Nós podemos"²⁹ ou às equipes do Ipea/Enap, um percentual maior de organizações, 46% e 27%, respectivamente, assinalou o item "não se aplica", indicando que não buscou

²⁹ Trata-se do movimento "Nós Podemos Paraná" que foi parceiro da Secretaria Geral da Presidência da República na condução do Prêmio ODM.

contato e, portanto, não cabe registrar se encontrou, ou não, dificuldade a esse respeito.

Gráfico 26



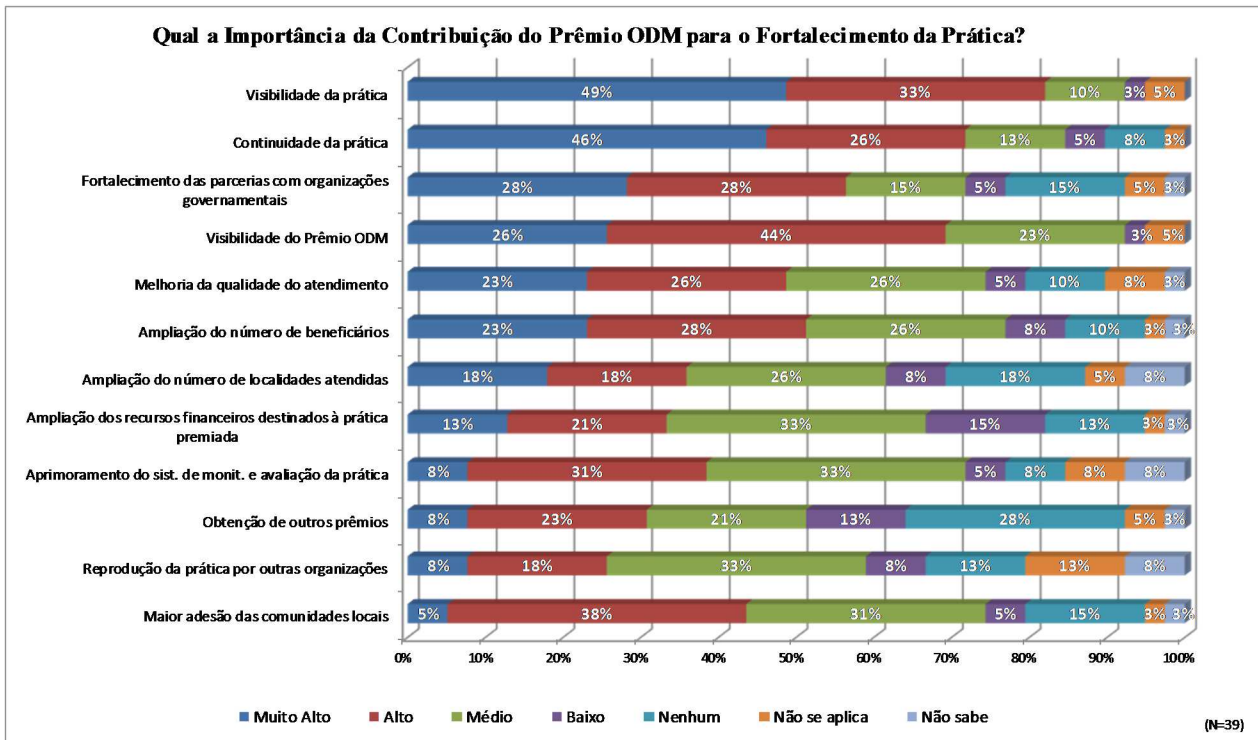
Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)
Elaboração: Ipea/DISOC

6.3 A contribuição do Prêmio ODM para o fortalecimento das práticas premiadas foi amplamente reconhecida pelas organizações.

Uma boa referência para analisar o êxito do Prêmio ODM é observar o grau de reconhecimento das organizações sobre sua contribuição para o fortalecimento das práticas premiadas. Os resultados apresentados no Gráfico 27 são contundentes. A maioria delas considera que a contribuição do Prêmio foi alta, ou muito alta, nos diversos aspectos destacados na pesquisa e que correspondem aos principais objetivos dessa premiação, tais como: contribuir para a divulgação e o reconhecimento público de boas práticas voltadas para o alcance dos ODM; dar continuidade e expandir o atendimento dos projetos premiados; e ampliar as parcerias. As

contribuições do Prêmio para cada um desses aspectos são apresentadas nas próximas seções.

Gráfico 27



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)
Elaboração: Ipea/DISOC

Vale destacar que o fortalecimento das práticas foi confirmado pelos pesquisadores do Ipea que realizaram as visitas às organizações, ainda que os resultados encontrados tenham sido bastante variados. Foi interessante observar, por exemplo, que a partir do ano de premiação, a maioria das organizações (82%) promoveu mudanças em suas estratégias de atuação, visando adaptar-se às mudanças na conjuntura social, ambiental ou econômica e, com isso, ampliar a cobertura do atendimento para outros grupos da população e outras regiões do País. Entre as inovações adotadas sobressaem-se àquelas voltadas para gerar uma maior autonomia financeira das práticas premiadas e a adequação do leque das suas atividades às novas realidades locais. No entanto, em nenhum caso foi verificada uma ruptura com os objetivos originais que levaram à premiação e, conforme o depoimento de um entrevistado, "quando se passa por dificuldades o que

fica e mantêm o trabalho da organização é a sua finalidade, o seu DNA, a sua alma. As mudanças no contexto do País estão exigindo da organização um esforço grande para se reinventar e estamos buscando ressignificar os fazeres sem abrir mão da nossa missão que é o mais importante e o que deve ser mantido. Hoje o risco nas organizações é de que o meio vire finalidade na busca de sustentabilidade, mas o que te mantêm é o teu DNA, o que você sabe fazer".

Conforme já mencionado, antes da premiação todas as práticas foram visitadas por técnicos do Ipea e de outras instituições parceiras. Naquela ocasião eles elaboraram um relatório no qual buscaram destacar os pontos fortes e fracos identificados em cada uma delas. Nas visitas realizadas no âmbito dessa pesquisa, buscou-se verificar se eles foram, respectivamente, mantidos ou superados. Os resultados obtidos foram, naturalmente, diferenciados e os reflexos do Prêmio variaram de acordo com o tamanho da prática, as especificidades dos serviços prestados e o contexto em que as organizações estão inseridas (grandes centros urbanos ou municípios de menor porte).

Mesmo assim, no geral, os resultados foram muito positivos: em mais de 90% das organizações todos os pontos fortes foram mantidos e, em 73% dos casos, observou-se que novos avanços foram introduzidos na condução das práticas. Na maior parte das vezes, eles estão relacionados ao alcance dos propósitos almejados: mais sustentabilidade, mais participação e melhores resultados para as comunidades.

Ademais, em dois terços das organizações observou-se que os pontos fracos foram superados. Entretanto, no terço restante identificou-se a manutenção ou o agravamento de algumas fragilidades, especialmente nos quesitos relacionados à dependência de apoios externos, sobretudo do setor público, e à dificuldade de atender às demandas crescentes das comunidades do entorno decorrentes da deterioração das condições sociais locais (ex.:

aumento da violência e do uso de drogas). Sabe-se que esses problemas não são exclusivos das organizações que tiveram suas práticas agraciadas no Prêmio ODM e que atingem um grande contingente de organizações sociais atuantes no país. Assim, cabe registrar que os benefícios da premiação, apesar de evidentes, não são suficientes para garantir a superação de tais dificuldades e que os entrevistados sinalizaram que a crise econômica e as alterações recentes nas diretrizes de algumas políticas públicas podem neutralizar parte dos avanços obtidos até então.

6.4 As organizações destacaram a importância do Prêmio ODM para ampliar a visibilidade e o reconhecimento público das suas práticas, assim como para seu impacto nas comunidades envolvidas.

Conforme anteriormente mencionado, 91% das organizações se inscreveram no Prêmio movidas pelo desejo de divulgar suas práticas sociais e ambientais. Esse resultado não surpreende, na medida em que é sabido que entre os principais objetivos de premiações está o reconhecimento e a divulgação do trabalho dos agraciados. No entanto, nem sempre esse resultado é alcançado. Em relação ao Prêmio ODM, 82% das organizações reconheceram que sua contribuição foi alta, ou muito alta, no quesito ampliação da visibilidade da prática premiada, o que é um resultado bastante positivo. Ainda assim, algumas poucas organizações ressentiram-se de um maior reconhecimento por parte da mídia local e dos demais atores envolvidos com o tema, sugerindo uma maior articulação com as equipes responsáveis pelo Prêmio de forma ampliar ainda mais a divulgação dessa importante iniciativa.

Para complementar a informação sobre a percepção das organizações em relação à relevância do Prêmio ODM, foi solicitado que elas completassem a frase destacada abaixo. Das respostas fornecidas, extrai-se uma linha comum: a importância que as organizações atribuíram ao Prêmio para ampliar o reconhecimento público das práticas premiadas, bem como para seus reflexos na melhoria da qualidade de vida das comunidade atendidas.

Para a nossa organização, o Prêmio ODM representou uma oportunidade de....

"dar maior visibilidade e comprovação do reconhecimento das ações e esforços da organização para cumprir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio".

"divulgar o trabalho da prática e ampliar as parcerias".

"abrir oportunidades de ampliação da prática, pois quando falamos para as pessoas que obtivemos o prêmio ODM, elas ficam muito impressionadas quanto à importância da iniciativa e chegam até postar na internet o sucesso que tivemos".

"permitir o reconhecimento, a divulgação, uma maior visibilidade e a ampliação das parcerias".

"potencializar o alcance da prática, fortalecer as relações internas à escola e, também, com a comunidade local, além de torná-la uma ação permanente".

"dar visibilidade nacional e até internacional a uma prática inovadora de atuação envolvendo universidade e empreendimento econômico solidário como promotora do desenvolvimento local".

"divulgar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a sociedade civil em geral. Espera-se que o Prêmio ODM Brasil também contribua na divulgação/sistematização das ações (de organizações governamentais e não governamentais) em prol dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio em todo País".

"ter reconhecimento nacional no que diz respeito a um dos programas mais importantes para a trajetória da organização".

"melhorar a autoestima dos educadores, todos oriundos da mesma comunidade, e estimular a continuidade da obra socioeducativa".

"dar visibilidade e credibilidade, além de constatarmos que estamos no caminho certo".

"retirar da extrema pobreza centenas de famílias de seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e agricultores familiares assentados pela reforma agrária, residentes em comunidades extrativistas da Amazônia".

"permitir a afirmação, fortalecimento e continuidade dos trabalhos desenvolvidos".

"gerar um maior fortalecimento e visibilidade da prática junto ao público alvo".

"ter reconhecimento e ampliar a divulgação de uma tecnologia social voltada para o desenvolvimento e a inclusão social e profissional de pessoas com deficiência".

"ampliar a divulgação, o reconhecimento e a ampliação das atividades executadas pela prática".

"aliar os desdobramentos da Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata, realizada em 2001, em Durban, África do Sul, como um dos eixos estruturantes da prática, que atua na detecção e prevenção da anemia falciforme".

"ampliar a prática de bancos comunitários em outros estados do Brasil, aumentando a escala de serviços oferecidos à população de baixa renda".

"contribuir para o resgate do sujeito, fornecendo-lhe meios e condições para uma vida mais satisfatória e digna, propiciando o repensar sobre os processos do seu próprio crescimento. Divulgar a prática com respaldo perante outras entidades, fortalecendo parcerias com organizações governamentais".

"ampliar o relacionamento com o poder público, garantindo maior visibilidade para a entidade e o programa social realizado. Contribuiu ainda para uma maior difusão dos ODM's entre os parceiros e as comunidades apoiadas".

"conseguir maior visibilidade e maior credibilidade, valorizando as iniciativas e, também, uma maior aceitabilidade da prática. Faltou por parte da instituição maior envolvimento com a divulgação do prêmio, o que se justifica pela falta de recursos humanos destinados para esse fim".

"possibilitar que crianças e adolescentes de famílias de baixa renda possam desenvolver atividades que proporcionem a aquisição de conhecimentos complementares à educação formal, usando a dança como agente motivador no processo de aprendizagem e desenvolvimento social".

"ampliar o atendimento aos participantes e as parcerias governamentais e privadas, principalmente para a comercialização dos produtos desenvolvidos. O aumento da comercialização garante a sustentabilidade das ações, além de gerar maiores oportunidades de trabalho e renda para as mulheres rurais que trabalham na produção de amêndoas, farinha, azeite, óleo e barras de cereais de castanha. Também levou a um aumento na aquisição de matéria-prima ofertada por indígenas das etnias Apiaká, Kaiaby, Munduruku e Cinta Larga".

"ver o trabalho com as mulheres da região ser reconhecido como relevante para aquela população e aquele território. Ter a oportunidade de apresentar nosso trabalho para outras organizações e também para o governo brasileiro foi um privilégio que cultivamos com carinho. Esse reconhecimento nos motivou a crescer e a pensar na ampliação da experiência".

"mostrar o potencial de nossas ações e a seriedade e compromisso com o atendimento de nossas famílias".

"dar visibilidade, reconhecimento, compromisso e defesa aos direitos humanos".

"apresentar ao Brasil um grupo de brasileiros que considera o trabalho a sua principal fonte de esperança em um futuro onde não haja tantos vencidos e tão

poucos vencedores, nem que riamos da honra ou sintamos vergonha de sermos honestos, como dizia Rui Barbosa”.

“gerar um maior envolvimento dos resultados das práticas por nós realizadas em políticas públicas para conservação e qualidade de vida das comunidades em que estamos inseridos”.

“legitimar e ser reconhecido como importante ator no cenário dos ODM”.

“ampliar o reconhecimento de nossa instituição no estado e no País”.

“ter credibilidade, reconhecimento do caráter de inovação da nossa prática e o orgulho da comunidade em ter pela primeira vez um projeto realizado por moradores premiado nacionalmente, recebendo o prêmio das mãos do Presidente da República”.

“permitir melhoria de vida”.

“melhorar a qualidade da educação básica e contribuir para a implementação de práticas de leitura e de educação do campo”

“obter reconhecimento institucional”.

“divulgar as experiências de práticas desenvolvidas, principalmente na área da diversificação da cultura agrícola em que atua a prática”.

“fortalecer a prática”.

“tornar visível o trabalho invisível das mulheres rurais do semiárido baiano”.

6.5 A visibilidade proporcionada pelo Prêmio ODM gerou um círculo virtuoso com reflexos positivos em diversos aspectos das práticas premiadas.

A importância do Prêmio para ampliar a visibilidade e o reconhecimento público das práticas agraciadas foi amplamente confirmada na pesquisa de campo. O interessante foi observar, em diversos casos, o círculo virtuoso gerado por essa premiação. A maior visibilidade ampliou o reconhecimento da prática e, com isso, obteve-se maior apoio externo para melhorias da infraestrutura, das condições de trabalho e ampliação do quadro de pessoal o que, por sua vez, permitiu o aperfeiçoamento da metodologia de atuação, a ampliação do atendimento e, conseqüentemente, uma maior visibilidade da prática.

Alguns depoimentos colhidos nas entrevistas ilustram essa observação: "foi o prêmio mais relevante que a prática recebeu e facilitou o estabelecimento de novas parcerias"; "o prêmio ODM ajudou a criar um "caldo de cultura" favorável à iniciativa e por essa razão a prática passou a ser mais aceita, tanto na comunidade como na esfera pública"; "o Prêmio funciona como um "abre alas"; "o prêmio tem uma dimensão pedagógica, orientativa. Ele chancela a iniciativa com a grife de pública"; "o Estado é pesado para reconhecer o trabalho das organizações e o Prêmio é um caminho"; "outras organizações parceiras valorizaram muito o nosso trabalho, na medida em que era um trabalho premiado"; "o Prêmio ampliou a visibilidade interna e externa à prática e contribuiu para o maior envolvimento da equipe" ; "o reconhecimento da ONU e da PNUD abriu portas em todos os lugares aonde o projeto vai"; "ser chamado para um ato com o Presidente da República dá visibilidade pública e isso valoriza as relações institucionais. A gente foi chamado para várias prefeituras e espaços públicos para falar do prêmio. As pessoas enxergam que a gente é uma referência. Então isso agrega. Esses espaços também são espaços de articulação e lá a gente encontra lideranças da universidade que acabam somando. O prêmio é uma vitrine de relações interpessoais com outras experiências como a nossa, na área da agricultura ou, ainda, experiências com comercialização. Auxilia nas articulações e, também, na questão da visibilidade". Essa visibilidade e reconhecimento público permitiram que alguns projetos alcançassem uma projeção internacional e alguns mencionaram a aproximação com organizações e universidades sediadas nos Estados Unidos, como a ONU, a Universidade da Califórnia³⁰, o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Universidade de Colúmbia).

Em que pese essa visão otimista em relação ao Prêmio ODM, alguns reforçaram a solicitação feita na etapa anterior da pesquisa no sentido de que a sua divulgação seja ampliada e envolva mais as lideranças locais.

³⁰ Uma das práticas visitadas representou o Brasil no encontro da SAGE (Students for the Advancement of Global Entrepreneurship) organizado pela Universidade da Califórnia e realizado na Ucrânia.

Outros destacaram que há limites no alcance das premiações e que os maiores benefícios ocorrem, sobretudo, nos primeiros anos após a premiação: "no período de 2011-12³¹ o prêmio contribui bastante (com a articulação com as políticas públicas), mas era um momento em que as políticas públicas estavam no seu auge. Hoje existe uma insegurança muito grande em relação a essas políticas". Nesse sentido, observou-se que os benefícios gerados, conforme anteriormente mencionado, podem ser prejudicados em uma conjuntura de crise econômica; de mudanças nas diretrizes das políticas públicas (menos abertas às parceiras diretas com as organizações sociais); de interrupção de apoios internacionais e de parceiros privados importantes (por motivos alheios ao reconhecimento do valor da prática); e, de falta de políticas públicas adequadas. Portanto, se os avanços obtidos podem ser atribuídos, em boa medida, ao Prêmio ODM, ele não é suficiente para garantir os bons resultados auferidos na dimensão observada. Conforme as palavras de uma entrevistada - "prêmio é prêmio, é uma vantagem, um mérito. Mas se eu falar com sinceridade, tudo o que a gente conseguiu foi com muito esforço e muita dificuldade".

7. O QUE OCORREU COM AS PRÁTICAS PREMIADAS?

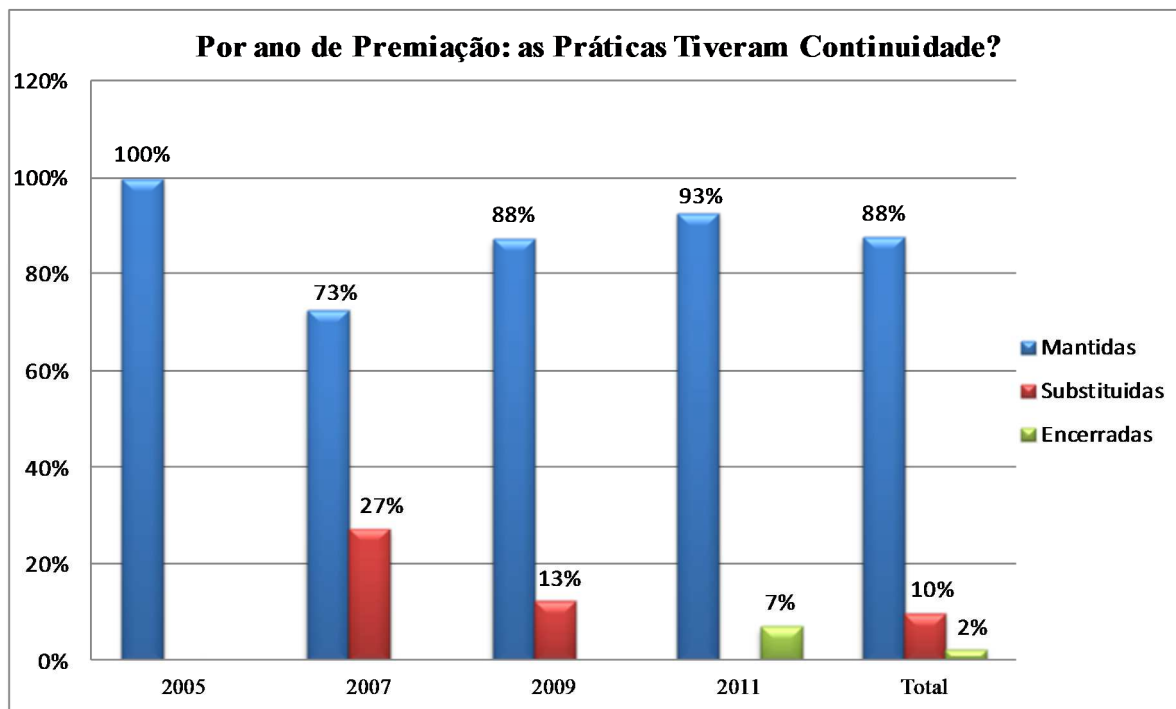
7.1 A continuidade das práticas premiadas indica o compromisso das organizações com os ODM.

É interessante destacar que, em 2014, 98% das práticas premiadas mantinham-se em funcionamento. O desejo de continuidade foi um dos principais motivos que induziu as organizações a participarem do Prêmio ODM e 72% delas consideraram que a premiação teve uma importância alta, ou muito alta, para tal resultado. Após a premiação, apenas uma prática foi interrompida (2%) e outras quatro foram substituídas ou integradas a outros projetos da organização mantendo, no entanto, os mesmos objetivos

³¹ A referida prática foi premiada em 2011.

originais³². Vale mencionar que foram as práticas voltadas para o ODM 3 - promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres - as que apresentaram as maiores alterações (Gráficos 28, 29 e 30).

Gráfico 28

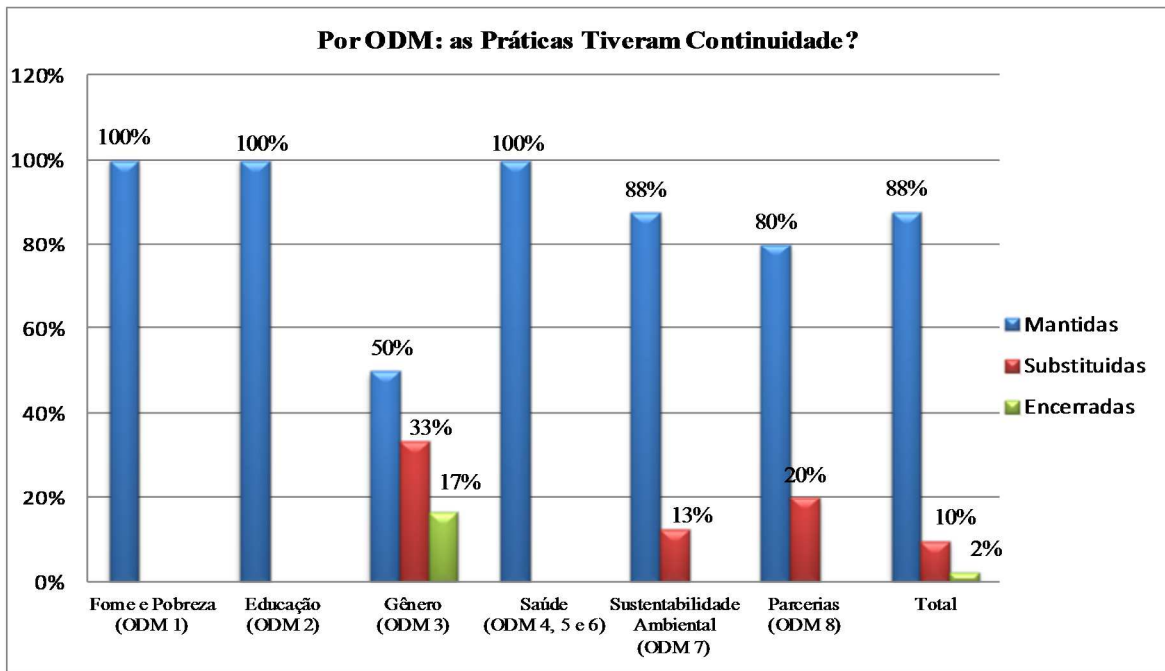


Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

³² Nesses casos de substituição das práticas premiadas as 4 organizações forneceram, no questionário, todas as informações referentes às novas práticas e elas foram incorporadas na análise apresentada nesse Relatório. Assim, a análise dos resultados refere-se a 40 práticas.

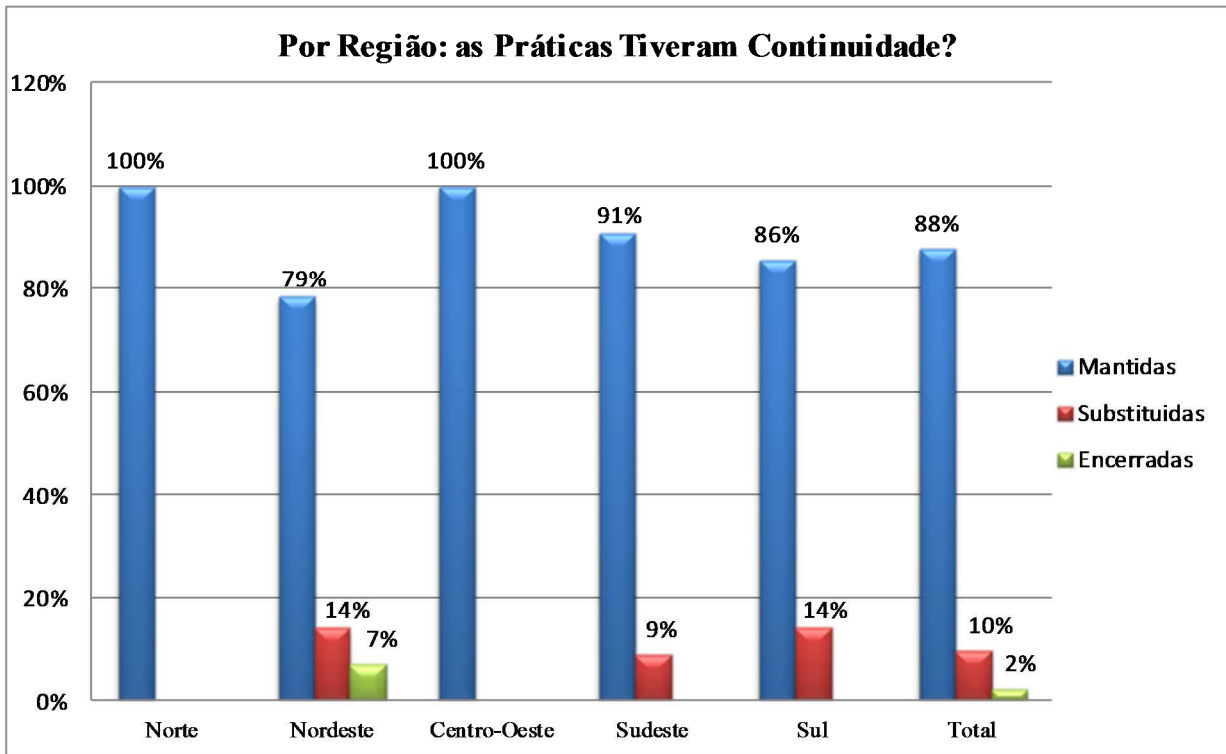
Gráfico 29



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Gráfico 30



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

7.2 Aumentou, de forma significativa, o número de pessoas atendidas pelas práticas premiadas.

Metade das organizações destacou que o Prêmio ODM teve uma importância alta, ou muito alta, na ampliação do atendimento das práticas premiadas. O que se observou nos dados levantados? O número de pessoas diretamente atendidas, em 2014, era 7,5 vezes maior do que nos anos em que as práticas foram premiadas: passou de 401.430 pessoas para 3.441.039. Conforme pode ser observado na Tabela 13 o crescimento foi ocorrendo ao longo do tempo e as premiadas nas primeiras edições apresentaram um crescimento maior do que as demais.

Tabela 13

Variação do Número de Pessoas Atendidas, Por Ano de Premiação

Ano da Premiação	Nº de pessoas atendidas			
	No ano da premiação	Em 2014	Variação Total	Variação Percentual
Total	401.430	3.441.039	3.039.609	757%
2005	134.473	2.978.042	2.843.569	2115%
2007	115.119	262.372	147.253	128%
2009	65.981	110.802	44.821	68%
2011	85.857	89.823	3.966	5%

Obs.: O resultado relativo às práticas premiadas em 2005 foi fortemente influenciado pelo excepcional desempenho de um dos projetos, de ampla cobertura regional e de reconhecimento internacional.

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

(N=38)

Elaboração: Ipea/DISOC

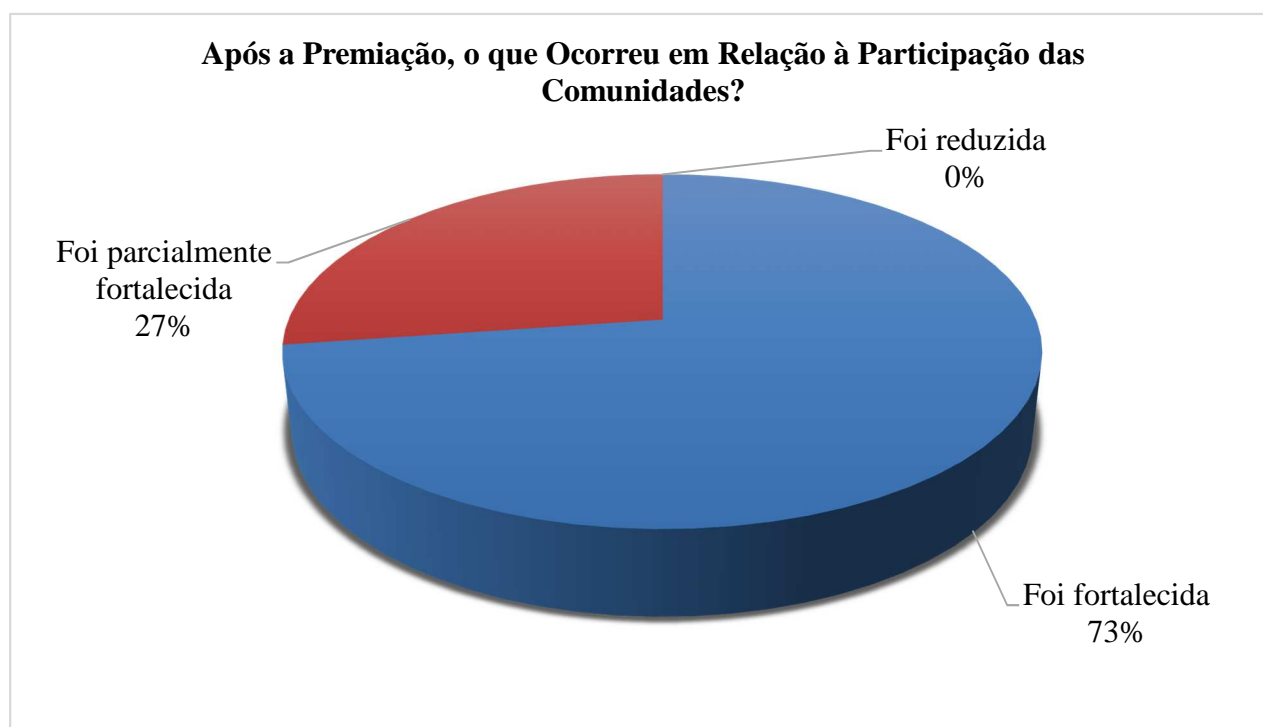
As razões para tal ampliação foram exploradas na pesquisa de campo e os entrevistados atribuem à realização de novas parcerias, à maior articulação com as políticas públicas, às melhorias de infraestrutura, às mudanças na metodologia de trabalho, à ampliação para outras localidades e, sobretudo, ao maior reconhecimento da qualidade da prática, o que contribuiu para estimular o interesse da comunidade em participar da experiência. Nesse

subgrupo de práticas visitadas, o atendimento, em 2016, era seis vezes maior do que no ano de premiação e atingiu 67 554 pessoas.

É interessante observar que, além dessa ampliação do número de atendidos, os entrevistados enfatizaram a melhoria na qualidade da participação dos usuários. Conforme pode ser observado no Gráfico 31, a maioria das organizações visitadas (73%) informou que o Prêmio ODM contribuiu diretamente para fortalecer a participação e o engajamento das comunidades. Alguns depoimentos sobre os benefícios gerados refletem essa percepção: "o maior empoderamento e sentido de pertencimento dos beneficiários"; "a maior adesão dos usuários"; "a diminuição das resistências que ainda podiam ocorrer"; "um maior conhecimento dos ODM por parte das comunidades".

Mesmo aqueles que não vislumbraram um efeito direto nas comunidades reconheceram que o Prêmio traz benefícios indiretos, conforme observado por um dos entrevistados: "o Prêmio mobiliza a equipe, pauta fazeres, dá segurança de que estão corretos e isso chega indiretamente aos usuários. O Prêmio não chega, mas o impacto dele sim". Vale mencionar que o impacto nas comunidades tende a ser mais forte nos centros urbanos de menor porte onde a sua visibilidade e a repercussão do Prêmio chega de forma mais impactante nas comunidades envolvidas.

Gráfico 31



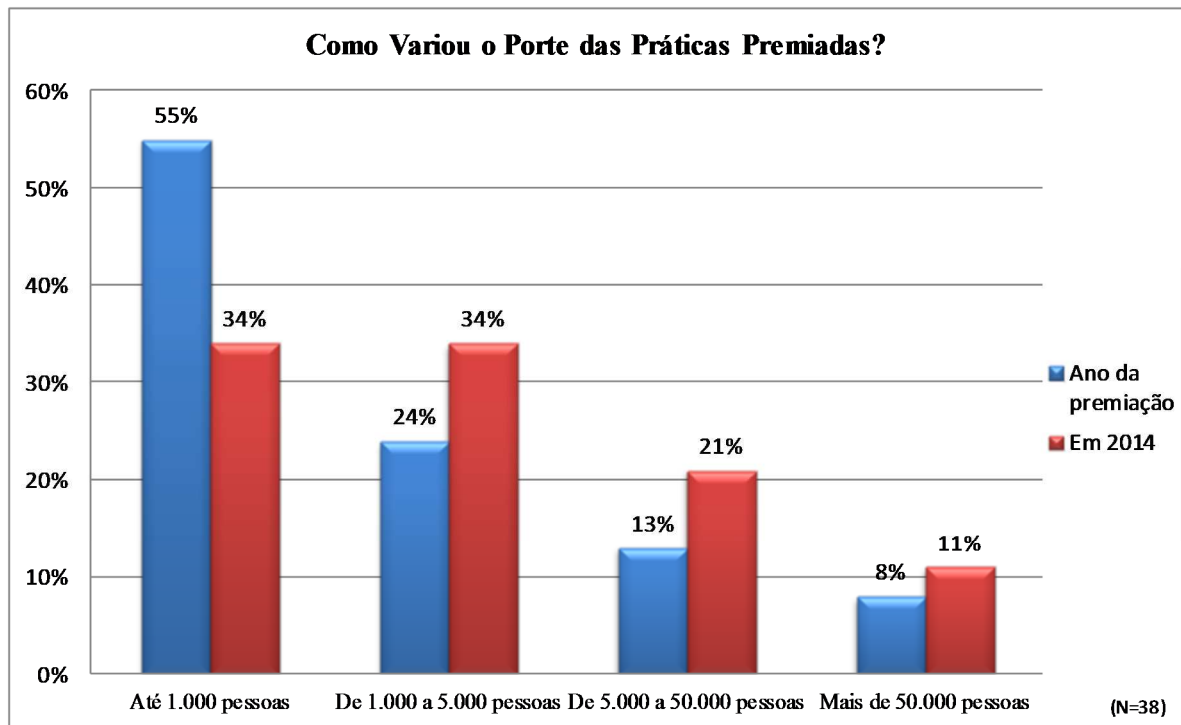
Fonte: Pesquisa de Campo Prêmio ODM - Ipea/Disoc (2016).

Elaboração: Ipea/DISOC.

7.3 A ampliação do atendimento foi generalizada.

É importante destacar que 90% das práticas premiadas ampliaram seu atendimento e isso contribuiu para mudar o porte dessas iniciativas. Por exemplo, no ano de premiação, 79% delas atendiam menos de cinco mil pessoas e, em 2014, esse percentual havia caído para 34%. Em contrapartida, entre o ano de premiação e 2014, as práticas que beneficiavam a mais de 5.000 pessoas passaram de 21% para 32%, (Gráfico32). Os reflexos dessa mudança podem ser observados nos valores da mediana do número de pessoas atendidas: no ano de premiação esse número era de 790 pessoas e, em 2014, ele passou para 1.719, o que significa que mais da metade das práticas premiadas atendiam um número de pessoas superior a esse.

Gráfico 32



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Ainda que o excepcional crescimento das práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental tenha sido fortemente influenciado por uma prática específica, os dados da Tabela 14 refletem que o aumento do número de pessoas atendidas foi alto e generalizado em todas as áreas de atuação, ou seja, em todos os ODM. O mesmo se repete quando se observa os avanços nas diferentes regiões do País. Em nenhuma delas o aumento do número de pessoas atendidas foi inferior a 70% (Tabela 15).

Tabela 14**Varição do Número de Pessoas Atendidas, Por ODM**

ODM	Nº de pessoas atendidas			
	No ano da premiação	Em 2014	Varição Total	Varição Percentual
Total	401.430	3.441.039	3.039.609	757%
Fome e Pobreza (ODM 1)	14.171	50.354	36.183	255%
Educação (ODM 2)	103.652	155.730	52.078	50%
Gênero (ODM 3)	770	1.721	951	124%
Saúde (ODM 4, 5 e 6)	37.207	86.338	49.131	132%
Sustentabilidade Ambiental (ODM 7)	136.804	2.920.446	2.783.642	2035%
Parcerias (ODM 8)	108.826	226.450	117.624	108%

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

(N=38)

Elaboração: Ipea/DISOC

Tabela 15**Varição do Número de Pessoas Atendidas, Por Região**

Região	Nº de pessoas atendidas			
	No ano da premiação	Em 2014	Varição Total	Varição Percentual
Total	401.430	3.441.039	3.039.609	757%
Norte	39.397	91.905	52.508	133%
Nordeste	151.424	2.934.474	2.783.050	1838%
Centro-Oeste	25.732	46.022	20.290	79%
Sudeste	180.401	361.015	180.614	100%
Sul	4.476	7.623	3.147	70%

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

(N=38)

Elaboração: Ipea/DISOC

Apesar desse crescimento generalizado, observado até o ano de 2014, as informações obtidas nas visitas realizadas em 2016 sinalizaram que problemas conjunturais, como a crise econômica e mudanças nos mecanismos de apoio às organizações sociais por parte das políticas públicas, dentre outros, já repercutiram em um quarto das organizações que tiveram que reduzir, mais recentemente, o atendimento prestado. Nesses casos, elas estão empenhadas em se reinventar, mantendo, no entanto, sua

missão original. Isso significa rever o escopo das atividades desenvolvidas, a forma de gestão e de envolvimento dos colaboradores, as estratégias de financiamento e as articulações com as organizações governamentais.

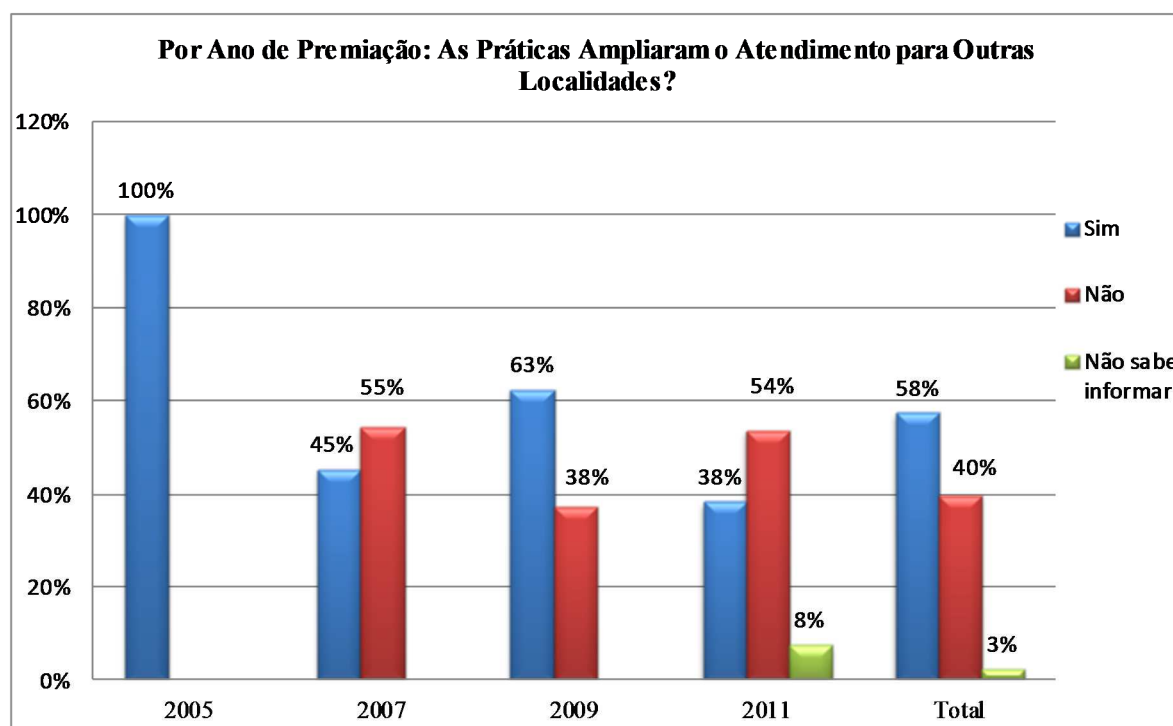
Foi interessante observar que, nesse processo, algumas organizações estão revendo, especialmente, as suas estratégias de relacionamento com as políticas públicas, consideradas como fundamentais para garantir o atendimento na dimensão e qualidade desejadas. A ideia é dedicar-se mais às atividades de *advocacy* em prol das causas defendidas pela organização e pressionar para a melhoria do atendimento público e do marco legal que regem as políticas sociais. O depoimento de um dirigente que tem ampla experiência em acompanhar a atuação das organizações da sociedade civil ilustra esse movimento: "a minha percepção geral é que o atendimento das organizações tende a cair e por um motivo simples: o grande diferencial da atuação da sociedade civil é o intangível. O Estado tende a assumir o atendimento, talvez não com a mesma qualidade, e vai caber à sociedade civil fazer a sua parte que é a de criar mecanismos de defesa de direitos e de assessoramento às políticas públicas". Se essa tendência for confirmada, futuras premiações deverão garantir a participação diferenciada das organizações de *advocacy* que necessitam ser avaliadas a partir de critérios específicos e diferenciados.

No entanto, pelo que foi observado nas entrevistas, essa reorientação de rota não deverá ocorrer em detrimento das atividades de prestação direta de serviços junto às comunidades. As organizações estão bastante comprometidas com as práticas desenvolvidas e elas são um bom exemplo de que a sociedade civil pode cumprir um papel relevante na área social e ambiental ao levar o atendimento para locais aonde nem sempre chegam as políticas públicas promovendo inovações na forma de condução de projetos sociais e ambientais, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e garantindo a participação da comunidade na busca de soluções para os problemas locais.

7.4 A maioria das organizações expandiu suas atividades para outras localidades.

A ampliação das práticas premiadas foi observada também em relação aos territórios atendidos: 60% delas expandiram suas atividades para o atendimento de comunidades sediadas em outras localidades. O que chama mais atenção, nos dados apresentados no Gráfico 33, é que 100% das práticas premiadas em 2005 ampliaram os locais de atendimento. Vale ainda destacar que as práticas premiadas em 2009 apresentaram uma expansão territorial superior àquelas premiadas em 2007, 63% e 55%, respectivamente. Ou seja, nesse caso o comportamento não foi linear, ao contrário do que foi observado em outros aspectos nos quais as mais antigas avançaram mais.

Gráfico 33

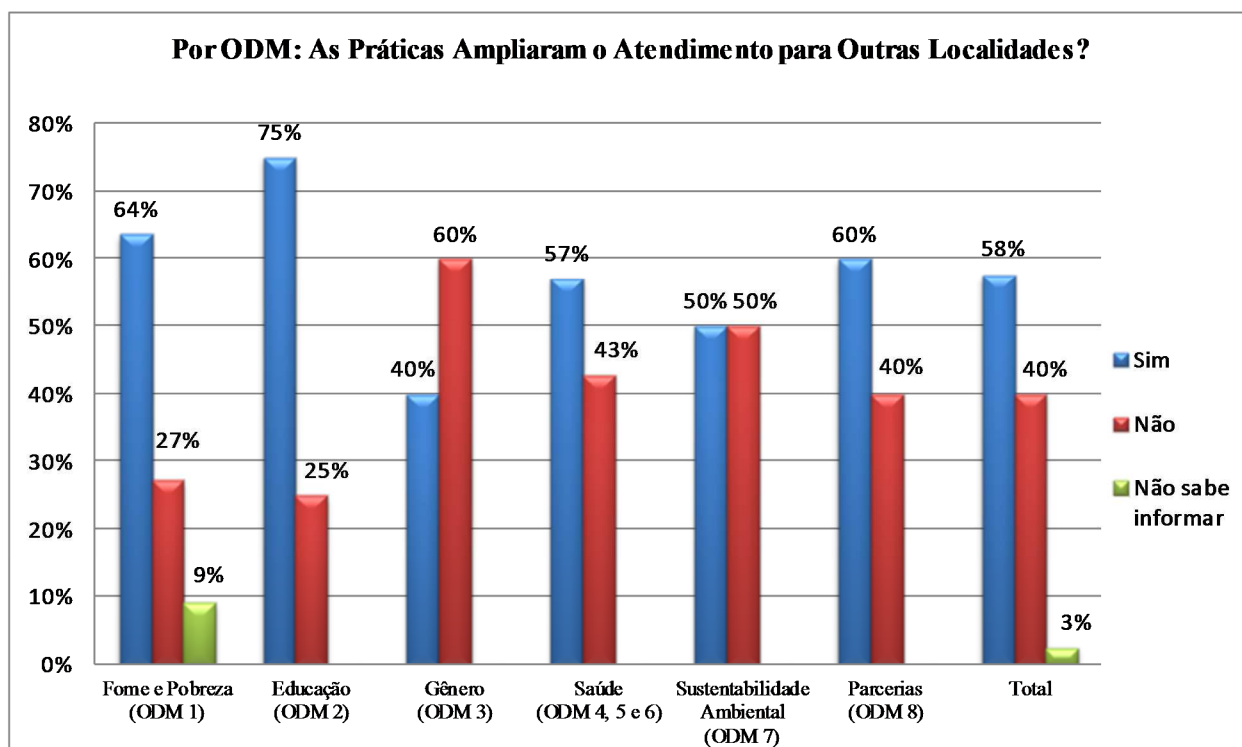


Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Os dados do Gráfico 34 sinalizam que os avanços foram generalizados também em relação aos ODM: 50% ou mais das práticas voltadas para os 8 Objetivos expandiram a sua atuação no território e, nessa ampliação, destacam-se as de educação (75%) e de combate à fome (70%).

Gráfico 34

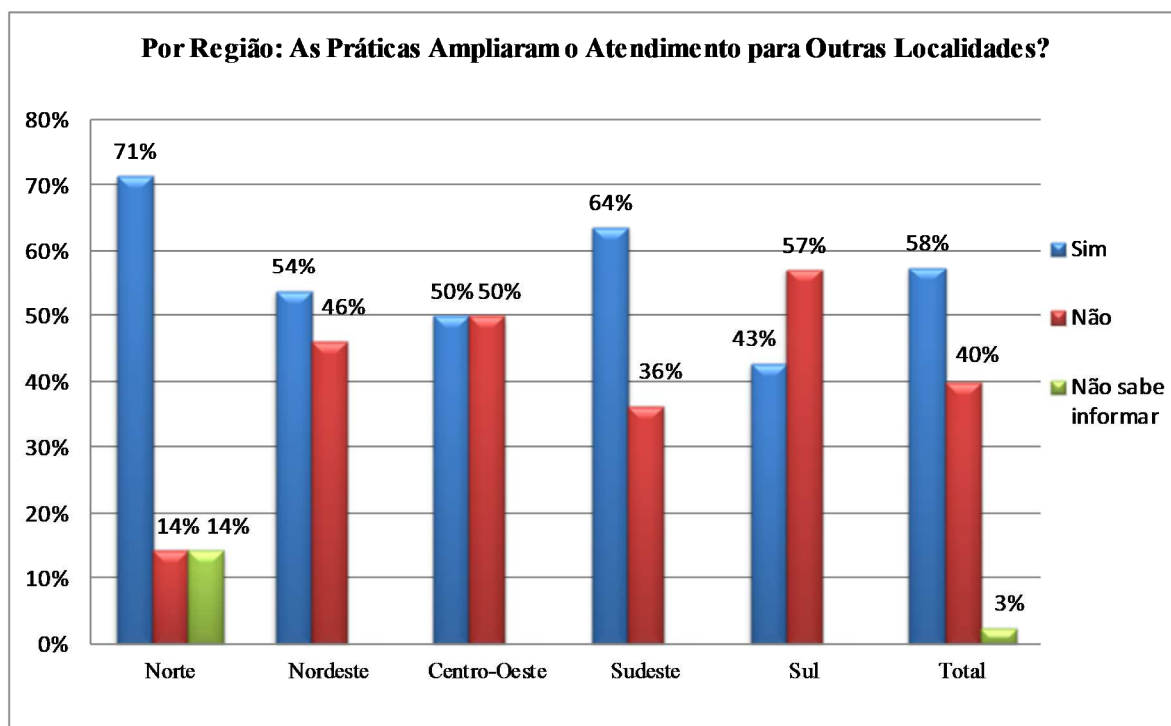


Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Foram as práticas desenvolvidas na região Norte e destinadas ao estímulo à produção local e geração de renda as que mais expandiram o seu atendimento para outras localidades: 71% delas. Na outra ponta se encontram as da região Sul, com o menor percentual de expansão: 43% delas, sendo que a maioria voltada para atividades relacionadas às questões de gênero (Gráfico 35).

Gráfico 35



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

7.5 Há evidências de ganhos de eficiência nas práticas premiadas.

A associação de alguns resultados obtidos na pesquisa aponta para avanços também na condução e gestão das práticas premiadas. Por exemplo, a ampliação do atendimento foi muito mais significativa do que o aumento do número de pessoas dedicadas à gestão dos projetos. Na visita às organizações observou-se que esse fato pode ser explicado, em grande parte, pelo investimento em qualificação dos profissionais envolvidos na condução das práticas, pelo engajamento dos usuários na prestação dos serviços e pelas mudanças e aperfeiçoamentos das metodologias de trabalho.

Em 2014, mais de cinco mil pessoas estavam envolvidas na condução das práticas premiadas, o que representa um aumento de 12% em relação ao

ano em que elas foram premiadas³³ (Tabela 16). Considerando a variação do número de pessoas atendidas apenas pelas práticas que forneceram as informações sobre evolução do quadro de pessoal, observa-se que o crescimento do atendimento foi de 89%, ou seja, 7,4 vezes maior do que o de pessoas envolvidas na execução.

Tabela 16

Varição do Número de Pessoas Envolvidas na Execução da Prática, Por Ano de Premiação

Ano	Nº de pessoas envolvidas na execução			
	No ano da premiação	Em 2014	Varição Total	Varição Percentual
Total	4.501	5.043	542	12%
2005	127	308	181	143%
2007	841	1.004	163	19%
2009	2.188	2.158	-30	-1%
2011	1.345	1.573	228	17%

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

(N=36)

Elaboração: Ipea/DISOC

Cabe destacar que as práticas premiadas em 2005 foram as que apresentaram um maior crescimento do número de pessoas trabalhando na sua execução (143%). Esse resultado é coerente com o fato de que foram elas que apresentaram o maior crescimento em relação ao número de pessoas e de localidades atendidas.

Nem todas as práticas aumentaram o número de pessoas envolvidas na sua execução: 28% delas tiveram uma redução de pessoal, enquanto apenas 10% reduziram o número de pessoas atendidas, o que significa que várias organizações ampliaram o atendimento não obstante a redução do número de colaboradores. Os entrevistados na pesquisa de campo atribuíram tal redução às dificuldades de financiamento enfrentadas no período recente e

³³ As informações disponíveis sobre o quadro de pessoal correspondem a 90% das práticas premiadas.

alertam que essa é uma fragilidade que precisaria ser equacionada, especialmente por parte dos financiamentos dos órgãos públicos que não permitem a contratação de pessoal como parte do apoio aos projetos sociais.

O ritmo de crescimento de pessoas envolvidas na execução das práticas premiadas não foi homogêneo entre as organizações que desenvolvem as diversas atividades voltadas para o alcance dos ODM. O número de profissionais dedicados aos projetos de combate à fome e à pobreza e de saúde, cresceu 39% e 35%, respectivamente, enquanto que os de parcerias e de educação, reduziram em 13% e 5%, entre o ano de premiação e 2014 (Tabela 17). Vale destacar que são as práticas de sustentabilidade ambiental e de educação as que absorvem o maior número de pessoas na sua execução: 31% e 21% do total de pessoas envolvidas em 2014, respectivamente.

Tabela 17

Variação do número de pessoas envolvidas na execução da prática, por objetivo da prática

ODM	Nº de pessoas envolvidas na execução			
	No ano da premiação	Em 2014	Variação Total	Variação Percentual
Total	4.501	5.043	542	12%
Fome e Pobreza (ODM 1)	338	471	133	39%
Educação (ODM 2)	1.086	1.036	-50	-5%
Gênero (ODM 3)	736	950	214	29%
Saúde (ODM 4, 5 e 6)	399	538	139	35%
Sustentabilidade Ambiental (ODM 7)	1.376	1.555	179	13%
Parcerias (ODM 8)	566	493	-73	-13%

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

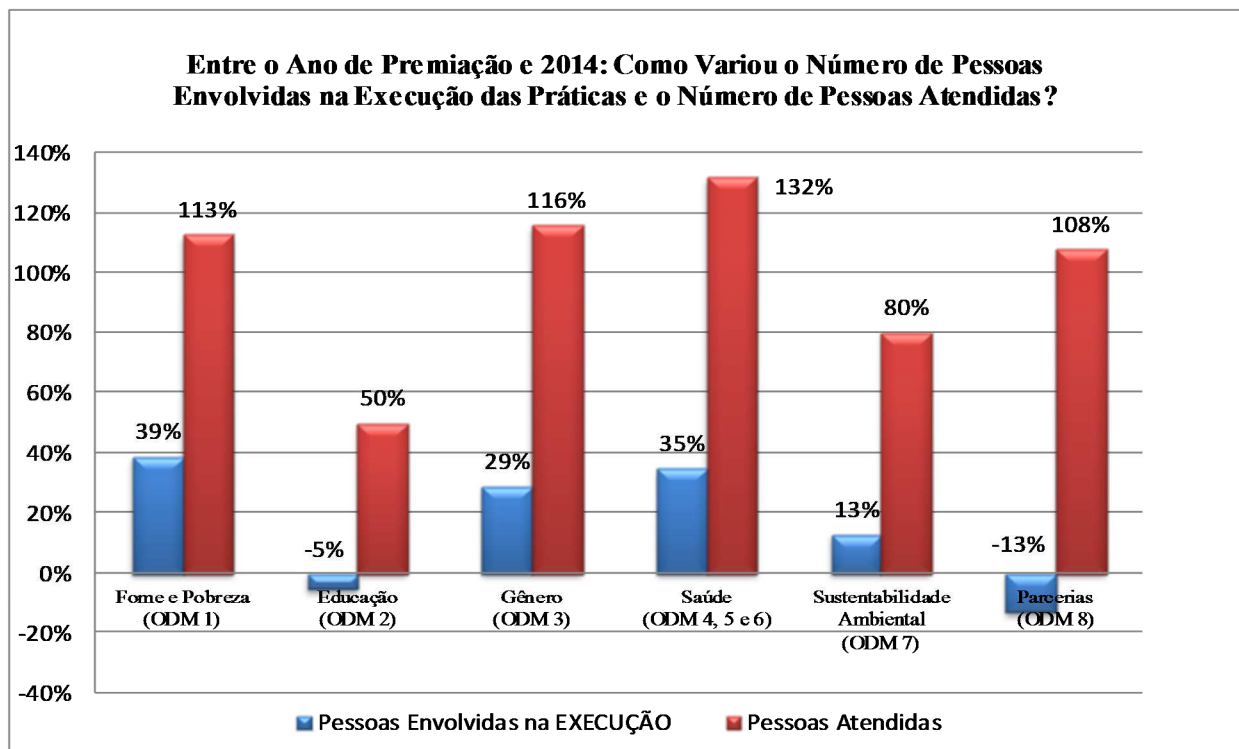
N=36

Elaboração: Ipea/DISOC

Comparando a evolução do número de pessoas atendidas e de pessoas dedicadas à sua execução, verifica-se que os projetos de parcerias foram os

que apresentaram o maior descompasso: o atendimento cresceu em 108% e o número de profissionais envolvidos caiu em 13% (Gráfico 36). Vale mencionar, no entanto, que a redução não foi generalizada entre essas práticas de parcerias: mais da metade delas ampliou o seu quadro de pessoal. Entre as demais, houve casos de integração a outras práticas da própria organização e de adoção da metodologia por parte de outras organizações, ocasionando a ampliação dos benefícios mas, não necessariamente, da equipe original de colaboradores.

Gráfico 36



Obs.: As informações referem-se às 36 práticas que forneceram, simultaneamente, informações sobre o número de pessoas atendidas e de pessoas envolvidas na sua execução.

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

O crescimento do número de pessoas envolvidas na execução foi relativamente homogêneo entre as diversas regiões e, assim, tanto no ano de premiação quanto em 2014, a maior concentração de colaboradores foi observada na região Nordeste: um pouco mais de 40% deles (Tabela 18).

Tabela 18**Varição do número de pessoas envolvidas na execução da prática, por região**

Região	Nº de pessoas envolvidas na execução			
	No ano da premiação		Em 2014	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Total	4.501	100%	5.043	100%
Norte	1.158	26%	1.315	26%
Nordeste	1.927	43%	2.076	41%
Centro-Oeste	89	2%	155	3%
Sudeste	923	21%	1.073	21%
Sul	404	9%	424	8%

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

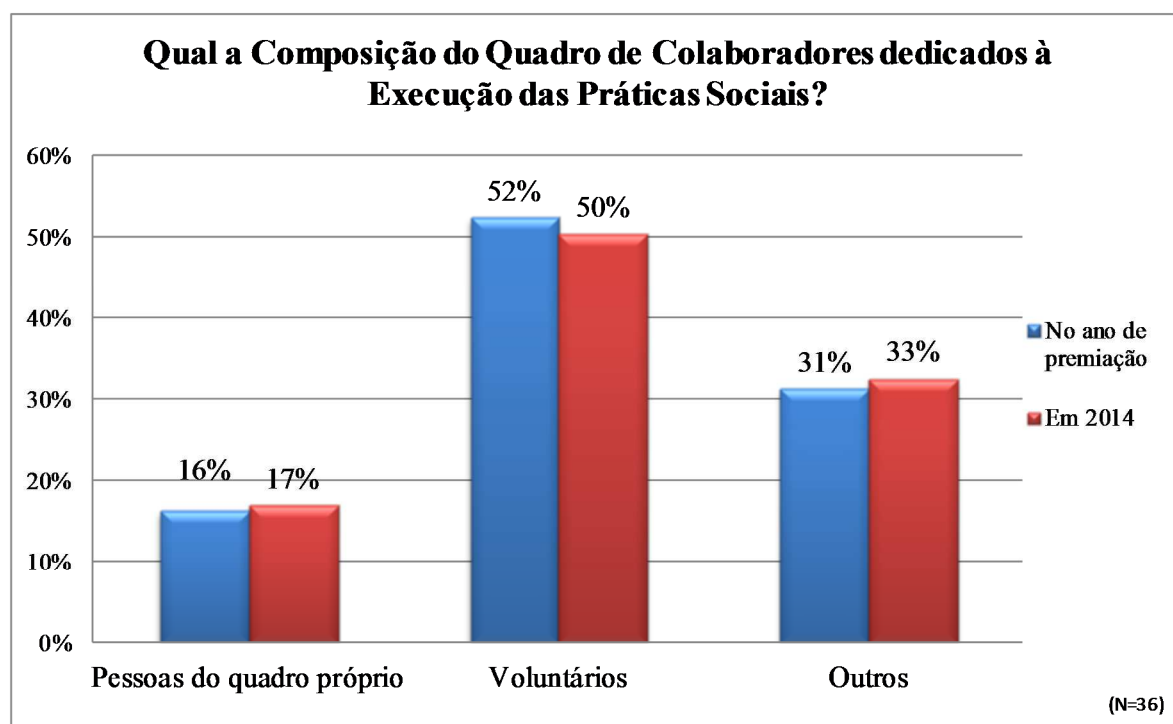
(N=36)

Elaboração: Ipea/DISOC.

7.6 Metade das pessoas envolvidas na execução das práticas premiadas trabalha como voluntárias.

A importância do trabalho voluntário na condução de projetos socioambientais das organizações não governamentais do País está refletida também nas informações colhidas nessa pesquisa: 50% das pessoas dedicadas à execução das práticas premiadas trabalham em caráter voluntário (Gráfico 37). Em 2014, 86% das organizações contavam com a colaboração do trabalho voluntário e a média de pessoas trabalhando nessa condição era de 82 pessoas. No entanto, essa média encobre diferenças muito significativas, uma vez que o número de voluntários, por organização, variou de 2 a 952.

Gráfico 37



Obs.: Na condição de "outros" se enquadram, por exemplo, os trabalhadores terceirizados, cedidos de outras organizações e consultores.

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Entre o ano de premiação e 2014, o número de pessoas com vínculos empregatícios com as organizações (do quadro próprio) cresceu em 17%. O mesmo ocorreu com colaboradores que são contratados ou trabalham em outras condições - cedidos de outras organizações, especialmente do setor público, consultores, terceirizados, etc. (Tabela 19). Assim, manteve-se praticamente inalterada a distribuição das pessoas ocupadas, por condição de trabalho, valendo ressaltar que o número de pessoas que não pertencem aos quadros próprios é quase o dobro do número de pessoas contratadas pelas próprias organizações.

Tabela 19**Varição do Número de Pessoas Envolvidas na Execução das Práticas Premiadas**

Condições de trabalho	Nº de pessoas envolvidas na execução das práticas			
	No ano da premiação	Em 2014	Varição Total	Varição Percentual
Total	4.501	5.043	542	12%
Pessoas do quadro próprio	732	856	124	17%
Voluntários	2.360	2.543	183	8%
Outros	1.409	1.644	235	17%

Obs.: Na condição de "outros" se enquadram, por exemplo, os trabalhadores terceirizados, cedidos de outras organizações e consultores. (N=36)

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Como o número de profissionais do quadro próprio é relativamente pequeno, pode-se afirmar que, sob essa ótica, as entidades agraciadas com o Prêmio ODM são predominantemente de pequeno porte: mais da metade delas possuíam, no ano de premiação e em 2014, menos de 10 pessoas contratadas diretamente pela organização (56% e 53%, respectivamente). No entanto, esse perfil se altera significativamente quando são considerados os colaboradores que trabalham voluntariamente ou em outras condições: no ano de premiação, 78% possuíam mais de 10 profissionais dedicados à condução das práticas premiadas e, em 2014, esse percentual passou para 89%. Vários dos entrevistados ressaltaram na pesquisa de campo que a ampliação do número de voluntários envolvidos na condução das práticas pode ser atribuída ao aumento da visibilidade, da credibilidade da instituição e do reconhecimento da qualidade dos serviços prestados obtido com a premiação: "o impacto para dentro da instituição é elevado e gerou grande empolgação entre os voluntários". Contribuiu também para essa ampliação o engajamento dos próprios beneficiários, de pessoas dos quadros dirigentes e, até mesmo, de antigos colaboradores: "quando acabam os recursos as pessoas já abraçaram a causa e continuam trabalhando assim mesmo, como voluntárias". Muitos enfatizam que o aumento do trabalho voluntário possibilitou a ampliação do atendimento prestado às comunidades.

Vale mencionar, no entanto, a preocupação captada em algumas entrevistas sobre as limitações inerentes ao trabalho voluntário. Foi destacado que, por si só, ele não viabiliza o atendimento prestado e que "quando a instituição perde a equipe de profissionais que dá suporte ao trabalho voluntário ela perde também os voluntários". A importância atribuída ao voluntariado varia de acordo com o tipo de atendimento ou serviço prestado pelas organizações. Em vários casos foi destacado que esses colaboradores se concentram na realização de atividades mais eventuais como organização de eventos, coleta de doações, captação de recursos e atividades de capacitação.

7.7 Nos anos recentes as organizações enfrentaram dificuldades para garantir seus orçamentos.

A análise do volume de recursos destinados às práticas premiadas, no ano da premiação e em 2014, revela que no período mais recente as organizações enfrentaram dificuldades para garantir o padrão de financiamento anterior.

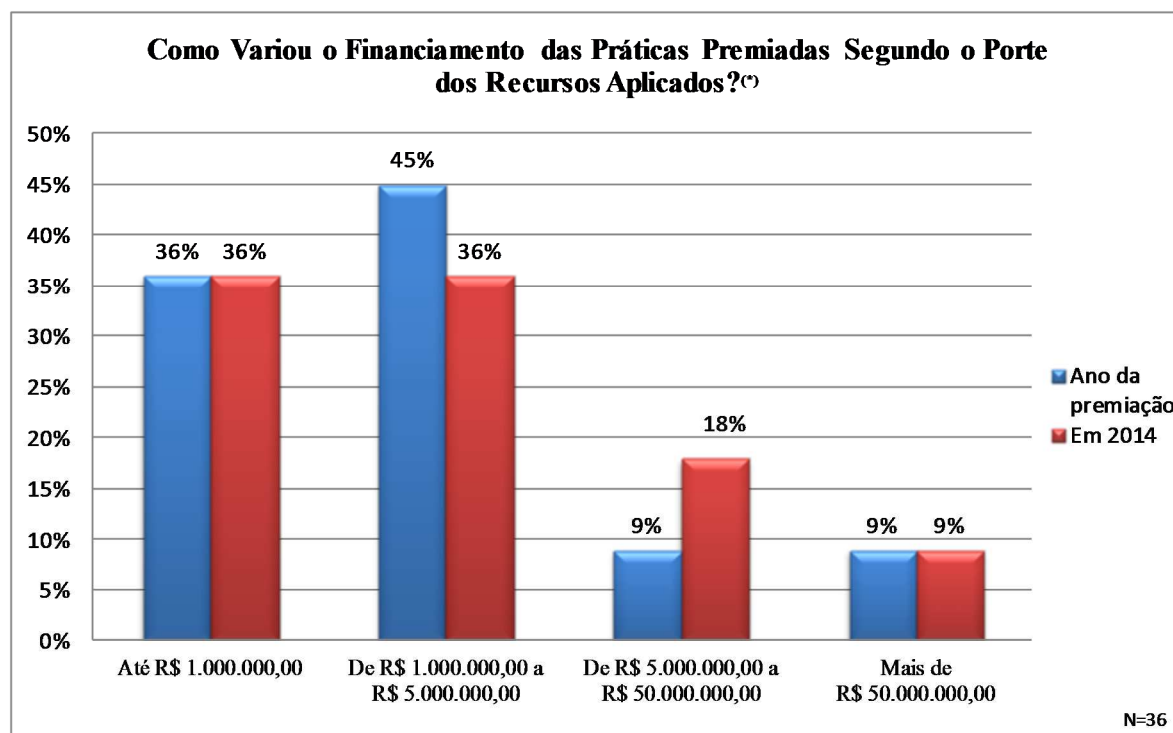
Duas informações sobre a evolução dos orçamentos das práticas premiadas, entre o ano de premiação e 2014, ilustram bem essa observação: (a) comparando com 2014, as práticas premiadas em 2005 e 2007 apresentaram um crescimento de 22% nos seus orçamentos, enquanto que as práticas premiadas em 2009 e 2011 tiveram uma redução da ordem de 54%; e (b) das cinco práticas premiadas em 2009 e 2011, quatro tiveram redução no seu orçamento. A única que ampliou o orçamento foi a que se integrou a outros projetos apoiados por empresas públicas³⁴. Uma hipótese para explicar tal resultado é a de que o aumento verificado nas primeiras práticas ocorreu logo após à sua premiação e que elas se beneficiaram da

³⁴ Observação: essas informações se referem às práticas de 11 organizações que responderam ao questionário ampliado e forneceram informações sobre os seus orçamentos (28% do total das práticas pesquisadas).

conjuntura econômica favorável do Brasil naquele momento (crescimento do PIB de 7,6% em 2010 e de 3,9% 2011). O mesmo não ocorreu com as práticas premiadas nos anos posteriores.

Entre o ano de premiação e 2014, o valor da mediana dos orçamentos das práticas premiadas foi ligeiramente ampliado e passou de R\$ 1,8 milhão para R\$ 1.9 milhão. Em que pese as diferenças entre os orçamentos serem consideráveis, merece menção o fato de que apenas 36% das organizações investem menos de R\$ 1 milhão de reais/ano nas práticas premiadas. Esse percentual não se modificou a partir da premiação. Ressalta-se, no entanto, que as maiores modificações foram observadas nos orçamentos de porte intermediário: mesmo com as reduções orçamentárias anteriormente apontadas, caiu nove pontos percentuais o número de práticas que absorvem entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões e aumentou, na mesma proporção, aquelas que investem entre R\$ 5 milhões e R\$ 50 milhões (Gráfico 38).

Gráfico 38



Obs: (*) Preços ajustados pela inflação

Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

As dificuldades de financiamento enfrentadas pelas organizações não governamentais foram reafirmadas durante as entrevistas: menos da metade daquelas que foram visitadas atingiram, em 2015, um orçamento superior ao ano de sua premiação. Nesses casos, os entrevistados atribuíram esse resultado aos seguintes fatores: sucesso e maior reconhecimento da prática, o que aumentou a capacidade de articular novos apoios financeiros, especialmente de empresas privadas; desenvolvimento de atividades destinadas a promover a auto sustentação dos projetos (adoção de iniciativas que reverteram em renda para os projetos, ampliação do trabalho voluntário, participação em editais públicos e privados); mudanças e aprimoramentos nas estratégias de atuação visando a "fazer mais com menos"; e, alterações cambiais (valorização do dólar).

Naquelas organizações em que houve redução dos orçamentos (55%), os entrevistados destacaram, por exemplo, a crise econômica com impactos na

redução de financiamento por parte de organizações públicas e privadas; redução de lucros das empresas parceiras e, conseqüentemente, redução dos incentivos fiscais como os da Lei Rouanet; retirada de apoios internacionais; mudanças nas regras de repasses de recursos das políticas governamentais e falta de adequação no desenho dessas políticas para atender não só as organizações, mas em alguns casos, os próprios beneficiários.

Nesse sentido, constatou-se na pesquisa de campo uma significativa instabilidade no financiamento das práticas desenvolvidas pelas organizações sociais, atrelada à rotatividade dos parceiros e às mudanças nas regras de financiamento público, especialmente no âmbito estadual e municipal. Conforme destacado pelos entrevistados, "logo após a premiação houve aumento da articulação com as políticas públicas e foi a época que a gente teve os melhores projetos³⁵. Na época que existiam os editais, os nossos projetos sempre foram escolhidos. Na medida em que não existe mais edital..."; "o Estado não está devidamente preparado para apoiar as organizações e o novo marco legal rege os termos dos contratos, mas não resolve a questão do financiamento. Adicionalmente, o Ministério Público cria muitas amarras que dificultam ainda mais esse financiamento"; "estamos sentindo uma redução dos apoios internacionais que estão cada vez mais difíceis de serem obtidos. As metas exigidas são inviáveis e pressupõem um país de miseráveis. Essa não é mais a situação do Brasil o que não significa que não necessitemos mais desse apoio externo". Para fazer frente a essas dificuldades de acesso aos recursos financeiros as organizações estão buscando se reinventar para garantir maior autonomia, mas conforme ressaltado por um entrevistado, o risco desse processo é que "o meio vire finalidade na busca da sustentabilidade".

O preocupante em relação às dificuldades financeiras enfrentadas pelas organizações é que elas podem reduzir, ou mesmo neutralizar, o círculo

³⁵ A prática foi premiada em 2007.

virtuoso gerado pelo Prêmio e substituí-lo por um círculo vicioso, no qual a redução de recursos leva à uma redução dos meios de atendimento, sobretudo do quadro de pessoal e, em decorrência no número de voluntários, com reflexos na abrangência do atendimento e na visibilidade da prática, dificultando ainda mais o acesso a novos recursos.

Por outro, contrastando com essa redução de recursos financeiros observou-se, na pesquisa de campo, que as organizações e os seus parceiros estão identificando e fortalecendo outras formas de apoio que podem reduzir os prejuízos anteriormente mencionados como, por exemplo: a disseminação ou divulgação das práticas nos meios de comunicação e junto a outros parceiros; a adequação de processos burocráticos para atender as necessidades dos projetos; a arrecadação e doação de bens; o apoio institucional, como o suporte em infraestrutura ou instrumentalização das equipes gestoras; a promoção de cursos para as equipes gestoras, para os voluntários ou para os usuários; o crédito bancário para programas de geração de renda; a seleção e atribuição de novas premiações; a promoção de estudos sobre as práticas premiadas; a concessão de bolsas de estudos para os usuários; e, a assistência técnica para o aprimoramento dos projetos. Tudo isso reflete a criatividade das organizações e a busca de novos caminhos para superar as dificuldades financeiras que se espera, sejam conjunturais e passageiras.

7.8 O atendimento cresceu bem mais do que os recursos envolvidos na execução das práticas premiadas.

Os resultados da pesquisa indicam que o aumento do número de pessoas atendidas foi 10 vezes maior do que o aumento dos recursos investidos. Assim é, que entre o ano de premiação e 2014, os recursos alocados nas práticas premiadas passaram de R\$ 163 milhões para R\$ 189 milhões, ou

seja, aumentaram em 15%³⁶. No entanto, nesse mesmo período o número de pessoas atendidas passou de 194 mil para 3 milhões, o que significa que o número de pessoas atendidas multiplicou-se por 16.

Não há informações disponíveis na pesquisa que permitam indicar a adequação do porte dos orçamentos ao porte do atendimento prestado pelas organizações. Essa adequação pode variar de acordo com a complexidade das atividades desenvolvidas, a abrangência territorial, as características locais, a frequência do atendimento, a faixa etária dos beneficiários, a qualificação exigida para os recursos humanos e com a infraestrutura necessária para desenvolver as atividades. O que merece registro neste relato é que as organizações se empenharam e conseguiram ampliar significativamente suas práticas, apesar das restrições orçamentárias enfrentadas no período.

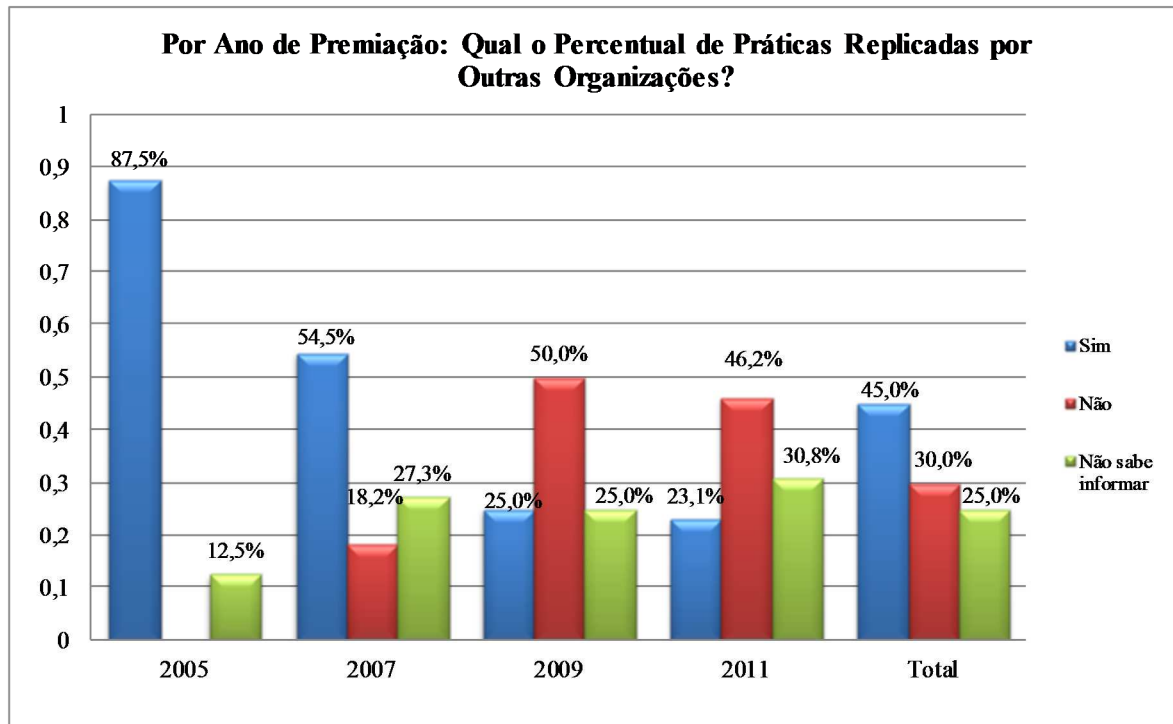
7.9 O sucesso das práticas premiadas se revela também na frequência com que elas foram reproduzidas por outras organizações, públicas ou privadas.

Um dos objetivos importantes do Prêmio ODM foi estimular, no País, a disseminação de boas práticas no campo social e ambiental. Os resultados obtidos são bastante positivos: 45% das práticas foram reproduzidas e, entre aquelas premiadas em 2005 e 2007, o percentual se eleva para 88% e 55%, respectivamente (Gráfico 39). Dessas informações pode-se extrair duas observações. A primeira é que a alta frequência com que as práticas foram reproduzidas por outras organizações, públicas ou privadas, sinalizam o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados. A segunda, é a de que uma conjuntura política e econômica favorável potencializa significativamente o impacto da premiação. As práticas agraciadas nas primeiras edições apresentaram maiores avanços em diversos aspectos

³⁶ As dificuldades de financiamento verificadas por ocasião das visitas às organizações foram maiores: as práticas desse grupo de organizações apresentaram uma queda no orçamento de cerca de 30%. Mesmo assim, conseguiram ampliar o atendimento em 7 vezes.

assinalados na pesquisa e, conforme anteriormente mencionado, foram elas que puderam se beneficiar de uma conjuntura mais favorável.

Gráfico 39

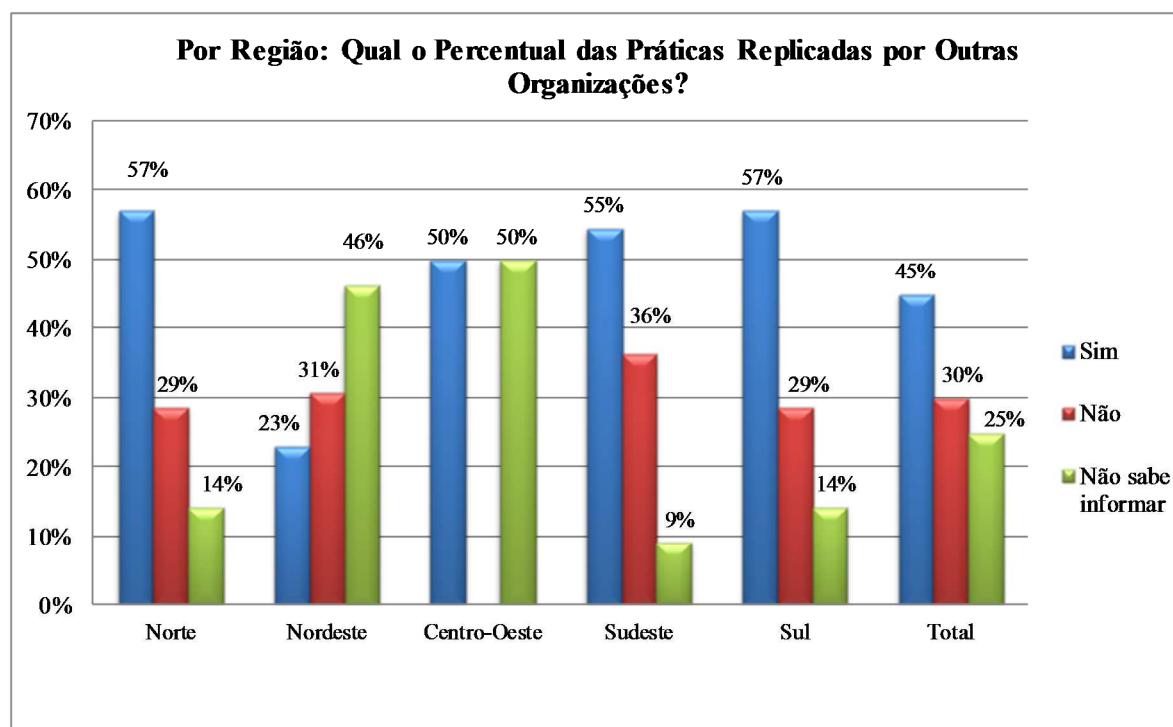


Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

É curioso verificar que um quarto das organizações não soube informar se as práticas foram replicadas. Uma hipótese para explicar esse percentual é a de que outras organizações tenham manifestado interesse em conhecer ou replicar a experiência, mas a equipe não sabe se posteriormente isso foi, ou não, concretizado. Vale destacar, no entanto, que essa dificuldade não foi generalizada. Foram as organizações do Nordeste e do Centro-Oeste as que tiveram maior dificuldade de fornecer tal informação (Gráfico 40).

Gráfico 40



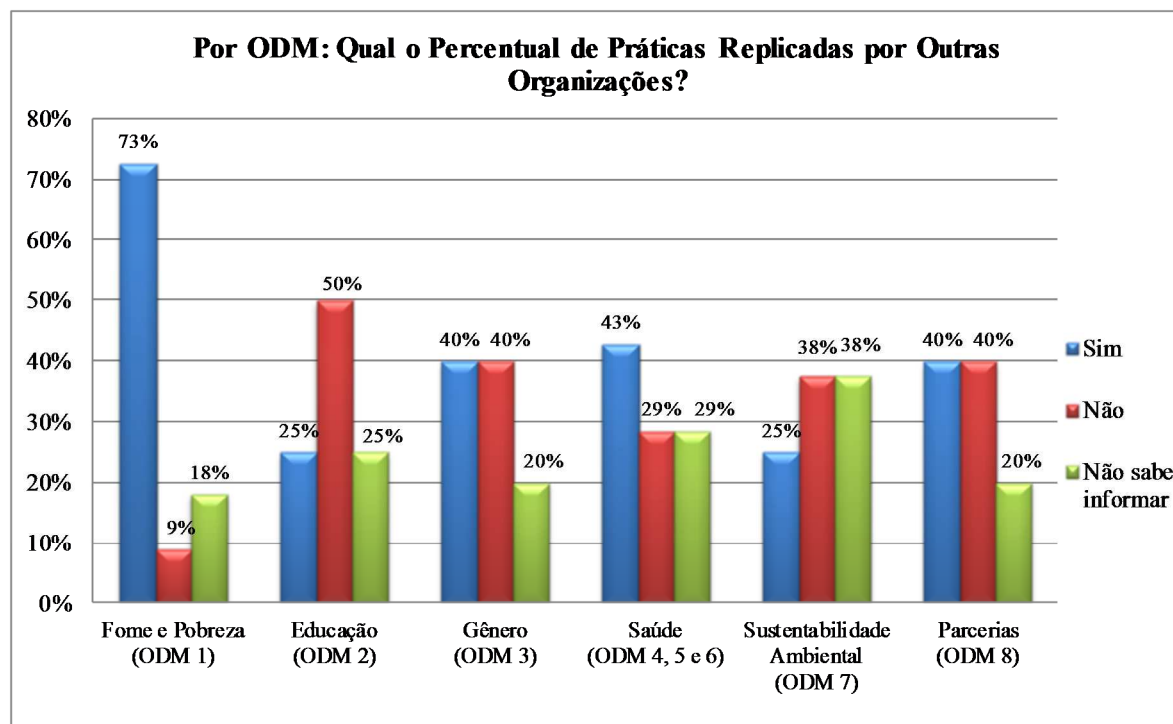
Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

7.10 As práticas de combate à pobreza e à fome foram as mais replicadas.

A mobilização ocorrida no Brasil na década passada em torno do combate à fome e à pobreza parece se refletir nos desdobramentos das práticas premiadas: 73% daquelas voltadas para o ODM 1 foram reproduzidas por outras instituições, públicas ou privadas (Gráfico41). Qual a contribuição do Prêmio ODM para esse resultado? Segundo 59% das organizações, o Prêmio contribuiu para estimular a reprodução das suas práticas, sendo que cerca de um quarto delas consideram que essa contribuição foi alta ou muito alta.

Gráfico 41



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

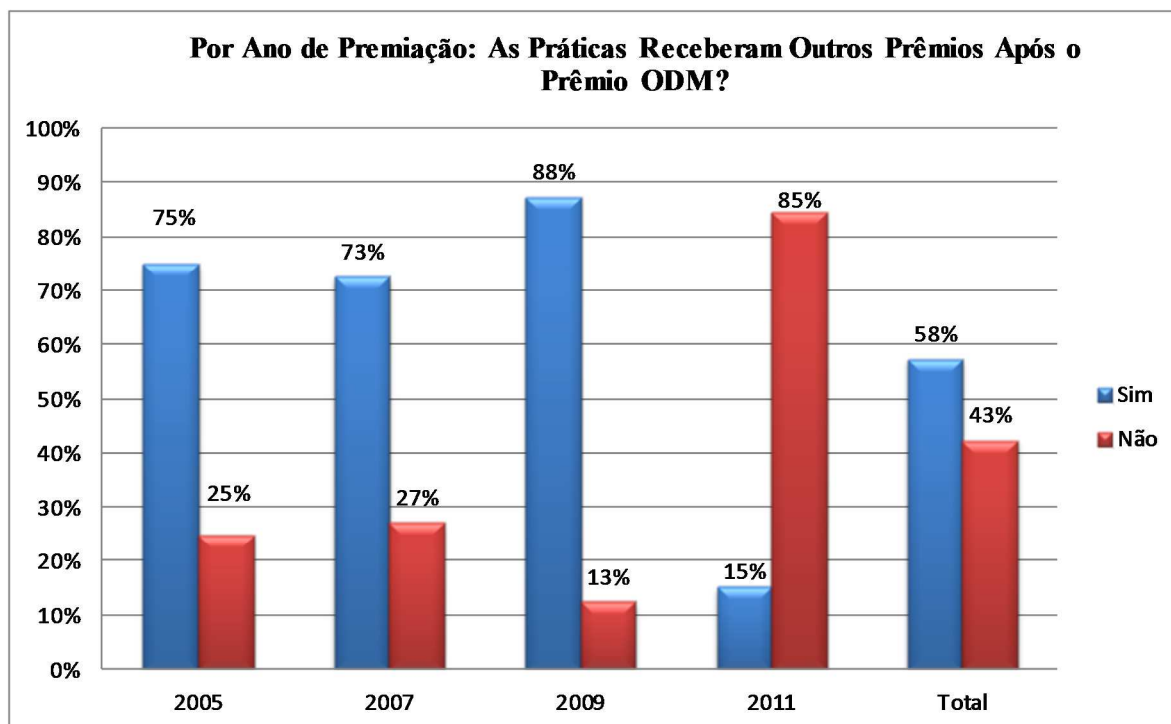
7.11 A maior parte das práticas premiadas foi posteriormente agraciada por outras premiações, o que sinaliza a contribuição do Prêmio ODM para o reconhecimento público dessas práticas.

A obtenção de outras premiações após o recebimento do Prêmio ODM pode ser considerada como um bom indicador do reconhecimento público das práticas premiadas. Nesse sentido, o Prêmio ODM Brasil foi de grande valia para ajudar a divulgar nacionalmente as iniciativas vencedoras: após o seu recebimento, a proporção de práticas que receberam outras premiações mais do que dobrou, passando de 28% para 58%. A título ilustrativo, vale mencionar o Prêmio de Tecnologia Social, da Fundação Banco do Brasil; o Prêmio Atitude Responsável, patrocinado pela Rede Gazeta, afiliada da Rede Globo; o Prêmio Betinho de Cidadania e Democracia, promovido pela Câmara Municipal de São Paulo; o Prêmio Empreendedor Social, da Ernst Young & Terco; o Prêmio Empreendedor Social da Fundação Schwab e da Folha de São Paulo; o Prêmio Top Agronegócios, promovido pelo Ministério

do Turismo; o Prêmio Generosidade, da Editora Globo; o Prêmio FINEP; o Prêmio Josué de Castro; o Prêmio Direitos Humanos; e, o Prêmio Valores do Brasil, do Banco do Brasil, além de vários outros.

Cabe ainda destacar que o resultado acima mencionado só não foi maior porque as práticas mais recentes, premiadas na edição de 2011 tiveram menos tempo para participar de outras premiações. Considerando apenas as três primeiras edições do Prêmio ODM, observa-se que 77% das práticas receberam posteriormente outras premiação. (Gráfico 42).

Gráfico 42

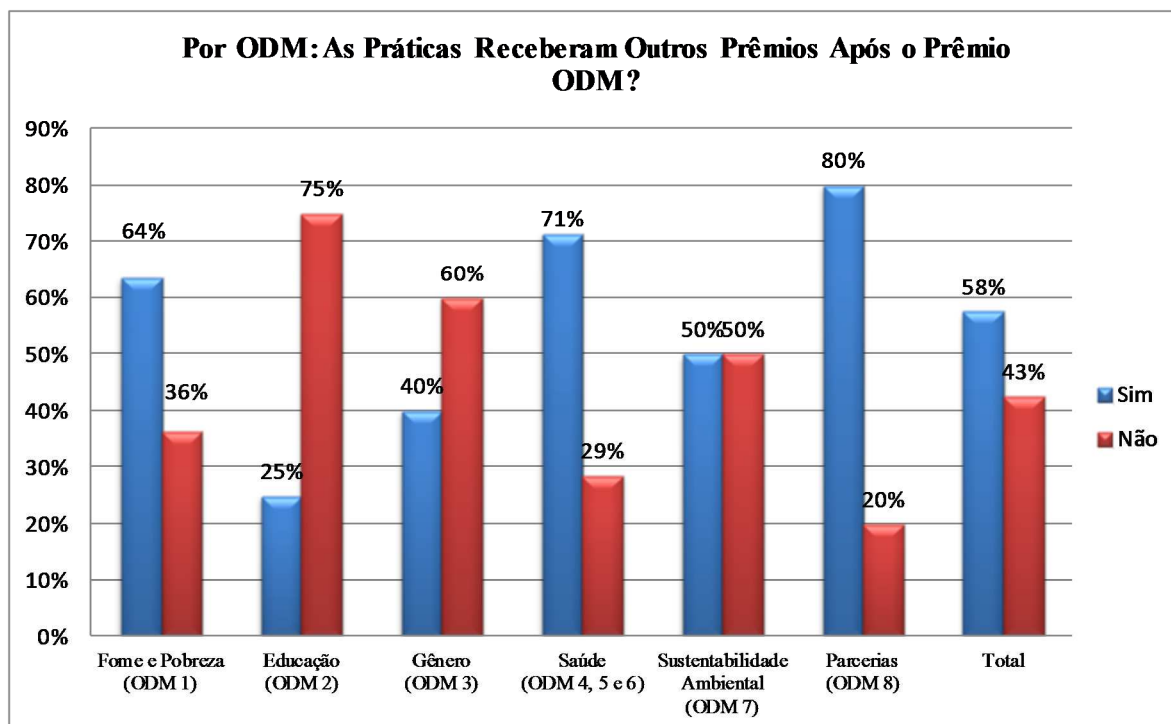


Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Conforme pode ser observado nos Gráficos 43 e 44, foram as práticas voltadas para a promoção de parcerias (80%) e as práticas desenvolvidas na região Norte (71%), as que se destacaram entre as mais premiadas. No entanto, a pesquisa não fornece elementos para explicar tais resultados.

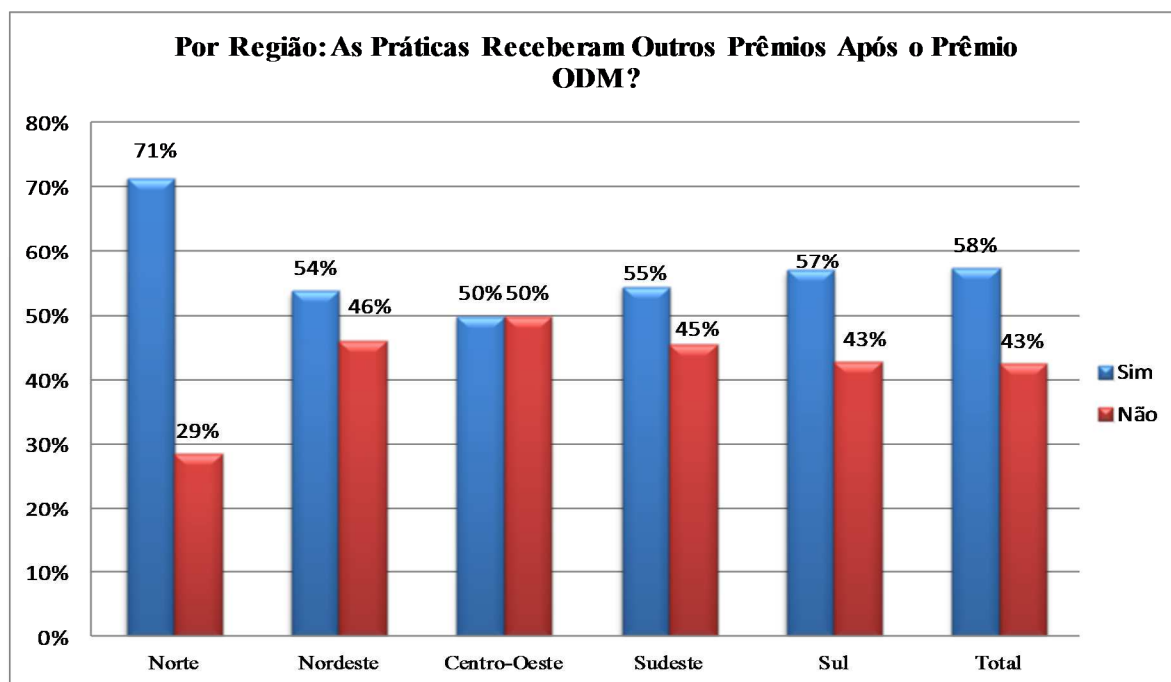
Gráfico 43



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Gráfico 44



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

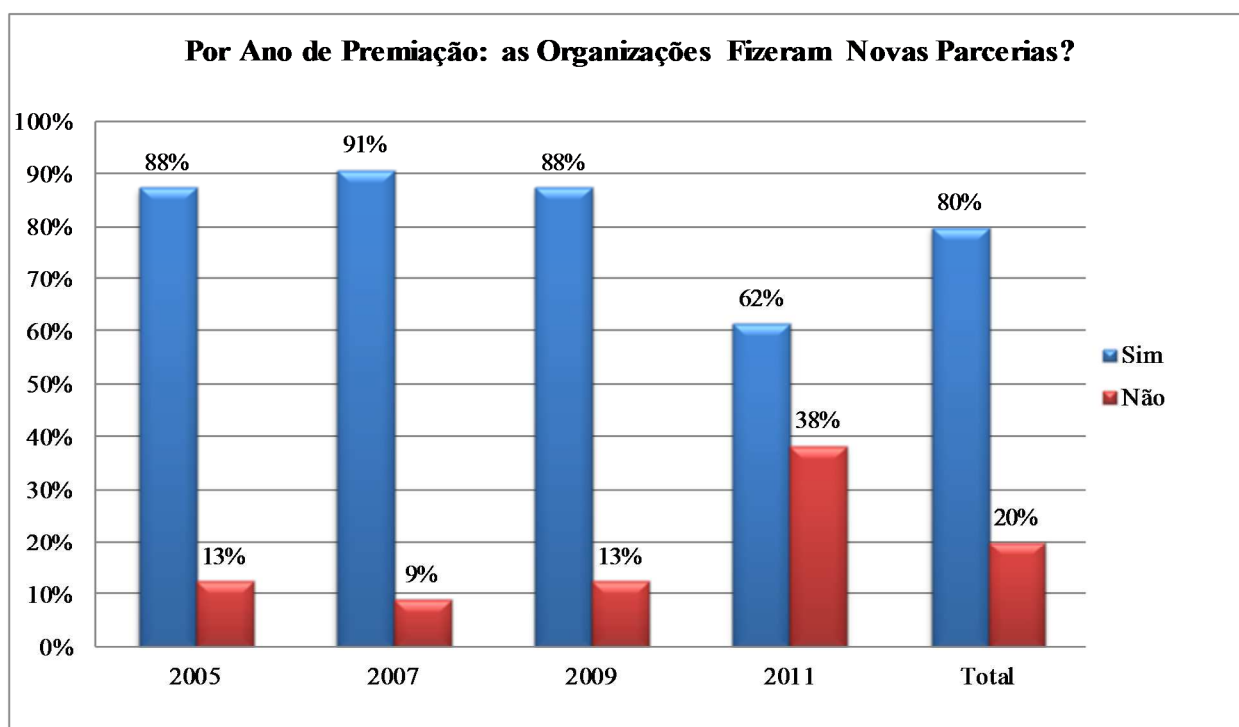
Elaboração: Ipea/DISOC

7.12 A realização de novas parcerias se destaca entre os resultados positivos apresentados pelas práticas premiadas.

A maioria absoluta das organizações (80%) fez novas parcerias³⁷ após o recebimento do Prêmio ODM, sendo que entre aquelas agraciadas nas duas primeiras edições, o percentual chegou à casa dos 90% (Gráfico 45). A relevância desse resultado cresce na medida em que se considera que a aspiração por novas parcerias foi destacada entre os principais motivos das organizações para participar do Prêmio ODM.

³⁷ Para fins do Prêmio ODM, foram considerados como parceiros não apenas entidades financiadoras mas, também, aquelas que atuam em rede, mesmo sem alocar recursos financeiros. A pesquisa não diferenciou modalidades de parcerias, que podem constituir-se em apoio financeiro, técnico e/ou político.

Gráfico 45

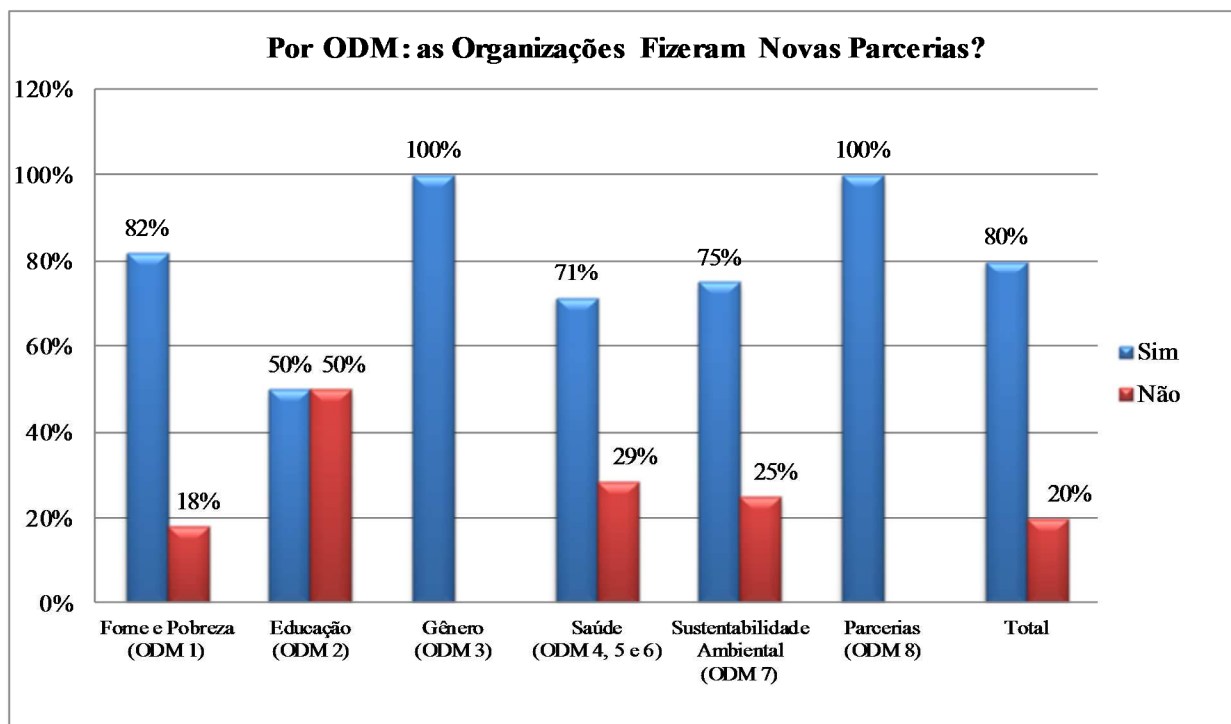


Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

Todas as práticas focadas no ODM 8 (parcerias para o desenvolvimento) receberam apoio de novos parceiros após a data de sua premiação, e esse resultado é bastante coerente com os objetivos dessas iniciativas (Gráfico 46). O surpreendente é que o mesmo resultado foi observado nas práticas voltadas para o ODM 3 (igualdade de gênero e autonomia das mulheres). Vale reforçar que os projetos premiados nessa área mais do que dobraram o número de pessoas atendidas e, provavelmente, essas parcerias contribuíram bastante para tal ampliação.

Gráfico 46

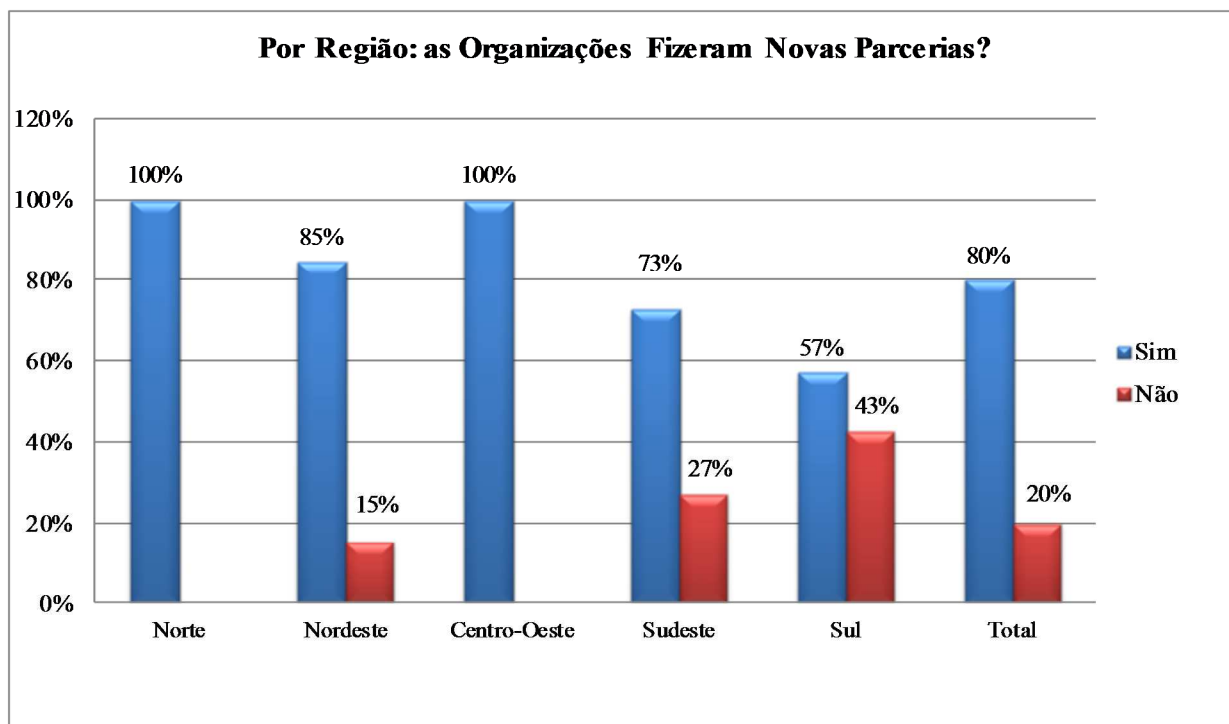


Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

A realização de novas parcerias ocorreu em todas as regiões. Mesmo no Sudeste, onde foram menos frequentes, mais da metade das organizações (57%) assinalam ter ampliado as parcerias para a execução das práticas premiadas (Gráfico 47).

Gráfico 47



Fonte: Pesquisa Prêmio ODM - Ipea, DISOC (2015)

Elaboração: Ipea/DISOC

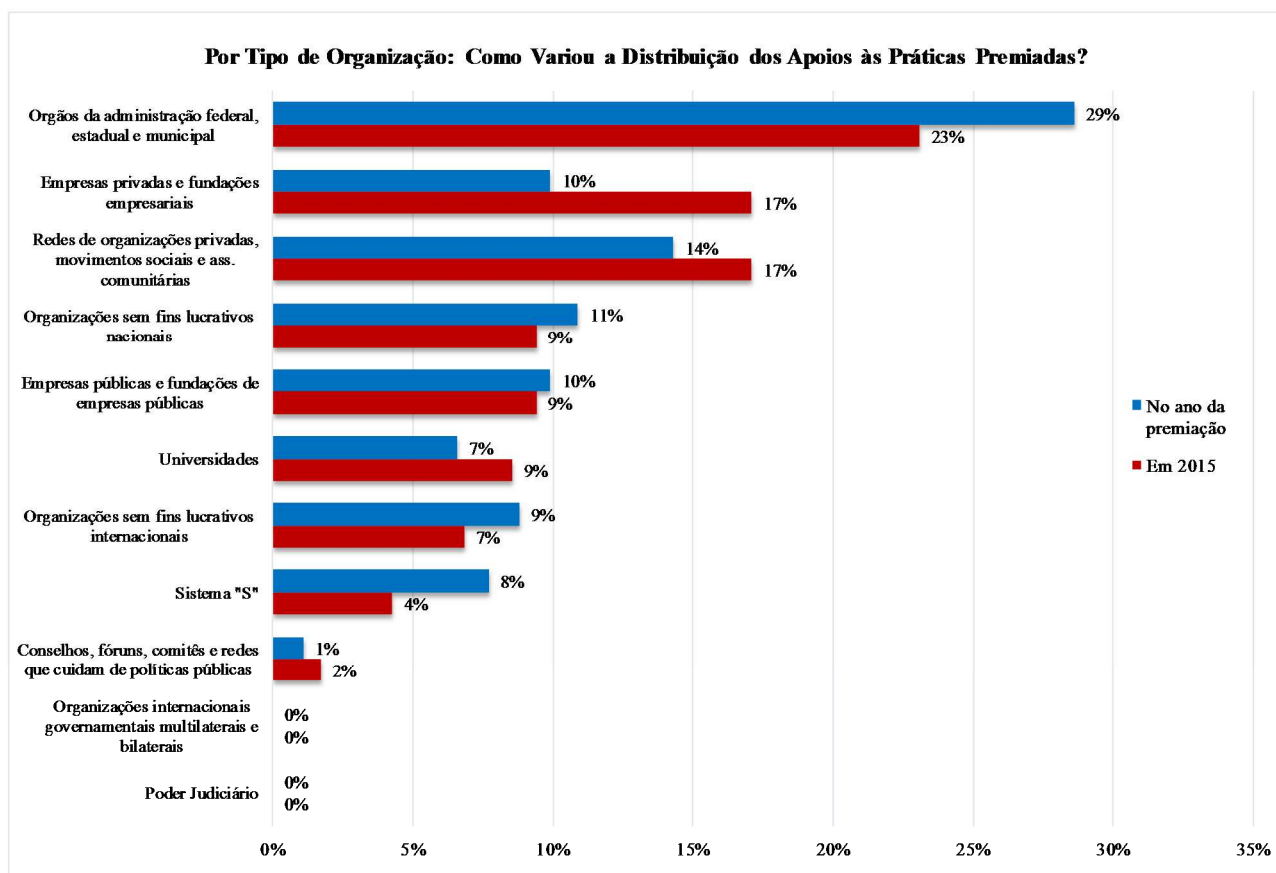
7.13 Os governos, nas suas três instâncias, se destacam como os principais parceiros das práticas premiadas.

Considerando a relevância da questão das parcerias para a análise dos desdobramentos do Prêmio ODM buscou-se identificar, na pesquisa de campo, aqueles parceiros que apoiaram a prática no ano de premiação e mantiveram esse apoio ao longo dos anos e os novos parceiros no ano de 2015. No subconjunto de organizações visitadas, observou-se que 82% delas contavam com novos apoiadores e que as demais mantiveram pelo menos parte das parcerias que possuíam quando foram premiadas.

A lista das entidades que apoiaram as práticas premiadas, tanto no ano de premiação, quanto em 2015, engloba os mais diferentes tipos de organizações, que podem ser reunidas em três grupos principais de parceiros: instituições públicas (órgãos da administração federal, estadual ou municipal e empresas públicas e fundações de empresas públicas); instituições privadas (empresas privadas e fundações de empresas

privadas); e organizações sem fins lucrativos nacionais e internacionais. No Gráfico 48 é apresentada a distribuição dos apoios recebidos pelas práticas premiadas, no ano de premiação e em 2015, por tipo de instituição apoiadora. Os resultados apontam para uma presença predominante do governo, por meio de órgãos da administração federal, estadual ou municipal.

Gráfico 48



Obs.: Os percentuais referem-se aos apoios recebidos pelas práticas premiadas no ano de premiação e em 2014, e não ao número de organizações apoiadoras. Uma mesma organização pode ter apoiado a mais de um prática.

Fonte: Pesquisa de Campo Prêmio ODM - Ipea/Disoc (2016).

Elaboração: Ipea/DISOC.

No entanto, os dados revelaram uma tendência de retração no apoio dos órgãos governamentais ao longo dos últimos anos, e as organizações visitadas apontaram para os riscos recentes de uma menor abertura para a participação das organizações da sociedade na condução de atividades de caráter público: "houve uma época em que isso existia mais e hoje em dia é

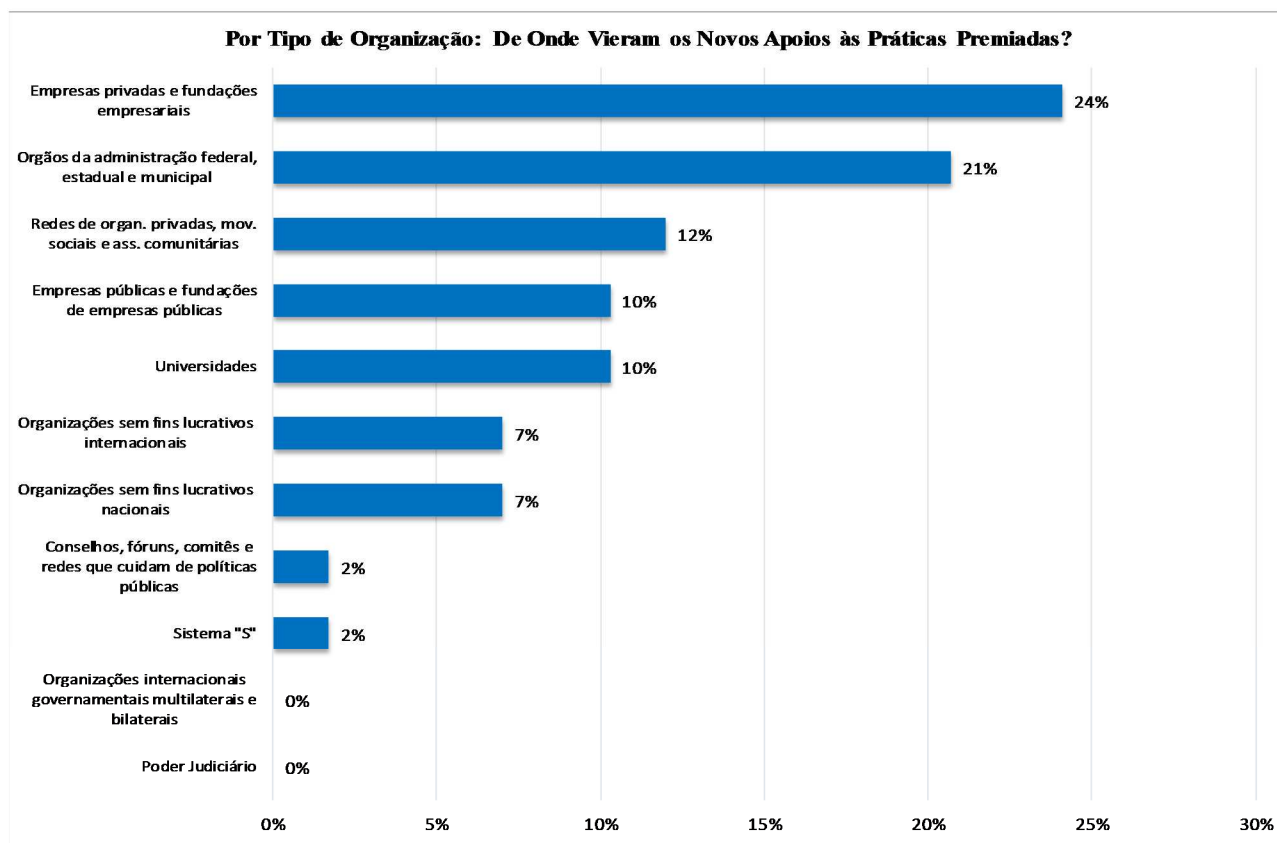
muito menor essa participação [...] Eu posso dizer que o trabalho social nosso está por conta de si mesmo, como se de repente houvesse um retrocesso muito grande”. Como agravante, os entrevistados reclamam que as parcerias com instituições de governo são frequentemente afetadas pelas mudanças na conjuntura política, pela elevada rotatividade nas administrações, pelas alterações das diretrizes de trabalho conjunto, pelo excesso de burocracia e pela morosidade no processo de decisão. Por outro lado, foi mencionado que o papel de controle social e de cobranças em relação às políticas públicas, a ser exercido pelas organizações da sociedade civil, pode ser fragilizado com a dependência dos repasses diretos de recursos governamentais e foi mencionado que eles poderiam ser realizados por meio de fundos específicos para tal finalidade.

Um ponto interessante a destacar é que, ao se comparar os dados do ano de premiação com aqueles de 2015, observa-se a existência de uma razoável alternância de parceiros de uma mesma prática. Tal alternância foi atribuída pelos entrevistados não só às mudanças nas políticas e diretrizes adotadas pelos apoiadores mas, às dificuldades de ordem financeiras que eles têm enfrentado recentemente. Um outro fator que explica também tal resultado é o de que vários apoios recebidos são de caráter pontual (ex.: doação de bens, produção de material informativo, divulgação da prática, suporte à realização de eventos) ou temporário (restritos a prazos de vigência pré-estabelecidos nos editais e nos convênios com instituições governamentais ou nos contratos com entidades privadas). Se, por um lado, essa rotatividade obriga frequentemente as organizações a enfrentar o desafio de buscar novos parceiros, por outro lado, foi captado na pesquisa, que apesar das parcerias terem sido encerradas permaneceram os frutos dos apoios recebidos e hoje algumas organizações afirmam que estão mais equipadas e preparadas para realizar o seu atendimento.

Excepcionalmente, foi mencionado que o apoio externo foi suspenso porque não havia mais necessidade dele. O que se observa, em geral, é que as organizações estão atentas para a necessidade de buscar maior autonomia financeira mas, mesmo assim, as parcerias mantêm-se necessárias devido às características dos serviços prestados. Portanto, foi interessante verificar na pesquisa de campo que, apesar das dificuldades do momento, o número de parceiros nas organizações visitadas ampliou em 29% entre o ano de premiação e 2015, e que a maioria das instituições (65%), públicas e privadas, mantiveram o seu apoio nesse período.

Por outro lado, surpreende o fato de que mais que dobrou o número de empresas e fundações empresariais que passaram a apoiar as práticas premiadas. Com esse crescimento elas figuram em primeiro lugar no grupo das instituições que, nos anos recentes, se tornaram parceiras dessas práticas: 24% do total das novas parcerias, identificadas na pesquisa de campo, advêm desse setor (Gráfico 49). As organizações atribuem tal ampliação às crescentes pressões de ordem social e legal para uma atuação mais consistente das empresas no campo social, mas temem que com o passar do tempo elas se capacitem para realizar diretamente os seus projetos sociais e reduzam esse apoio: "as empresas estão criando braços de responsabilidade social robustos e inteligentes". Em resumo, o que se pode extrair desse contexto de restrições por parte dos órgãos da administração pública e da tendência de redução no financiamento internacional é que o setor privado passa a ser uma fonte de recursos cada vez mais relevante para as organizações sem fins lucrativos. Cabe, no entanto, acompanhar a evolução desse processo.

Gráfico 49



Obs.: Os percentuais referem-se ao número de apoios recebidos pelas práticas premiadas e não ao de organizações apoiadoras. Uma mesma organização pode ter apoiado a mais de um prática.

Fonte: Pesquisa de Campo Prêmio ODM - Ipea/Disoc (2016).

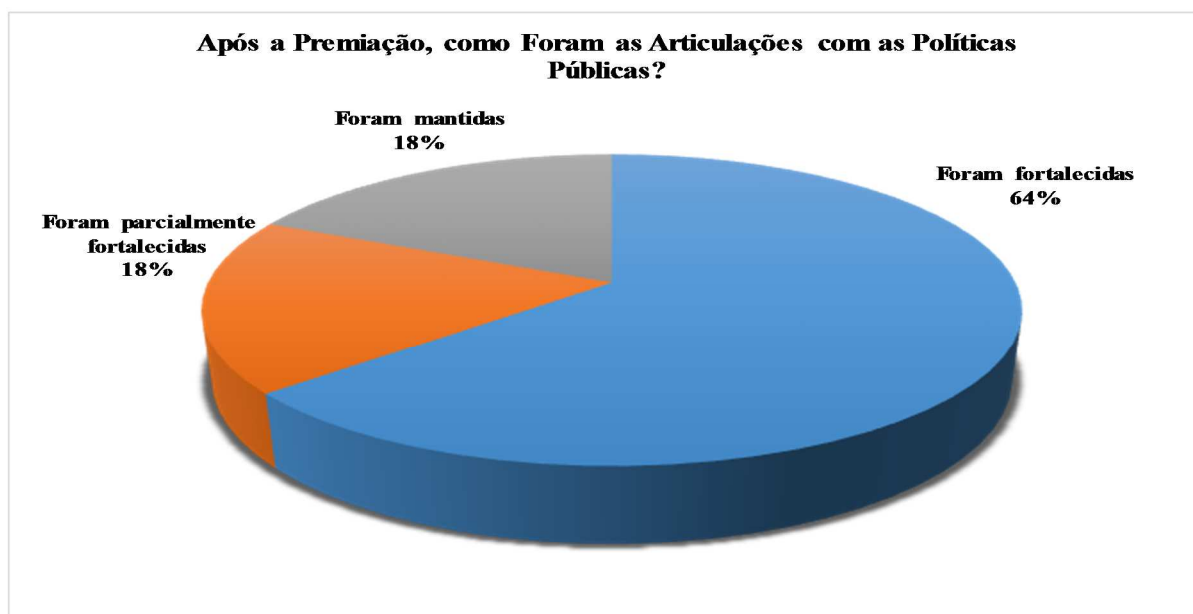
Elaboração: Ipea/DISOC.

Nas entrevistas realizadas com os dirigentes das organizações observou-se, em diversos depoimentos, que a opinião sobre as relações com os governos, especialmente no âmbito local, divergem a depender da ótica sob a qual o tema é observado. Em alguns momentos eles reconhecem e valorizam o apoio recebido e, em outros, são extremamente críticos quanto à falta de políticas específicas ou adequadas à sua área de atuação; quanto à inadequação das estratégias de financiamento e de prestação de contas adotadas; e, quanto à repercussão desses problemas no desempenho das práticas sociais. Apesar das dificuldades mencionadas, a importância da articulação com as políticas públicas tanto para a ampliação quanto para a melhoria do atendimento é amplamente reconhecida e, conforme pode ser observado no Gráfico 50, 82% das organizações visitadas indicaram que essa articulação foi fortalecida após o recebimento do Prêmio ODM: "o

Prêmio chancela a prática, empodera e a coloca no trilho do público e as entidades estão buscando entrar na trilha do público, de viver o paradigma da oferta pública"; "o Prêmio ODM ajudou a criar um "caldo de cultura" favorável à iniciativa e por essa razão a prática passou a ser mais aceita, tanto na comunidade como na esfera pública".

Foi interessante verificar que algumas iniciativas adotadas pelas organizações já se transformaram em políticas públicas e que as organizações não só recebem apoio dos governos mas, também, dão retorno por meio de suporte ao desenvolvimento de algumas políticas públicas (ex.: capacitação de gestores, realização de palestras e diálogo com as comunidades). Assim, para fazer frente às dificuldades recentes de acesso aos recursos públicos, as organizações estão identificando novas formas de articulação com os órgãos governamentais, substituindo o recebimento de apoios financeiros mais permanentes por apoios técnicos e, eventualmente, mais pontuais.

Gráfico 50



Fonte: Pesquisa de Campo Prêmio ODM - Ipea/Disoc (2016).

Elaboração: Ipea/DISOC.

A pesquisa revelou que a maior parte dos entrevistados está otimista em relação às perspectivas de fortalecimento das suas práticas sociais e de manutenção ou ampliação, no futuro próximo, das parcerias com outras instituições, governamentais e não governamentais. Os compromissos que os gestores assumem com as causas que defendem e com as comunidades atendidas são fundamentais para manter o entusiasmo. No entanto, muitos estão preocupados com as recentes mudanças nas diretrizes das políticas públicas e com a redução de repasses de recursos financeiros, especialmente do setor público, devido à conjuntura econômica do País. Conforme já mencionado, as organizações estão identificando novas alternativas de sustentação e vislumbrando a oportunidade de inovar nas estratégias de trabalho conjunto e de fortalecer outras bases de colaboração.

Alguns depoimentos ilustram o estado de ânimo dos entrevistados: "apesar das dificuldades, como já vi muita coisa e vivenciei o ganho de musculatura institucional do Estado, como as Leis Orgânicas e os estatutos, eu acredito que as coisas podem melhorar"; "a perspectiva é favorável a partir do momento em que exista um governo que tenha esse interesse em reforçar os trabalhos comunitários".

8. O QUE SE EXTRAÍ DA PESQUISA PARA FUTURAS PREMIAÇÕES?

Entre os objetivos dessa pesquisa, destaca-se o de extrair ensinamentos da experiência brasileira com o Prêmio ODM para subsidiar iniciativas similares, em especial um novo Prêmio destinado a estimular as organizações públicas e privadas a contribuir para a próxima agenda de desenvolvimento sustentável.

Isso porque, a partir da realização da Rio+20³⁸, as Nações Unidas deram início ao processo de elaboração de uma nova estratégia de

³⁸ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 foi assim

desenvolvimento que foi apresentada na Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada em setembro de 2015, em Nova York. Na ocasião, 193 países aprovaram a proposta, a ser implementada a partir de 2016, contida no documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Essa nova agenda é composta por um plano de ação que parte do reconhecimento de que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável. Nela estão estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e 169 metas, cujo alcance requererá uma parceria global com a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia, e Nações Unidas. Os ODS propostos, baseados em consultas públicas realizadas em todo o mundo, têm como ponto de partida os ODM e foram ampliados para responder aos novos desafios do mundo contemporâneo.

Por se tratar de uma proposta recente, os ODS ainda não estão amplamente difundidos e verificou-se, nessa pesquisa realizada pelo Ipea, que em apenas 27% das organizações visitadas eles já são conhecidos. Nesses casos, os entrevistados reconheceram a importância da adoção de um leque mais amplo de objetivos e, conforme mencionado por um deles, "os ODS são caros ao dirigente porque trata de causas que são prioritárias para nós e porque conecta o trabalho da organização ao público". Em 55% das demais organizações os gestores têm informações vagas sobre esse tema e em 18% eles não têm qualquer conhecimento a respeito (Gráfico 51). Considerando que a premiação revelou-se um instrumento importante de divulgação e fortalecimento das iniciativas desenvolvidas pela sociedade, a instituição de um novo Prêmio ODS deve ser considerada como boa estratégia para ampliar o conhecimento e a mobilização das organizações públicas e privadas em prol dos ODS.

conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

Gráfico 51



Fonte: Pesquisa de Campo Prêmio ODM - Ipea/Disoc (2016).

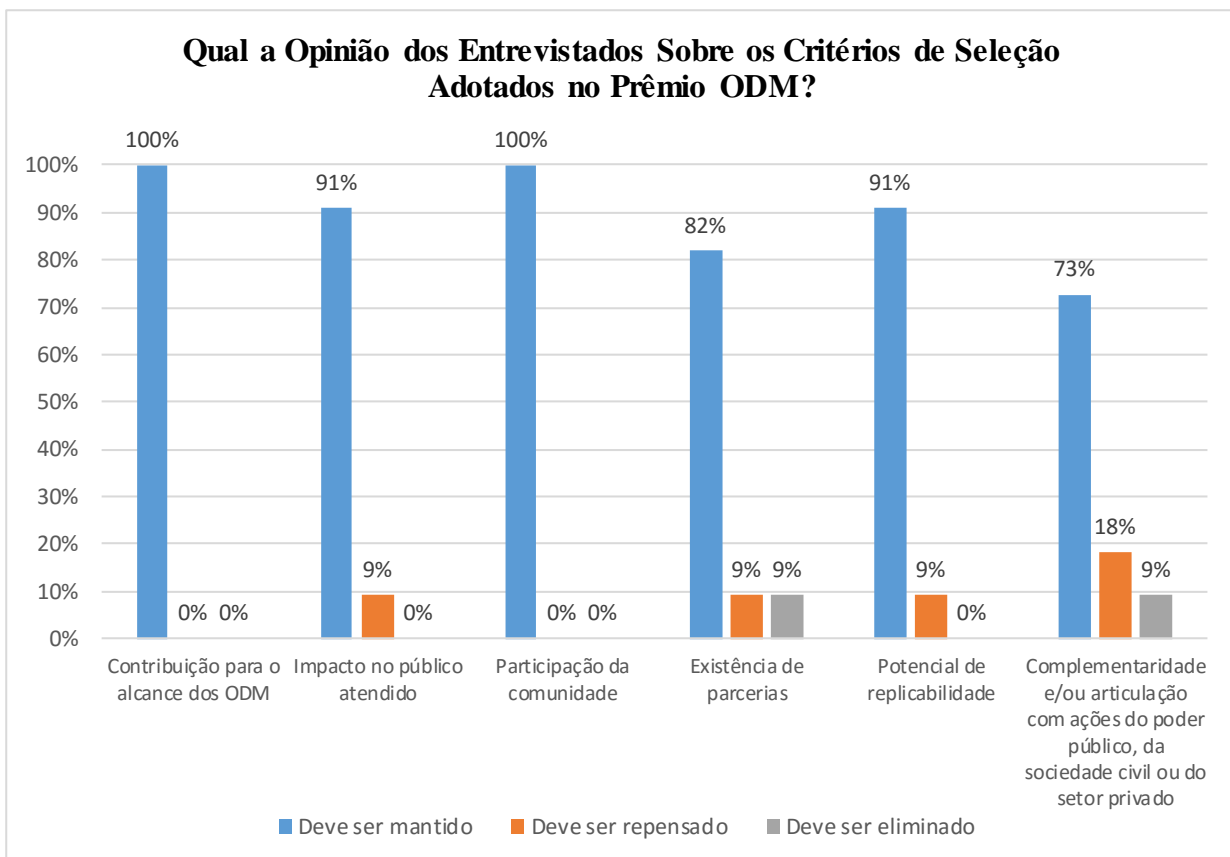
Elaboração: Ipea/DISOC.

Que subsídios podem ser extraídos dos depoimentos dos entrevistados para futuras premiações? Os resultados da pesquisa de campo reforçam o acerto da experiência brasileira com o Prêmio ODM e estimulam a criação de um novo Prêmio ODS: todos os entrevistados afirmaram que se ele fosse criado a organização se inscreveria novamente. Para tal disposição concorre o aumento da visibilidade das práticas com todos os seus desdobramentos positivos. Outros aspectos positivos identificados na pesquisa de campo também contam, como por exemplo: a importância do processo de inscrição - o preenchimento da ficha é visto como um desafio para a equipe gestora refletir sobre a sua atuação e para organizar as informações internas -; e também a análise *in loco* por parte do Comitê Técnico de Seleção, que foi considerada pelos gestores como uma oportunidade das práticas obterem uma avaliação externa altamente qualificada.

A maioria das organizações apoia também os seis critérios utilizados para a seleção das práticas premiadas. Conforme pode ser observado no Gráfico

52, 100% delas afirmam que os itens "contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento" e "participação da comunidade" devem ser mantidos sem alteração. O primeiro por razões óbvias, isto é, as práticas devem atender aos objetivos do próprio Prêmio. O segundo, porque eles entendem que a participação das comunidades garante maior estabilidade para as práticas e permite a sua continuidade, mesmo nos momentos de alternâncias das lideranças políticas.

Gráfico 52



Fonte: Pesquisa de Campo Prêmio ODM - Ipea/Disoc (2016).

Elaboração: Ipea/DISOC.

Alguns entrevistados sugeriram que fossem repensados e aprimorados os seguintes critérios:

A. Impacto no público atendido. Alegam que "o impacto é muito complexo e subjetivo e cada um entende de um jeito. Seria preciso fundamentar e qualificar melhor o que se quer dizer". Isso significa,

inclusive, distinguir o que é entendido por impacto e por resultado, pois são questões diferentes e nem sempre bem compreendidas pelos gestores sociais.

B. Existência de parcerias. Foi mencionado que esse critério "pode ser injusto com as iniciativas que estão começando, uma vez que as práticas já estabelecidas têm maior facilidade de estabelecer parcerias". Sugeriu-se ainda que "os critérios deveriam ter pesos diferentes porque você pode ter projetos muito fortes que são sustentados por uma única instituição e, por conta disso, podem cair na avaliação porque não tem parcerias. Às vezes ele não tem um parceiro disponível ou sequer precisa de um". Já os defensores da manutenção desse critério, na forma adotada, alegam que as parcerias aumentam a capacidade institucional e podem fazer a diferença na continuidade da prática: "a parceria é uma co-responsabilidade"; "a parceria é fundamental porque uma andorinha sozinha não faz verão".

C. Potencial de replicabilidade. As restrições a esse critério relacionam-se à dificuldade de transpor experiências para contextos diferentes e ao fato de que "uma prática apropriada a uma comunidade ou região muitas vezes não é adequada para outra comunidade ou região". A maior parte dos entrevistados, no entanto, reconhece que podem ser necessárias algumas adaptações, mas que "se a prática é boa e tem efeito na vida das pessoas ela deveria ser replicada para mais pessoas, para trazer mais impactos".

D. Complementaridade e/ou articulação com ações do poder público, da sociedade civil ou do setor produtivo. Esse foi o critério que sofreu maior resistência, especialmente no tocante à complementaridade com as políticas públicas: "como o Estado tem políticas mais abrangentes, essa articulação é importante para aumentar o potencial de efetividade da prática. Mas deve-se tomar o cuidado para não gerar dependência do poder público"; "o que interessa é a efetividade da iniciativa, independentemente se é ou não complementar"; "pode ser mantido o critério, mas deve-se, no

entanto, tomar cuidado com o "preço" político desta parceria"; "nem sempre o setor público terá interesse de participar ou se articular com a organização até porque as organizações ficam no pé, cobram muito"; "o poder público às vezes atrapalha mais que ajuda". Outros entrevistados foram na direção oposta e destacaram que "a articulação é importante porque ao se trabalhar isolado acaba-se por gastar "dois dinheiros" para fazer uma mesma coisa e se estiver junto, você potencializa o resultado"; "é importante porque as políticas públicas impactam diretamente as nossas práticas sociais". Nessa direção foi destacada a importância da existência de políticas públicas que tenham objetivos comuns às práticas selecionadas: "os prêmios são válidos na medida em que haja políticas públicas atuantes, especialmente aquelas voltadas à periferia. Essas comunidades não têm os meios necessários para o seu desenvolvimento".

Além dos critérios já adotados, foram sugeridos novos itens a serem analisados na seleção dos premiados como, por exemplo, o potencial de sustentabilidade da prática, o que significaria verificar se ela tem possibilidade de garantir a sua continuidade no tempo. Como subsídio ao debate sobre essa proposta vale observar que tal critério não foi utilizado no Prêmio ODM e, no entanto, um dos resultados altamente positivos colhido nessa pesquisa foi o de que as práticas premiadas foram mantidas e que o próprio Prêmio contribuiu para essa manutenção. Cabe, portanto, aprofundar sobre a necessidade da utilização desse critério que costuma ser um ponto controverso em outros processos de seleção.

Outra questão destacada durante as entrevistas refere-se ao caráter inovador das práticas premiadas. Conforme levantado no depoimento de um entrevistado, seria importante "que houvesse um compromisso com inovação e geração de valor, não necessariamente financeiro, mas a geração de algo que fosse transformador. O grande desafio é trabalhar de forma diferente". Esse tema foi recorrente durante o processo de seleção, tanto entre os participantes do Comitê Técnico de Seleção quanto entre os

jurados. Por exemplo, questionava-se sobre a premiação de práticas exitosas, mas muito próximas ao que estava previsto no desenho das políticas públicas. Nesses casos a dúvida era se não estavam apenas "cumprindo uma obrigação". No entanto, predominou no processo de seleção o mesmo entendimento destacado por um dos entrevistados: "o novo não é a ruptura e sim o azeite que você coloca para a coisa funcionar... é como aquele prato em que você colocou uma azeitona e ele ficou novo. Faz toda a diferença. Por exemplo, fazer o CadÚnico³⁹ funcionar direitinho é inovador"; "deveriam ser premiadas aquelas organizações que se tornaram de fato públicas e que ultrapassaram a lógica de uma "boa ideia" e se encaixaram nos sistemas universais de garantia de direitos". Ou seja, premiar a inovação não significa, necessariamente, premiar novos desenhos de projetos sociais, mas valorizar também a adoção de mecanismos ou arranjos locais diferenciados que produzam melhores resultados e de maior relevância pública.

Uma preocupação observada nas entrevistas relaciona-se à garantia de que as premiações alcancem as pequenas organizações. Os entrevistados sugerem que o número de beneficiários atendidos ou de pessoas que trabalham na organização "não deveria se constituir em um critério isolado para selecionar as práticas premiadas, pois diria pouca coisa". Conforme o depoimento de um deles, "seria como comparar o incomparável. A qualidade possui maior relevância que a quantidade. O pequeno porte não é ruim".

As organizações pesquisadas apresentaram ainda uma lista de propostas para serem apreciadas em uma nova premiação, valendo destacar: a criação de um selo para as práticas premiadas; a adoção de apoio de caráter financeiro que pudesse fortalecer institucionalmente as organizações; a instituição de mecanismos de articulação entre as organizações premiadas e organismos nacionais e internacionais; um tratamento diferenciado nas

³⁹ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar as famílias de baixa renda que poderão ser incluídas nos programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

licitações públicas para as práticas premiadas; a realização de um monitoramento mais intenso das iniciativas agraciadas e a criação de fóruns regionais, ou seminários, onde os representantes das organizações pudessem se encontrar e trocar experiências. Foi sugerida a participação no Júri do Prêmio de instituições que poderiam posteriormente vir a apoiar as práticas inscritas. Nesse sentido elas trariam para o processo de seleção, os critérios que utilizam para escolher os seus parceiros e isso poderia facilitar futuras colaborações. Uma proposta praticamente unânime foi a de que seja intensificada e ampliada a divulgação das instituições premiadas, inclusive na grande mídia, para promover uma visão mais positiva das práticas junto às lideranças locais, à sociedade e às instituições públicas, uma vez que "o Prêmio é um olhar sobre os esforços da sociedade civil, da população"; "o título é importantíssimo para a instituição. Ele aumenta a autoestima e favorece a entrada de recursos financeiros".

Diante de um leque tão rico de sugestões, caberia às organizações responsáveis pelo Prêmio ODM, desenvolver uma nova proposta de premiação adaptada à "Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável". Como se trata de uma agenda bem mais ampla e complexa, caberia realizar uma revisão detalhada dos mecanismos de premiação, até então utilizados, especialmente no que se refere: ao regulamento anterior; ao processo e aos instrumentos de inscrição, de seleção e de avaliação das práticas inscritas; e, às estratégias de divulgação, de acompanhamento e de apoio aos premiados. Um trabalho dessa natureza vai requerer, por exemplo, uma análise detalhada da qualidade das informações fornecidas nas fichas de inscrição que costumam dificultar, ou mesmo prejudicar, o trabalho inicial de triagem das práticas a serem premiadas. Ele vai exigir ainda, uma revisão dos critérios de premiação considerando não só as sugestões anteriormente mencionadas como, também, as novas características e especificidades dos ODS.

Finalmente, os questionários preenchidos e em particular as entrevistas realizadas, geraram a percepção de uma gradual redução na alocação de recursos, nacionais ou internacionais, para o financiamento de práticas executadas por organizações da sociedade civil. Somada a essa percepção, constatou-se outras dificuldades enfrentadas pelas organizações, entre as quais se destacam: (a) a dispersão dos recursos públicos em diversas instituições das três esferas de governo – União, estados e municípios; (b) o excesso de burocracia para o cadastramento e as transferências de recursos públicos que exige esforços demasiados das organizações da sociedade civil para obter financiamento para suas atividades finalísticas; (c) a inadequação no desenho de algumas políticas públicas que inviabilizam o acesso a elas por parte das comunidades mais pobres; e, (d) o agravamento dos problemas sociais locais, especialmente o aumento da violência e do uso de drogas, que requerem novas estratégias de atuação no campo social e a ampliação de recursos exatamente no momento em que eles estão sendo reduzidos.

Nesse sentido, uma resposta adequada das instituições organizadoras do Prêmio seria acolher a sugestão anteriormente mencionada de organizar fóruns de debates com a participação das organizações premiadas, para ampliar a reflexão e aprimorar as parcerias do setor público com a sociedade. Como as práticas premiadas se destacam pela qualidade dos serviços prestados, o diálogo com os seus gestores trará subsídios importantes para as políticas governamentais nas áreas de atuação abrangidas pelo Prêmio. Além disso, tal iniciativa representaria um estímulo para a participação das organizações da sociedade em premiações futuras, dado o interesse delas em contribuir com o aprimoramento das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de práticas inscritas no Prêmio ODM ao longo do período 2005/2013 revela a importância dessa iniciativa. As prefeituras e, sobretudo, as organizações da sociedade civil responderam de forma efetiva e apresentaram um elenco muito grande de práticas criativas e transformadoras. Elas refletem a riqueza de alternativas que estão sendo adotadas no País para o enfrentamento dos principais problemas sociais e ambientais. Não por acaso, o Brasil apresentou avanços significativos no cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O processo de seleção dos projetos, finalistas e premiados, descrito nesse relatório, pode ser também considerado como uma experiência de sucesso a ser replicada em outras premiações similares. Assim, os critérios adotados para a seleção das melhores práticas foram, em geral, aprovados pelas organizações participantes, que sugeriram apenas pequenos ajustes. A Coordenação Técnica do Ipea e da Enap e o engajamento de seus servidores em todas as etapas de seleção, com destaque, sobretudo, para a visita aos projetos e o diálogo com os atores envolvidos refletiram o cuidado com a garantia da qualidade das práticas selecionadas. A realização dessas visitas foi uma oportunidade ímpar para os técnicos entrarem em contato com as mais diferentes realidades do País e observarem as adversidades locais e as estratégias de superação adotadas. A organização de um Júri do Prêmio, formado por especialistas brasileiros reconhecidos nas diversas áreas relacionadas aos ODM também se mostrou acertada para conferir a necessária transparência na seleção final dos premiados.

É importante enfatizar, que dessa pesquisa sobre a experiência brasileira sobressai, de forma contundente, os reflexos positivos do Prêmio ODM para as práticas premiadas desde 2005. Os dados captados revelam, por exemplo, que 98% delas mantiveram a continuidade do atendimento; que o número de pessoas atendidas foi ampliado em 7,5 vezes, entre o ano de

premiação e 2014; que 45% das iniciativas foram reproduzidas por outras organizações; e, que 58% delas foram posteriormente agraciadas em outras premiações.

Por ocasião da pesquisa de campo, observou-se que, além da continuidade e da ampliação do atendimento, as organizações foram aprimorando suas metodologias de trabalho para adaptar-se às novas realidades e para alcançar melhores resultados junto às comunidades. Sobressaiu o fato de que as organizações se empenharam e conseguiram fazer mais com menos. Isto é, a ampliação do número de beneficiários foi relativamente muito maior do que o volume de recursos investidos e o número de pessoas envolvidas na sua execução. Para garantir o atendimento com um quadro reduzido de colaboradores as organizações recorreram ao voluntariado: 50% do total de pessoas envolvidas no desenvolvimento das práticas premiadas trabalham em caráter voluntário. Para enfrentar as dificuldades recentes de obtenção de financiamentos externos, as organizações estão buscando adotar diferentes estratégias para a colaboração dos parceiros e novas frentes de atividades voltadas para a obtenção de maior autonomia. Não obstante, dadas as características do atendimento prestado pelas organizações premiadas, a necessidade de apoio de terceiros é uma constante e a maior preocupação, no momento, é a de que as restrições no financiamento possam implicar em retrocessos nos avanços apresentados.

A articulação das práticas premiadas com as políticas públicas foi identificada como fundamental, tanto para a ampliação quanto para a melhoria do atendimento e, conforme os depoimentos colhidos na pesquisa, ela foi fortalecida após o recebimento do Prêmio ODM. Não obstante, nesse campo observou-se uma tensão nas relações das organizações da sociedade com as instituições governamentais, especialmente no âmbito local, que pode ser em parte atribuída a uma conjuntura econômica e política que não está favorecendo o trabalho conjunto. Além disso, foram recorrentes as críticas às estratégias atuais do financiamento público para as organizações da

sociedade civil, o que sugere a necessidade de revisão dos mecanismos vigentes. É nesse contexto de dificuldades que se observou o fortalecimento das parcerias com as organizações do setor privado, que merecem ser acompanhadas no futuro próximo.

Cabe registrar o amplo reconhecimento das organizações em relação às contribuições do Prêmio ODM para os ganhos obtidos. De acordo com os depoimentos de lideranças e gestores entrevistados, foi o Prêmio mais relevante que a prática já recebeu e, a partir dele, a mesma tornou-se nacionalmente e, em alguns casos, internacionalmente reconhecida. Tal reconhecimento significou um incentivo à participação e ao engajamento dos beneficiários e dos colaboradores e, ao mesmo tempo, facilitou o surgimento de novas parcerias, financeiras, técnicas e políticas que permitiram o aprimoramento das atividades desenvolvidas. Em resumo, a visibilidade proporcionada pelo Prêmio desencadeou um círculo virtuoso que repercutiu positivamente nos mais diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento das práticas premiadas.

Não por acaso, todos os entrevistados manifestaram a disposição de participar de outras premiações similares, a exemplo de um possível Prêmio ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Foi fortemente valorizada a visibilidade e legitimidade conferida por uma premiação com as características do Prêmio ODM, destacando-se: foco em objetivos altamente relevantes; articulação com as políticas públicas; alinhamento a uma agenda de desenvolvimento global; processo de seleção qualificado e transparente; apoio de organizações internacionais; e, reconhecimento da Presidência da República.

Diversas sugestões para o aprimoramento de futuras premiações foram colhidas nesta pesquisa e elas podem ser agrupadas em cinco focos principais. O primeiro diz respeito a um esforço para intensificar e ampliar a divulgação do próprio Prêmio, e das práticas premiadas, na sociedade e

especialmente nas comunidades e lideranças locais. Para tanto, foi mencionado, por exemplo, o estímulo ao envolvimento da grande mídia, a reprodução de prêmios locais ou regionais e a instituição de selos para as práticas premiadas. Um segundo grupo de sugestões sinaliza a importância de associar à premiação alguns instrumentos de apoio financeiro ou de fortalecimento institucional das organizações selecionadas. Entre as possibilidades levantadas pelos entrevistados, destaca-se um tratamento diferenciado nas licitações públicas e a participação no processo de premiação de instituições que apoiam iniciativas dessa natureza. O terceiro foco refere-se à manutenção de um sistema de acompanhamento mais intenso das iniciativas agraciadas e a criação de fóruns regionais, ou seminários, onde os representantes das organizações pudessem se encontrar para refletir conjuntamente sobre os desafios enfrentados e para intercambiar as experiências obtidas. O quarto foco está associado à recomendação de que sejam fortalecidos mecanismos de articulação das organizações premiadas com os organismos nacionais e internacionais e com instituições de pesquisas. O objetivo é aprofundar o conhecimento e ampliar para fora do País o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos internamente. Um quinto foco refere-se às sugestões de inserir, nas futuras premiações, um tratamento diferenciado para as distintas práticas inscritas. A proposta é a de que sejam repensadas as categorias utilizadas na concessão dos prêmios, de forma a adequar os critérios adotados ao porte e às características das organizações (ex.: governamentais, sem fins lucrativos, privadas e órgãos de pesquisa).

Na direção das sugestões apresentadas, duas iniciativas recentes adotadas pelas instituições responsáveis pela condução do Prêmio ODM merecem ser destacadas e poderiam ser fortalecidas futuramente. Em 2015, a Secretaria Geral da Presidência, em parceria com o Fundo Socioambiental Caixa⁴⁰, criou uma linha de apoio financeiro para projetos agraciados pelo Prêmio ODM e o

⁴⁰ Ver informações sobre essa iniciativa no site:
<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=1837>

Ipea promoveu a elaboração desta pesquisa, que sistematiza as informações disponíveis sobre o Prêmio e analisa os desdobramentos da experiência nas práticas premiadas. Os resultados desse trabalho, de caráter inédito, trazem ensinamentos importantes para outras premiações similares e podem subsidiar a realização de encontros de debates entre os gestores das organizações participantes.

Finalmente, o Prêmio revelou-se um importante instrumento de divulgação e mobilização em prol dos ODM e sua reprodução pode ser estratégica para estimular as organizações, públicas e privadas, a contribuir para a próxima agenda de desenvolvimento sustentável materializada nos ODS. Cabe extrair os ensinamentos dessa experiência e introduzir os necessários aprimoramentos em premiações futuras.

ANEXO I

Decreto de 15 de dezembro de 2005.

**Decreto que Institui o Prêmio Objetivos do Desenvolvimento do
Milênio no Brasil**

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005.

Institui o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil, a ser concedido, a partir de 2005 até 2015, pelo Governo Federal em parceria com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Art. 2º O Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil tem por finalidade:

I - Incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, tais como:

- a) erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino primário universal;
- b) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- c) reduzir a mortalidade na infância;
- d) melhorar a saúde materna;
- e) combater a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, a malária e outras doenças;
- f) garantir a sustentabilidade ambiental; e
- g) estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento;

II - Construir um banco de práticas de referência para sociedade e gestores públicos, no marco das políticas públicas; e

III - reconhecer publicamente os esforços em favor dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM.

Art. 3º O Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil será concedido em três categorias:

I - Governos Municipais: com vistas a premiar práticas, assim definidas como políticas, programas ou projetos das prefeituras, que contribuam para o alcance dos ODM;

II - Organizações: com vistas a premiar práticas de organizações públicas ou privadas, com e sem fins lucrativos, que colaborem para o alcance dos ODM;
e

III - Destaques Individuais ou Coletivos: com vistas a promover o reconhecimento público de esforços individuais ou coletivos em favor dos ODM.

Art. 4º Na concessão do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil serão observados os seguintes critérios de avaliação:

I - Contribuição para o alcance dos ODM;

II - Caráter inovador;

III - possibilidade de uso como referência para outras ações similares;

IV - Perspectiva de continuidade ou replicabilidade;

V - Integração com outras políticas;

VI - participação da comunidade;

VII - existência de parcerias; e

VIII - manutenção da qualidade nos serviços prestados.

Art. 5º Fica instituída, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, a Coordenação-Geral do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil, com as seguintes atribuições:

I - Promover o lançamento oficial do Prêmio e demais medidas necessárias até a solenidade final;

II - Coordenar o Comitê Técnico de Seleção e indicar seus membros; e

III - indicar os membros do Júri do Prêmio e acompanhar seus trabalhos.

§ 1º A Coordenação-Geral do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil será constituída por representantes do Governo Federal, do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e do PNUD.

§ 2º Caberá à Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP apoiar as atividades da Coordenação-Geral do Prêmio.

Art. 6º O Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República baixará as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto, inclusive quanto aos requisitos e procedimentos necessários à inscrição de candidaturas e os critérios específicos para premiação em cada categoria, no prazo de trinta dias a partir da publicação deste Decreto.

Art. 7º Para execução do presente Decreto, as despesas correrão por conta de dotação orçamentária da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Soares Dulci

ANEXO II

Regimento Interno

Prêmio ODM Brasil 2013

ANEXO II

Regimento Interno do Prêmio

SECRETARIA- GERAL

PORTARIA Nº- 27, DE 9 DE MAIO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no Decreto n.º 6.202, de 30 de agosto de 2007, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5.ª Edição, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO CARVALHO

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DO PRÊMIO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO BRASIL - 5.ª EDIÇÃO

Capítulo I Da Caracterização

Art. 1º O Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Capítulo II Dos Objetivos

Art. 2º O Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição tem como objetivos:

I - incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, entre os quais:

- a) erradicar a extrema pobreza e a fome;
- b) alcançar a educação básica de qualidade para todos;

- c) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
 - d) reduzir a mortalidade na infância;
 - e) melhorar a saúde materna;
 - f) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
 - g) garantir a sustentabilidade ambiental; e
 - h) estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento;
- II - subsidiar a construção de repertório e banco de práticas de referência para a sociedade e os gestores públicos, no âmbito das políticas públicas; e

III - reconhecer, publicamente, os esforços em favor dos ODM.

Capítulo III Das Categorias

Art. 3º O Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5.ª Edição será concedido em duas categorias:

- I - Governos Municipais; e
- II - Organizações.

Seção I Dos Governos Municipais

Art. 4.º O Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição, na categoria Governos Municipais, visa à premiação de práticas que abrangam políticas, programas ou projetos, bem como atividades finalísticas e atividades-meio das Prefeituras que contribuam para o alcance dos ODM.

Art. 5º Qualquer instituição pública municipal do território nacional, subordinada ao Poder Executivo municipal, seja da administração direta ou indireta, poderá se inscrever, desde que seja responsável por prática que contribua para o alcance dos ODM.

§ 1º Poderão ser inscritas práticas desenvolvidas em parceria com organizações da sociedade civil, tais como associações ou grupos comunitários, empresas do setor privado e organizações não governamentais, desde que estejam sob responsabilidade principal das instituições mencionadas no caput deste artigo.

§ 2º Poderão ser inscritas práticas de âmbito intermunicipal ou regional promovidas por instituições públicas do Poder Executivo municipal, devendo a inscrição ser efetivada por apenas uma das instituições responsáveis, desde que conte com a anuência das demais.

§ 3º Cada Prefeitura poderá inscrever uma ou mais práticas referentes a cada um dos ODM.

§ 4º A inscrição deverá ser feita pela autoridade municipal responsável pela prática, desde que conte com a anuência formal do Prefeito do Município.

§ 5º A critério da Comissão de Premiação do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição, poderão ser solicitadas informações complementares e documentos que comprovem a responsabilidade pela prática, dentre outras.

§ 6º O não atendimento da solicitação referida no § 5º deste artigo, no prazo determinado pela Comissão de Premiação, poderá ensejar a anulação da inscrição em qualquer etapa da seleção.

§ 7º As práticas inscritas devem estar em funcionamento pelo prazo de, no mínimo, doze meses, além de apresentar resultados mensuráveis.

§ 8º Incluem-se entre as instituições públicas previstas no caput deste artigo as universidades públicas municipais.

Seção Das Organizações

II

Art. 6º O Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição, na categoria Organizações, visa à premiação de práticas de Universidades Públicas Federais e Estaduais, bem como de organizações privadas, com ou sem fins lucrativos, abrangendo atividades-meio ou finalísticas, que contribuam para o alcance dos ODM.e contribuam para o alcance dos ODM.

Art. 7º Poderão se inscrever na Categoria Organizações, na condição de responsáveis, organizações da sociedade civil, incluídos os movimentos sociais, empresas privadas e universidades públicas federais ou estaduais.

§ 1º Poderão ser inscritas as práticas realizadas em parceria entre organizações, sendo que a inscrição deverá ser efetivada por apenas uma das responsáveis, desde que conte com a anuência das demais.

§ 2º As entidades previstas no caput deste artigo poderão inscrever uma ou mais práticas que contribuam para o alcance de cada um dos ODM.

§ 3º A inscrição deverá ser feita pela organização responsável pela prática e assinada pelo seu representante legal.

§ 4º A critério da Comissão de Premiação do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição, poderão ser solicitadas informações e documentos complementares que comprovem a responsabilidade pela prática, dentre outras.

§ 5º O não atendimento da solicitação referida no §4º deste artigo, no prazo determinado pela Comissão de Premiação, poderá ensejar a anulação da inscrição em qualquer etapa da seleção.

§ 6º Para concorrer ao Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição, a entidade deverá estar em funcionamento há, no mínimo, dois anos, e suas práticas deverão estar em funcionamento pelo prazo de, no mínimo, doze meses, desde que apresente resultados mensuráveis.

Capítulo IV

Da Coordenação-Geral do Prêmio ODM Brasil

Art. 8º A Coordenação-Geral do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição será composta pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, por um representante do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e por um representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, com a atribuição de promover ações de incentivo, valorização e promoção dos objetivos de desenvolvimento do milênio.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral da Presidência da República funcionará como Secretaria-Executiva da Coordenação-Geral e será responsável pelo suporte técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.

Art. 9º A Coordenação-Geral do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição contará com uma Comissão de Premiação, um Comitê Técnico de Seleção e um Júri do Prêmio.

Seção I

Da Comissão de Premiação

Art. 10. A Comissão de Premiação será integrada por representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República e do PNUD, e terá como atribuições:

- I - coordenar e indicar os membros do Comitê Técnico de Seleção;
- II - indicar os membros do Júri do Prêmio e acompanhar seus trabalhos; e
- III - coordenar as fases de inscrição e de seleção.

Seção II

Do Comitê Técnico de Seleção

Art. 11. O Comitê Técnico de Seleção será integrado por representantes da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e terá como função apoiar as atividades da Coordenação-Geral.

Seção III Do Júri do Prêmio

Art. 12. O Júri do Prêmio será composto por profissionais de destaque em seus campos de atuação e de indiscutível idoneidade, indicados pela Comissão de Premiação do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição.

Art. 13. Compete ao Júri do Prêmio a decisão final acerca das práticas vencedoras do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição, em número máximo de trinta.

§ 1º O Júri do Prêmio decidirá, exclusivamente, a partir dos dados e informações constantes do relatório final produzido pela Comissão de Premiação.

§ 2º Não caberá recurso da decisão do Júri do Prêmio.

Capítulo Das Inscrições

V

Art. 14. As inscrições deverão ser feitas, exclusivamente, pela rede mundial de computadores, no endereço eletrônico do Portal do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil -www. odmbrasil. gov. br.

§ 1º No ato da inscrição não será necessário anexar documentos complementares.

§ 2º Para a conclusão da inscrição, basta ao participante preencher e enviar uma única via da ficha de inscrição, que estará disponível no endereço eletrônico previsto no caput deste artigo, durante o período indicado no art. 15 deste Regimento Interno.

§ 3º A partir das diligências previstas nos arts. 5º, § 5º, e art.6º, § 4º, deste Regimento Interno, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou à complementação de informações.

§ 4º Não será cobrada taxa de inscrição.

Art. 15. As inscrições serão realizadas no período de 09 (nove) de maio de 2013 (dois mil e treze) a 02 (dois) de agosto de 2013 (dois mil e treze).

§ 1º As inscrições via rede mundial de computadores serão efetuadas a partir das oito horas de 09 de maio de 2013 até às 23 (vinte e três) horas e 55 (cinquenta e cinco) minutos do dia 02 (dois) de agosto de 2013 (dois mil e treze), observado o horário oficial de Brasília.

§ 2º A organização do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica relativos à transmissão de dados.

§ 3º As inscrições de participantes do Estado de Minas Gerais serão encaminhadas ao Governo do Estado de Minas Gerais, que serão considerados automaticamente inscritos no Prêmio ODM Minas Gerais, salvo expressa ressalva em sentido contrário no ato de inscrição, conforme Resolução Conjunta nº 02/2013, que aprovou o Regimento Interno do Prêmio ODM Minas.

Capítulo VI

Das Candidaturas e da Seleção

Art. 16. As candidaturas, de acordo com cada uma das categorias de premiação, serão divididas nos seguintes grupos temáticos:

- I - Fome e Pobreza;
- II - Educação;
- III - Gênero;
- IV - Saúde;
- V - Sustentabilidade Ambiental; e
- VI - Parcerias.

Parágrafo único. Não serão aceitas candidaturas de órgãos, entidades ou organizações, cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego como utilizadores de trabalho escravo ou infantil, ou que comprovadamente atentem contra quaisquer dos ODM.

Art. 17. A seleção será realizada nas seguintes etapas:

I - ratificação das inscrições: a Comissão de Premiação do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição realizará a ratificação das inscrições que tenham sido efetuadas de acordo com as disposições deste Regimento Interno, e poderá, a seu critério, realizar diligências para validar as inscrições que suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas;

II - pré-seleção: a pré-seleção será realizada pelo Comitê Técnico de Seleção, visando garantir a adequação das práticas inscritas aos objetivos da premiação, e classificarão as 60 (sessenta) melhores práticas;

III - visita técnica: as práticas pré-selecionadas comporão o grupo das 60 (sessenta) finalistas e serão objeto de visitas técnicas, que objetivam ratificar as informações prestadas e coletar dados adicionais, cujas conclusões devem ser produzidas em relatório final; e

IV - fase final: avaliação do relatório final da visita técnica pelo Júri do Prêmio, que selecionará até 30 (trinta) práticas vencedoras, referentes a qualquer um dos ODM.

Art. 18. A Comissão de Premiação do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição, após a seleção final das candidaturas, solicitará cópia dos seguintes documentos:

- I - estatuto da organização;
- II - ata da eleição da última diretoria;
- III - cartão do CNPJ, observado seu prazo de validade;
- IV - demonstrativo da receita e despesa da prática, referente ao exercício financeiro anterior; e
- V - outros documentos complementares para subsidiar a decisão do Júri do Prêmio.

§ 1º Os documentos deverão ser encaminhados pelos candidatos antes da visita técnica prevista no inciso III do art. 17 do presente Regimento Interno.

§ 2º O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica aos órgãos e entidades públicas cujas práticas tenham sido selecionadas.

Art. 19. A avaliação das candidaturas observará os seguintes critérios:

- I - contribuição para o alcance dos ODM;
- II - impacto no público atendido;
- III - participação da comunidade;
- IV - existência de parcerias;
- V - potencial de replicabilidade; e
- VI - complementaridade e articulação com ações do poder público, da sociedade civil ou do setor produtivo.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais

Art. 20. As práticas selecionadas pelo Júri do Prêmio serão premiadas simbolicamente e receberão certificados que comprovem sua contribuição para alcançar os ODM.

§ 1º As sessenta práticas finalistas receberão certificados de participação.

§ 2º A cerimônia de premiação será realizada em evento público.

§ 3º A organização do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição arcará com os custos de comparecimento de até três pessoas por prática premiada.

§ 4º O reconhecimento oferecido pelo Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição refere-se à prática apresentada, avaliada e premiada, não se referindo a quaisquer outras ações ou iniciativas dos órgãos, entidades e organizações participantes.

Art. 21. A inscrição implica a aceitação pelos candidatos de todas as condições constantes deste Regimento Interno.

§ 1º Os responsáveis pelas práticas autorizam, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, desde que destinada à pesquisa acadêmica ou à divulgação em qualquer meio de comunicação.

§ 2º Fica franqueado aos responsáveis pelas práticas finalistas e premiadas o uso do resultado do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição para os mesmos fins previstos no § 1º deste artigo, vedado seu uso para a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 22. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Coordenação-Geral do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição, cujas decisões são irrecorríveis.

Art. 23. Os resultados do julgamento, bem como todos os comunicados oficiais relativos ao Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 5ª Edição, serão divulgados no portal [www. odmbrasil. gov. br](http://www.odmbrasil.gov.br).

ANEXO III

**Práticas Inscritas e Premiadas, em 2005, na categoria
Destques.**

ANEXO III - Tabela 1

Práticas Inscritas na Categoria Destaques em 2005: Total e Percentual de Inscrições, por ODM

Práticas Inscritas		
ODM	Total	Percentual %
ODM 1	64	62,1%
ODM 2	9	8,7%
ODM 3	2	1,9%
ODM 4	3	2,9%
ODM 5	2	1,9%
ODM 6	3	2,9%
ODM 7	10	9,7%
ODM 8	10	9,7%
Total	103	100%

(*) Para o ano de 2005 sem informação para 01 inscrição

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

ANEXO III - Tabela 2

Práticas Inscritas na Categoria Destaques em 2005: Total e Percentual de Inscrições, por Região - 2005

Práticas Inscritas		
Região	Total	Percentual %
Centro-Oeste	27	26,0%
Nordeste	7	6,7%
Norte	2	1,9%
Sudeste	44	42,3%
Sul	22	21,2%
Outros (*)	2	1,9%
Total	104	100%

Obs: * 02 (duas) experiências internacionais desenvolvidas na França e na Inglaterra.

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

ANEXO III- Tabela 3

Práticas Inscritas na Categoria Destaques em 2005: Total e Percentual de Inscrições, por País e Estado

Práticas Finalistas		
Brasil	Total	Percentual
AC	-	-
AL	-	-
AM	1	1,0%
AP	-	-
BA	4	3,8%
CE	1	1,0%
DF	23	22,1%
ES	-	-
GO	2	1,9%
MA	-	-
MG	5	4,8%
MT	-	-
MS	2	1,9%
PA	-	-
PB	1	1,0%
PE	-	-
PI	-	-
PR	3	2,9%
RJ	8	7,7%
RO	-	-
RR	-	-
RN	-	-
RS	16	15,4%
SC	3	2,9%
SE	1	1,0%
SP	31	29,8%
TO	1	1,0%
Outros Países		
França	1	1,0%
Inglaterra	1	1,0%
Total	104	100%

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

ANEXO III - Tabela 4

Práticas Inscritas na Categoria Destaques em 2005: Finalistas, Total e Percentual, por ODM e Região

Tema	Práticas Finalistas (Comitê Técnico)									Total	Total (%)
	Centro-Oeste	Centro-Oeste (%)	Nordeste	Nordeste (%)	Sudeste	Sudeste (%)	Sul	Sul (%)			
Fome e Pobreza (ODM 1)	1	10,0%	2	20,0%	6	60,0%	1	10,0%	10	100,0%	
Educação (ODM 2)	1	100,0%	-	-	-	-	-	-	1	100,0%	
Gênero (ODM 3)	-	-	-	-	1	100,0%	-	-	1	100,0%	
Saúde (ODM 4, 5 e 6)	1	50,0%	-	-	-	-	1	50,0%	2	100,0%	
Sustentabilidade Ambiental (ODM 7)	-	-	-	-	1	100,0%	-	-	1	100,0%	
Parcerias (ODM 8)	-	-	1	50,0%	1	50,0%	-	-	2	100,0%	

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM.

Elaboração: Ipea/DISOC.

ANEXO III - Tabela 5

Práticas Inscritas na Categoria Destaques em 2005: Premiadas/Mensão Honrosa, por ODM e Região

Tema	Práticas Premiadas/Mensão Honrosa									Total (*)	Total (%)
	Centro-Oeste	Centro-Oeste (%)	Nordeste	Nordeste (%)	Sudeste	Sudeste (%)	Sul	Sul (%)			
Fome e Pobreza (ODM 1)	1	16,7%	2	33,3%	3	50,0%	-	-	6	100,0%	
Educação (ODM 2)	1	100,0%	-	-	-	-	-	-	1	100,0%	
Gênero (ODM 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0%	
Saúde (ODM 4, 5 e 6)	-	-	-	-	-	-	1	100,0%	1	100,0%	
Sustentabilidade Ambiental (ODM 7)	-	-	-	-	1	100,0%	-	-	1	100,0%	
Parcerias (ODM 8)	-	-	-	-	1	100,0%	-	-	1	100,0%	

Obs: Nesse total estão incluídas duas menções honrosas atribuídas à Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Margem Direita do Rio Tapajós de Piquiatuba a Revolta (PA); e ao publicitário Percival Caropreso pelos serviços prestados na divulgação e fortalecimento do Terceiro Setor no Brasil.

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM.

Elaboração: Ipea/DISOC.

ANEXOS IV, V e VI

Ficha para triagem das inscrições e seleção das finalistas

Prêmio ODM Brasil 2013

ANEXO IV – Ficha de Inscrição - Prefeitura

1ª Etapa

Número da inscrição: _____/2013 - Prefeitura

Região: Norte Nordeste Sul Sudeste Centro-Oeste

Objetivo Prioritário:

1	2	3	4 / 5 / 6	7	8
---	---	---	-----------	---	---

Outros Objetivos:

1	2	3	4 / 5 / 6	7	8
---	---	---	-----------	---	---

Prêmios anteriores recebidos: SIM NÃO

Tempo de funcionamento da prática (min. 01 ano). SIM NÃO

Resultados mensuráveis (orçamento / beneficiados). SIM NÃO

Classificado

Desclassificado

2ª Etapa

2ª Etapa	1º avaliador	2º avaliador	
Perspectiva de continuidade			
Inovação			
Qualidade geral do projeto			
Contribuição para os ODMs			
Qualidade dos resultados			
GERAL			

Bom	Regular	Ruim
***	**	*

GERAL: Classificado Desclassificado

ANEXO V – Ficha de Inscrição - Organização

1ª Etapa

Número da inscrição: _____/2013 - Organização

Região: Norte Nordeste Sul Sudeste Centro-Oeste

Objetivo Prioritário:

1	2	3	4 / 5 / 6	7	8
---	---	---	-----------	---	---

Outros Objetivos:

1	2	3	4 / 5 / 6	7	8
---	---	---	-----------	---	---

Prêmios anteriores recebidos: SIM NÃO

Tempo de funcionamento da organização (min. 02 anos). SIM NÃO

Tempo de funcionamento da prática (min. 01 ano). SIM NÃO

Resultados mensuráveis (orçamento / beneficiados). SIM NÃO

Classificado Desclassificado

2ª Etapa

2ª Etapa	1º avaliador	2º avaliador	
Perspectiva de continuidade ou replicabilidade			
Inovação			
Qualidade geral do projeto			
Contribuição para os ODMs			
Qualidade dos resultados			

GERAL	
--------------	--

Bom	Regular	Ruim
***	**	*

GERAL: Classificado Desclassificado

ANEXO VI – Ficha de Seleção dos Finalistas

Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil - 2013 Ficha de Avaliação

Iniciativa nº: _____

Nome da iniciativa: _____

Organização/Prefeitura proponente: _____

Objetivo prioritário: _____

Município /Estado: _____

Avaliador 1: _____

Avaliador 2: _____

As notas vão de 0 a 10.

Critérios	Nota		
	1º avaliador	2º avaliador	Total
1 Contribuir para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio			
2 Caráter inovador			
3 Replicabilidade			
4 Impacto no público alvo			
5 Integração com outras políticas			
6 Participação da comunidade			
7 Existência de parcerias			
8 Perspectiva de continuidade			
Total			

Comentários:

Recomenda para premiação?

Sim

Não

ANEXO VII

Técnicos Que Participaram das Visitas às Práticas Finalistas

Prêmio ODM Brasil 2013

ANEXO VII – Número de Técnicos

Prêmio ODM 2005/13- Número de Técnicos Responsáveis pelas Visitas às Práticas, por Ano e Instituição

Ano	2005	2007	2009	2011	2013
Instituição					
ABC/MRE	0	0	0	0	1
ENAP	3	3	2	1	1
Ipea	11	9	12	18	21
Ministério da Educação e Cultura	0	2	0	0	0
Ministério da Saúde	0	0	0	0	2
Ministério do Meio Ambiente	1	1	0	0	0
PNUD	1	1	0	0	0
Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR	0	1	1	1	3
Secretaria Geral da Presidência da República	1	1	0	0	0
UNFPA/Ipea	1	0	0	0	0
Total	18	18	15	20	28

Fonte: Banco de Práticas Inscritas no Prêmio ODM

Elaboração: Ipea/DISOC

ANEXO VIII

Roteiro para relatório das visitas de campo

Prêmio ODM Brasil 2013

ANEXO VIII– Ficha-Resumo da Visita de Campo

1. Identificação dos visitantes

Nome:

Instituição:

Nome:

Instituição:

2. Identificação da iniciativa

Iniciativa nº:

Prefeitura ou organização proponente:

Município/Estado:

ODM prioritário:

3. Informações sobre a visita

Data da visita:

Local:

Interlocutores consultados (i.e., representantes do projeto, beneficiários, parceiros):

4. Resumo da iniciativa

As principais ações da prática são:

5. Documentação exigida, conforme consta no Regulamento do Prêmio, art. 18 (apenas para organizações, cópia ou versão eletrônica).

() Estatuto

- () Ata da eleição da última diretoria
- () Cartão do CNPJ, observado seu prazo de validade
- () Demonstrativo da receita e despesa da prática do período relativo ao exercício financeiro anterior
- () Outros documentos complementares para subsidiar o Júri do Prêmio

6. Verificação do cumprimento dos critérios de avaliação do Prêmio

Não ultrapassar o limite de 300 palavras para comentários a cada critério.

Crítérios do Prêmio	Comentários
1. Contribuição para o alcance de ODM	
2. Impacto no público atendido	
3. Participação da comunidade	
4. Existência de parcerias	
5. Potencial de replicabilidade	
6. Complementaridade e articulação com ações do poder público, sociedade civil ou do setor produtivo	

7. Registro dos pontos fortes e dos pontos fracos

Pontos fortes:

Pontos fracos:

8. Informações complementares

ANEXO IX

Ficha de Avaliação para o Júri do Prêmio

Prêmio ODM Brasil 2013

ANEXO IX – Ficha de Avaliação – Júri 2013

Anexo VIII - Ficha de avaliação - Júri do Prêmio ODM Brasil 2013

Nota Máxima: 60, Nota Mínima: 6.

Obrigatório o preenchimento do campo "TOTAL".

NOME:

ODM 1

Erradicar a extrema pobreza e a fome

Atribua notas de 1 a 10 para cada critério, sendo de 0 a 3 - ruim, de 4 a 6 - regular, de 7 a 8 - bom, de 9 a 10 - ótimo.

Por favor, circule uma nota apropriada para cada item:

Contribuição para o alcance dos ODM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Impacto no público atendido	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Participação da comunidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Existência de parcerias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Potencial de replicabilidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Complementaridade e articulação com ações do poder público, da sociedade civil ou do setor produtivo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

TOTAL: (Nota Mínima: 6, Nota Máxima 60)

ANEXO X

Critérios de avaliação para o prêmio ODM Brasil 2013

ANEXO X

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA O PRÊMIO ODM BRASIL 2013

O Art. 19. do Regimento Interno do Prêmio Objetivos do Milênio, publicado no Diário Oficial da União em 10 de maio de 2013 (Portaria nº 27 da Secretaria-Geral da Presidência da República) estabelece seis critérios de avaliação:

1. Contribuição para o alcance dos ODM

As práticas inscritas devem orientar suas estratégias de atuação para a obtenção de resultados que possibilitem enfrentar os problemas que os ODMs buscam reverter. Note-se que as práticas podem referir-se a mais do que um objetivo, desde que fique claro qual o considerado como prioritário. Os objetivos 7 (garantir a sustentabilidade ambiental) e 8 (estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento), por exemplo, são bastante amplos, abarcando mais de uma área específica. Enquanto que o objetivo 7 trata dos temas meio-ambiente, conservação de energia, saneamento e habitação, o objetivo 8 considera desde temas afetos à política macroeconômica (liberalização financeira e comercial) e à cooperação técnica e financeira internacional (perdão da dívida e atendimento às necessidades especiais de nações menos desenvolvidas) até questões mais específicas, como estratégias de emprego para jovens; acesso à medicamentos essenciais e acesso aos benefícios de novas tecnologias, como as de informação e de comunicação.

É importante valorizar práticas que integram ações que envolvem diversos ODMs.

2. Impacto no Público Atendido

As práticas devem ser analisadas levando em consideração os impactos positivos gerados no público atendido. É relevante considerar a relação existente entre os custos de execução da prática e o número de pessoas beneficiadas (*custo per capita*). Há práticas que a um custo razoável geram efeitos positivos em um grande número de beneficiários. Não obstante, outras práticas, por suas características implícitas (tipo de serviço prestado, região geográfica abrangida, complexidade do problema enfrentado), beneficiam um pequeno público, e apresentam um impacto muito relevante.

3. Participação da comunidade

Com o critério de participação da comunidade busca-se verificar em que medida a prática está desenhada e implementada para atender reais necessidades das populações beneficiadas. É, igualmente, uma forma de

apreender a existência de um controle social sobre a iniciativa. A participação da comunidade pode ser identificada por meio de mecanismos, tais como: discussão e debate com conselhos locais, reuniões com representantes dos beneficiários, consultas públicas, publicização de informações sobre o projeto, disponibilização de mecanismos de interação com a comunidade (i.e., centrais de atendimento, ouvidorias), envolvimento de voluntários.

4. Existência de parcerias

A parceria é aqui entendida como uma aliança entre a organização gestora da prática e outras instituições na busca de um objetivo comum. Na parceria, as organizações que se relacionam mantêm sua autonomia e, conjuntamente, reúnem recursos para atender um terceiro, a comunidade beneficiária. Trata-se de somar competências diversas com os propósitos de ampliar o alcance da ação e conquistar sua sustentabilidade. Numa relação de parceria, é importante observar se os parceiros estão envolvidos em diversas etapas da prática (i.e., concepção, implementação, financiamento, acompanhamento).

5. Potencial de replicabilidade

Uma prática atende à característica de “replicabilidade” quando pode ser implementada ou adaptada em outras localidades ou por outras organizações para enfrentar problemas semelhantes. É importante, também, que os gestores da prática estejam disponíveis a compartilhar com outros as informações, os métodos e as estratégias implementadas para o sucesso de sua iniciativa (considerar, por exemplo, se a prática promove parcerias ou se divulga as informações). Esta predisposição favorável à partilha é fundamental para promover o efeito multiplicador de experiências bem sucedidas. A formação/capacitação de multiplicadores é também um bom indício da replicabilidade.

6. Complementaridade e articulação com ações do poder público, da sociedade civil ou do setor produtivo

A complementaridade e a articulação de políticas e ações é um indicador de que o gestor da prática tem preocupação em: (i) ampliar o alcance de sua intervenção; (ii) evitar a superposição de políticas e ações; (iii) combater o desperdício de recursos; e, (iv) potencializar as contribuições de outras ações promovendo sua complementaridade. No geral, práticas que atendem ao critério de integração das ações são, também, iniciativas inovadoras e que incorporaram as dimensões de sustentabilidade e continuidade.

Observação: Prestar atenção especial para os seguintes aspectos:

✓ Dar atenção especial, quando for possível, a distribuição regional dos projetos recomendados para serem selecionados como os premiados.

✓ Projetos de menor de porte (em termos de orçamentos ou de população beneficiada), desde que apresentem características, tais como, replicabilidade ou integração de diversas ações, poderão ser bem avaliados. Ou seja, o porte não é critério de exclusão.

ANEXO XI

Questionário reduzido Pesquisa Prêmio ODM

ANEXO XI

Questionário reduzido

PARA RESPONDER AS QUESTÕES ABAIXO, SALVE O QUESTIONÁRIO NO SEU COMPUTADOR.

Dúvidas ou esclarecimentos? Entre em contato conosco.

E-mail: pesquisaodm@ipea.gov.br

Telefone: (61) 3315-5140 /3315-5282.

Falar com: Marco Antônio / Ana Beth ou Alda

Bloco I - Dados da organização

1. Nome da organização:

CNPJ:

1.1. Nome do responsável pela organização:

Caso tenha mudado o responsável pela organização, favor informar aqui: [Clique para responder.](#)

2. Telefone para contato:

Caso tenha mudado o telefone, favor informar aqui: [Clique para responder.](#)

3. E-mail para contato:

Caso tenha mudado favor informar aqui: [Clique para responder.](#)

4. Portal da organização: [Clique para responder.](#) .

Não disponível

5. Endereço da organização:

5.1. Município:

5.2. UF:

5.3. CEP:

Caso tenha mudado de endereço, favor informar aqui: [Clique para responder.](#)

BLOCO II – Informações sobre a prática premiada

6. Continuidade:

6.1. O Projeto _____ continua em andamento?

Sim Não Não sabe informar

6.2. Se respondeu “**NÃO**”, a prática premiada foi substituída por outra prática?

Sim Não Não sabe informar

6.3. Se respondeu que a prática foi substituída qual o nome da nova prática?

[Clique para responder.](#)

6.4. **Identifique a qual ODM** essa nova prática esta associada.

- Objetivo 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome
- Objetivo 2 - Alcançar a educação básica de qualidade para todos
- Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- Objetivo 4 - Reduzir a mortalidade na infância
- Objetivo 5 - Melhorar a saúde materna
- Objetivo 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
- Objetivo 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental
- Objetivo 8 - Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento

6.5. Se respondeu que “**não sabe informar**” sobre a prática premiada indique, por favor, o contato (nome, e-mail ou telefone) de uma pessoa que pode fornecer as informações sobre essa iniciativa.

[Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

7. Público alvo:

Segundo informações fornecidas por sua organização, em ____ a prática premiada atendeu a ____ pessoas.

7.1. **Em 2014**, qual foi o número de pessoas atendidas por essa mesma prática?

[Clique para responder.](#)

Não sabe informar

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

8. Local de funcionamento:

8.1. Após o recebimento do Prêmio ODM, a prática premiada **ampliou o número de localidades atendidas?**

Sim Não Não sabe informar

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

9. Equipe responsável pela prática premiada:

Segundo informações de sua organização, entre Janeiro a Junho de 2005, a equipe responsável pela prática premiada era de ____ pessoas, assim distribuídas:

Voluntários:	
Pessoas do quadro próprios*:	
Outros	

*Apenas pessoas com vínculo empregatício com a organização responsável pela prática premiada.

9.1 **Em 2014**, quantas pessoas faziam parte da equipe responsável pela prática premiada?

Voluntários:	
Pessoas do quadro próprios*:	
Outros:	

* Considerar pessoas com vínculo empregatício com a organização responsável pela prática premiada.

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

10. Replicabilidade:

10.1. Após o recebimento do Prêmio ODM, a **prática foi reproduzida** por outras organizações, públicas ou privadas?

Sim Não Não sabe informar

10.2. Se **SIM**, indique o nome da organização (pública ou privada) que reproduziu essa prática.

[Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

11. Parcerias:

11.1. Após a obtenção do Prêmio ODM, a organização **ampliou o número de parceiros** que apoiam a prática premiada?

Sim Não Não sabe informar

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

12. Premiações:

12.1. Após a obtenção do Prêmio ODM, a prática **recebeu outro(s) prêmio(s)**?

Sim Não Não sabe informar

12.2. Se **SIM**, indique quais os prêmios recebidos.

[Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

13. Expectativas em relação ao Prêmio ODM:

13.1. **O que motivou a organização** a inscrever a prática no Prêmio ODM? Indique o grau de expectativa em relação aos itens listados abaixo.

	Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Nenhum	Não sabe
Divulgar a prática						Escolher um item.
Garantir a continuidade da prática						Escolher um item.
Ampliar o atendimento						Escolher um item.
Ampliar a adesão das comunidades						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com organizações governamentais						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com organizações sem fins lucrativos						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com empresas públicas						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com empresas privadas						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com organizações internacionais						Escolher um item.
Aproximar das políticas públicas						Escolher um item.
Obter o reconhecimento das lideranças locais						Escolher um item.
Replicar a metodologia adotada na prática						Escolher um item.
Divulgar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)						Escolher um item.

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

14. Dificuldades enfrentadas para participar do Prêmio ODM

14.1. Quais as **principais dificuldades** enfrentadas pela organização para participar do Prêmio ODM? Indique o grau de dificuldade enfrentada em cada um dos itens listados abaixo:

Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Nenhum	Não sabe	Não se aplica^(*)
Acesso a informações sobre as regras do Prêmio						Escolher um item.
Acesso ao site do Prêmio						Escolher um item.
Acesso a representantes da Secretaria Geral da Presidência da República						Escolher um item.
Acesso à equipe do Ipea e da Enap (coordenadores técnicos do prêmio)						Escolher um item.
Acesso à equipe do Nós Podemos						Escolher um item.
Preenchimento da ficha de inscrição ao Prêmio						Escolher um item.
Fornecimento das informações solicitadas na ficha de inscrição						Escolher um item.
Prazo para preenchimento das fichas de inscrição ao Prêmio						Escolher um item.
Envio da ficha de inscrição						Escolher um item.
Fornecimento dos documentos solicitados						Escolher um item.
Agendamento das equipes técnicas que visitaram à prática premiada						Escolher um item.
Outros						Clique aqui para digitar texto. Escolher um item.

*Assinalar "**Não se aplica**" se o item não foi considerado pela organização (ex.: não buscou contato com a equipe do “Nós podemos”).

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

15. Impacto do Prêmio ODM:

15.1. Na sua percepção, qual foi o grau de **contribuição do Prêmio ODM para o fortalecimento da prática** premiada? Da relação de contribuições listadas abaixo, indique a importância do Prêmio para cada uma delas:

	Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Nenhuma	Não sabe	Não se aplica ^(*)
Continuidade da prática							Escolher um item.
Ampliação do número de beneficiários							Escolher um item.
Ampliação do número de localidade atendidas							Escolher um item.
Maior adesão das comunidades locais							Escolher um item.
Fortalecimento das parcerias com organizações governamentais							Escolher um item.
Reprodução da prática por outras organizações							Escolher um item.
Ampliação dos recursos financeiros destinados à prática premiada							Escolher um item.
Obtenção de outros prêmios							Escolher um item.
Visibilidade da prática							Escolher um item.
Visibilidade do Prêmio ODM							Escolher um item.
Melhoria na qualidade do atendimento							Escolher um item.
Aprimoramento do sistema de monitoramento e avaliação da prática							Escolher um item.

*Assinalar "**Não se aplica**" naquelas contribuições que a organização não tem interesse (ex.: a organização não tem interesse em firmar parcerias com empresas privadas).

15.2. Complete a frase abaixo:

Para a nossa organização, o Prêmio ODM representou uma oportunidade de ...[Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

ANEXO XII

Questionário Ampliado Pesquisa Prêmio ODM

ANEXO XII Questionário Ampliado

ATENÇÃO

PARA RESPONDER AS QUESTÕES ABAIXO, SALVE O QUESTIONÁRIO NO SEU COMPUTADOR.

Dúvidas ou esclarecimentos? Entre em contato conosco.

E-mail: pesquisaodm@ipea.gov.br

Telefone: (61) 3315-5140 / 3315-5282.

Falar com: Marco Antônio / Ana Beth ou Alda

Bloco I - Dados da organização

1. Nome da organização:

CNPJ:

1.1. Nome do responsável pela organização:

Caso tenha mudado o responsável pela organização, favor informar aqui: [Clique para responder.](#)

2. Telefone para contato:

Caso tenha mudado o telefone, favor informar aqui: [Clique para responder.](#)

3. E-mail para contato:

Caso tenha mudado favor informar aqui: [Clique para responder.](#)

4. Portal da organização: [Clique para responder.](#)

Não disponível

5. Endereço da organização:

5.1. Cidade:

5.2. UF:

5.3. CEP:

Caso tenha mudado de endereço, favor informar aqui: [Clique para responder.](#)

BLOCO II – Informações sobre a prática premiada

6. Continuidade:

6.1. O Projeto _____ continua em andamento?

Sim Não Não sabe informar

6.2. Se respondeu “**NÃO**”, a prática premiada foi substituída por outra prática?

Sim Não Não sabe informar

6.3. Se respondeu que a prática foi substituída qual o nome da nova prática?

[Clique para responder.](#)

6.4. **Identifique a qual ODM** essa nova prática esta associada.

- Objetivo 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome
- Objetivo 2 - Alcançar a educação básica de qualidade para todos
- Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- Objetivo 4 - Reduzir a mortalidade na infância
- Objetivo 5 - Melhorar a saúde materna
- Objetivo 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
- Objetivo 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental
- Objetivo 8 - Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento

6.5. Se respondeu que “**não sabe informar**” sobre a prática premiada indique, por favor, o contato (nome, e-mail ou telefone) de uma pessoa que pode fornecer as informações sobre essa iniciativa.

[Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

7. Público alvo:

Segundo informações fornecidas por sua organização, em _____ a prática premiada atendeu a _____ pessoas.

7.1. **Em 2014**, qual foi o número de pessoas atendidas por essa mesma prática?

[Clique para responder.](#)

Não sabe informar

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

8. Local de funcionamento:

Segundo informações fornecidas por sua organização, a prática funcionava

8.1. Após o recebimento do Prêmio ODM, a prática premiada **ampliou o número de localidades atendidas?**

Sim Não Não sabe informar

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

9. Equipe responsável pela prática premiada:

Segundo informações de sua organização, em _____ a equipe responsável pela prática premiada era de ___ pessoas, assim distribuídas:

Voluntários:	
Pessoas do quadro próprios*:	
Outros	

*Apenas pessoas com vínculo empregatício com a organização responsável pela prática premiada.

9.1 **Em 2014**, quantas pessoas faziam parte da equipe responsável pela prática premiada?

Voluntários:	
Pessoas do quadro próprios*:	
Outros:	

* Considerar pessoas com vínculo empregatício com a organização responsável pela prática premiada.

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

10. Orçamento destinado à prática:

10.1. Informe o total dos **recursos destinados à prática**, em 2014:

[Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

11. Replicabilidade:

11.1. Após o recebimento do Prêmio ODM, a **prática foi reproduzida** por outras organizações, públicas ou privadas?

Sim Não Não sabe informar

11.2. Se **SIM**, indique o nome da organização (pública ou privada) que reproduziu essa prática.

[Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários

12. Parcerias:

Segundo as informações fornecidas por sua organização, na ficha de inscrição ao Prêmio, a prática premiada contava com os seguintes parceiros:

12.1 **Em 2014**, todas essas organizações assinaladas apoiaram à prática premiada?

Sim Não Não sabe informar

12.2 Se respondeu **NÃO**, indique o nome das organizações assinaladas na ficha de inscrição e que, em 2014, não apoiaram a prática premiada.

[Clique para responder.](#)

Não sabe Não se aplica*

* Assinalar "**Não se aplica**" se todas as organizações indicadas na ficha de inscrição ao Prêmio apoiaram a prática, em 2014.

12.3. Após a obtenção do Prêmio ODM, a prática premiada foi **apoiada por outras organizações**?

Sim Não Não sabe informar

12.4. Indique o nome das **instituições que apoiaram a prática premiada, em 2014**, e que não constaram da ficha de inscrição do Prêmio ODM.

[Clique para responder.](#)

Não sabe Não se aplica*

* Assinalar "**Não se aplica**" se, em 2014, as organizações que apoiaram a prática foram as mesmas que já constam da lista apresentada na Ficha de inscrição ao Prêmio ODM.

12.5. Na sua percepção, qual foi a **contribuição do Prêmio ODM** para a obtenção do **apoio de outras organizações**? Da relação de organizações listadas abaixo, indique a importância do Prêmio para a obtenção do apoio de cada uma delas:

	Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Nenhum	Não sabe	Não se aplica ^(*)
Órgãos da administração pública federal						Escolher um item.	
Órgãos da administração pública estadual						Escolher um item.	
Órgãos da administração pública municipal						Escolher um item.	
Universidades						Escolher um item.	
Organizações sem fins lucrativos						Escolher um item.	
Fundações empresariais (ex.:Fundação Abrinq)					Escolher um item.		
Empresas privadas						Escolher um item.	
Fundações de empresas públicas (ex.: FBB)						Escolher um item.	
Empresas públicas						Escolher um item.	
Organizações internacionais						Escolher um item.	
Poder judiciário					Escolher um item.		
Conselhos/Fóruns/Comitês que cuidam de políticas públicas					Escolher um item.		
Redes de organizações públicas ou privadas (ex.: REBRAF - Rede Brasileira de Agrofloresta)					Escolher um item.		
Movimentos sociais						Escolher um item.	
Associações comunitárias						Escolher um item.	
Organizações do "Sistema S" (ex.: SEBRAE, SESI, SENAC)					Escolher um item.		
Entidades religiosas						Escolher um item.	
Outros Clique aqui para digitar texto.						Escolher um item.	

* Assinale "**não se aplica**" se a organização não apoiou a prática premiada.

12.6. Indique como o Prêmio ODM contribuiu para estimular o apoio de outras organizações. O texto deve ser resumido (não ultrapassar 200 caracteres).

[Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

13. Premiações:

13.1. Após a obtenção do Prêmio ODM, a prática **recebeu outro(s) prêmio(s)**?

Sim Não Não sabe informar

13.2. Se **SIM**, indique quais os prêmios recebidos.

[Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

14. Expectativas em relação ao Prêmio ODM

14.1. **O que motivou a organização** a inscrever a prática no Prêmio ODM? Indique o grau de expectativa em relação aos itens listados abaixo.

	Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Nenhum	Não sabe
Divulgar a prática						Escolher um item.
Garantir a continuidade da prática						Escolher um item.
Ampliar o atendimento						Escolher um item.
Ampliar a adesão das comunidades						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com organizações governamentais						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com organizações sem fins lucrativos						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com empresas públicas						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com empresas privadas						Escolher um item.
Ampliar as parcerias com organizações internacionais						Escolher um item.
Aproximar das políticas públicas						Escolher um item.
Obter o reconhecimento das lideranças locais						Escolher um item.
Replicar a metodologia adotada na prática						Escolher um item.
Divulgar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)						Escolher um item.

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

15. Dificuldades enfrentadas para participar do Prêmio ODM

15.1. Quais as **principais dificuldades** enfrentadas pela organização para participar do Prêmio ODM? Indique o grau de dificuldade enfrentada em cada um dos itens listados abaixo:

Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Nenhum	Não sabe	Não se aplica ^(*)
Acesso a informações sobre as regras do Prêmio						Escolher um item.
Acesso ao site do Prêmio						Escolher um item.
Acesso a representantes da Secretaria Geral da Presidência da República						Escolher um item.
Acesso à equipe do Ipea e da Enap (coordenadores técnicos do prêmio)						Escolher um item.
Acesso à equipe do Nós Podemos						Escolher um item.
Preenchimento da ficha de inscrição ao Prêmio						Escolher um item.
Fornecimento das informações solicitadas na ficha de inscrição						Escolher um item.
Prazo para preenchimento das fichas de inscrição ao Prêmio						Escolher um item.
Envio da ficha de inscrição						Escolher um item.
Fornecimento dos documentos solicitados						Escolher um item.
Agendamento das equipes técnicas que visitaram à prática premiada						Escolher um item.
Outros Clique aqui para digitar texto.						Escolher um item.

*Assinalar "**Não se aplica**" se o item não foi considerado pela organização (ex.: não buscou contato com a equipe do "Nós podemos").

15.2. A organização tem **sugestões de providências** que poderiam ser adotadas para evitar tais dificuldades?

Sim Não Não sabe informar

15.3. **Em caso afirmativo**, indique as sugestões. O texto deve ser resumido (não ultrapassar 200 caracteres). [Clique para responder.](#)

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

16. Impacto do Prêmio ODM:

16.1. Na sua percepção, qual foi o grau de **contribuição do Prêmio ODM para o fortalecimento da prática** premiada? Da relação de contribuições listadas abaixo, indique a importância do Prêmio para cada uma delas:

	Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Nenhuma	Não sabe	Não se aplica ^(*)
Continuidade da prática							Escolher um item.
Ampliação do número de beneficiários							Escolher um item.
Ampliação do número de localidade atendidas							Escolher um item.
Maior adesão das comunidades locais							Escolher um item.
Fortalecimento das parcerias com organizações governamentais							Escolher um item.
Reprodução da prática por outras organizações							Escolher um item.
Ampliação dos recursos financeiros destinados à prática premiada							Escolher um item.
Obtenção de outros prêmios							Escolher um item.
Visibilidade da prática							Escolher um item.
Visibilidade do Prêmio ODM							Escolher um item.
Melhoria na qualidade do atendimento							Escolher um item.
Aprimoramento do sistema de monitoramento e avaliação da prática							Escolher um item.

*Assinalar "**Não se aplica**" naquelas contribuições que a organização não tem interesse (ex.: a organização não tem interesse em firmar parcerias com empresas privadas).

16.2. **Complete a frase a seguir:** Para a nossa organização, o Prêmio ODM representou uma oportunidade de[Clique para responder.](#)

16.3. **Indique um resultado do Prêmio ODM para o fortalecimento da prática.** Cite aquele que na sua opinião foi o mais importante.

[Clique para responder.](#)

Não sabe

Caso deseje fazer alguma observação, clique para inserir seus comentários [Clique para responder.](#)

ANEXO XIII

Roteiro para Relatório da Visita de Campo

Pesquisa Prêmio ODM Brasil

Roteiro para Relatório da Visita de Campo

Informações para o entrevistador:

1. Apresentar o Ipea e o objetivo da pesquisa:

A. O objetivo da pesquisa é analisar in locus as contribuições do Prêmio ODM para as práticas premiadas" (busca-se explorar como se materializaram os benefícios). Isso porque a maioria das organizações informou que a contribuição do Prêmio ODM foi alta, ou muito alta, em diversos aspectos relacionados aos objetivos dessa premiação, tais como, contribuir para a divulgação e o reconhecimento público de boas práticas voltadas para o alcance dos ODM; para a continuidade e expansão do atendimento dos projetos premiados; e para a ampliação das parcerias".

B. Ressaltar que a proposta é levantar subsídios para a realização ou aprimoramento de novos prêmios.

2. Explicar porque a organização foi selecionada para fazer parte da pesquisa: porque nos itens abaixo assinalou que a contribuição do Prêmio foi "muito alta" ou "alta".

- ✓ Continuidade da prática
- ✓ Maior adesão das comunidades locais
- ✓ Visibilidade da prática
- ✓ Melhoria na qualidade do atendimento
- ✓ Aprimoramento do sistema de monitoramento e avaliação da prática

3. Lembrar que o documento final da pesquisa vai ser elaborado a partir dos relatórios das visitas e, portanto, é essencial apresentar repostas sucintas e que possam ser reproduzidas.

A. Os textos não podem ultrapassar o limite de 600 palavras.

B. O relatório deve ser preenchido com letra Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento simples.

4. As entrevistas deverão ser gravadas para possibilitar esclarecer dúvidas posteriores e extrair citações do entrevistado que deverão ilustrar a análise final. Inserir no relatório de viagem as citações que considerar mais relevantes.

Solicitar ao entrevistado a autorização para gravar e ressaltar que as informações serão confidenciais. A análise será sobre o conjunto das entrevistas.

5. Qualquer informação inesperada e que merece registro em determinada questão, assinalar abaixo da questão: Atenção e inserir a informação.

6. Fazer o relatório em seguida à visita para não perder a qualidade da informação.

Pesquisa Prêmio ODM Brasil
Roteiro para Relatório da Visita de Campo

1. Identificação do visitante

Nome

Diretoria

2. Identificação da iniciativa e do entrevistado

Organização proponente

Prática N°

ODM prioritário

Ano da premiação

Município/Estado

Nome para contato na organização

Telefone(s) para contato

E-mail para contato

3. Informações sobre a visita

Data da visita Clique aqui para inserir uma data.

Local

Nome e cargo dos entrevistados

4. Resumo da prática

4.1. Após o ano da premiação houve alterações significativas no perfil da prática? Quais?

(Registrar o depoimento do entrevistado considerando como alterações significativas, por exemplo: mudança de objetivo, do público alvo, do local do atendimento, da estratégia de atendimento, etc. Não considerar pequenos ajustes na condução da prática.)

Não

Não sabe

"Aumentou, de forma significativa, o número de pessoas atendidas pelas práticas premiadas"

"O atendimento cresceu bem mais do que os recursos envolvidos na execução das práticas premiadas"

5. Número de pessoas atendidas no ano da inscrição

5.1 Em 2015, qual foi o número de pessoas atendidas por essa mesma prática?

5.2 Comparando com o ano de premiação, qual a evolução do número de pessoas atendidas?

Aumentou Manteve-se no mesmo Diminuiu Não sabe

5.3 A que pode ser atribuída essa alteração observada?

(Registrar o depoimento do entrevistado. Assinalar "Não se aplica" se não houve aumento ou redução do número de pessoas atendidas.)

Não se aplica

Não sabe

6. Orçamento executado

"Nos anos recentes, as organizações enfrentaram dificuldades para garantir seus orçamentos".

Orçamento no ano da inscrição:

(valores correntes)

atualizados para 2015 pelo IPCA/IBGE

6.1. Qual foi o total dos recursos destinados à prática, em 2015?

Não sabe

6.2 Comparando com o ano de premiação, qual a evolução dos recursos investidos na prática?

Aumentou Manteve-se no mesmo Diminuiu Não sabe

6.3 A que pode ser atribuída a alteração observada?

(Registrar o depoimento do entrevistado. Assinalar "Não se aplica" se não houve aumento ou redução de recursos)

Não se aplica

Não sabe

7. Equipe responsável pela prática premiada no ano da inscrição

Atenção:

observar se há "discrepância" entre a evolução do número de pessoas atendidas versus recursos aplicados ou número de pessoas envolvidas na execução e indicar quais as explicações do entrevistado para o ocorrido. (Explorar se a organização "fez mais com menos" ou vice versa)

"Há indícios de ganhos de eficiência nas práticas premiadas".

Voluntários:	<input type="text"/>
Pessoas do quadro próprio*:	<input type="text"/>
Outros:	<input type="text"/>

* Apenas pessoas com vínculo empregatício com a organização responsável pela prática premiada.

7.1 Em 2015, quantas pessoas faziam parte da equipe responsável pela prática premiada?

Voluntários:	<input type="text"/>
Pessoas do quadro próprio*:	<input type="text"/>
Outros:	<input type="text"/>

* Considerar pessoas com vínculo empregatício com a organização responsável pela prática premiada.

Observações adicionais

7.2. Comparando com o ano de premiação, qual a evolução do número de pessoas da equipe e a que pode ser atribuída essa alteração?

- Aumentou Manteve-se no mesmo Diminuiu Não sabe

7.3 A que pode ser atribuída a alteração observada?

(Registrar o depoimento do entrevistado assinalando "Não se aplica" se não houve crescimento da equipe).

- Não se aplica Não sabe

8. Parcerias⁴¹

⁴¹ A parceria é aqui entendida como uma aliança entre a organização gestora da prática e outras instituições na busca de um objetivo comum. Na parceria, as organizações que se relacionam mantêm sua autonomia e, conjuntamente, reúnem recursos para atender um terceiro, a comunidade beneficiária. Trata-se de somar competências diversas com os propósitos de ampliar

"A realização de novas parcerias se destaca entre os resultados positivos apresentados pelas práticas premiadas".

"Os governos, nas suas três instâncias, e as empresas públicas se destacam como os principais parceiros das práticas premiadas".

PARCERIAS NO ANO DA INSCRIÇÃO:

--

Outras:

--

8.1 Em 2015, as organizações acima assinaladas apoiaram a prática premiada?

Assinale com quais organizações as parcerias foram encerradas e explique o motivo

--

8.2 Em 2015, novas organizações foram parceiras da prática premiada? Quais?

Indique as características dessas parcerias e o qual a motivação para a sua realização

o alcance da ação e conquistar sua sustentabilidade. Numa relação de parceria, é importante observar se os parceiros estão envolvidos em diversas etapas da prática (i.e., concepção, implementação, financiamento, acompanhamento).

8.3 Entre o ano de premiação e 2015, que organizações passaram a apoiar as práticas premiadas e depois suspenderam esse apoio?

Indique o motivo pelo qual a parceria foi encerrada.

(Não considerar as práticas que apoiaram no ano de premiação ou em 2015. O objetivo é saber o que ocorreu de importante entre esses dois momentos).

8.4 Considerando as mudanças ocorridas recentemente nas parcerias com outras organizações, públicas ou privadas, quais as perspectivas desse trabalho conjunto nos próximos anos?

(Considerar os três próximos anos e verificar se o entrevistado está otimista, ou não, e em relação a que tipo de organizações)

9. Desdobramentos do Prêmio ODM

Para a nossa organização, o Prêmio ODM representou uma

“gerar um maior fortalecimento e visibilidade da prática junto ao público alvo”.

“ampliar o relacionamento com o poder público, garantindo maior visibilidade para a entidade e o programa social realizado. Contribuiu ainda para uma maior difusão dos ODM's entre os parceiros e as comunidades apoiadas”.

“ter credibilidade, reconhecimento do caráter de inovação da nossa prática e o orgulho da comunidade em ter pela primeira vez um projeto realizado por moradores premiado nacionalmente, recebendo o prêmio das mãos do Presidente da República”.

Na comunidade:⁴²

9.1. O que ocorreu em relação à participação das comunidades, após o ano de premiação da prática?

A participação foi fortalecida

A participação foi parcialmente fortalecida

Manteve o mesmo nível de participação

Reduziu parcialmente a participação

Terminou a participação das comunidades

Comentários *(Registre o tipo de mudança observada e se o Prêmio ODM teve alguma influência nessa mudança)*

⁴² Com o critério de participação da comunidade busca-se verificar em que medida a prática está desenhada e implementada para atender reais necessidades das populações beneficiadas. É, igualmente, uma forma de apreender a existência de um controle social sobre a iniciativa. A participação da comunidade pode ser identificada por meio de mecanismos, tais como: discussão e debate com conselhos locais, reuniões com representantes dos beneficiários, consultas públicas, publicização de informações sobre o projeto, disponibilização de mecanismos de interação com a comunidade (i.e., centrais de atendimento, ouvidorias), envolvimento de voluntários.

"As organizações inscreveram suas práticas no Prêmio ODM movidas, sobretudo, pelo desejo de se aproximarem das políticas públicas e de divulgar suas práticas sociais".

Na articulação com as políticas públicas: 43

9.2 O que ocorreu em relação à articulação com políticas públicas, após o ano de premiação da prática?

(Registrar o depoimento do entrevistado)

Mudanças no nível de articulação
<input type="checkbox"/> A articulação foi fortalecida
<input type="checkbox"/> A articulação foi parcialmente fortalecida
<input type="checkbox"/> Manteve o mesmo nível de articulação
<input type="checkbox"/> Reduziu parcialmente a articulação
<input type="checkbox"/> Terminou a articulação com as políticas públicas

Comentários *(Registre o tipo de mudança observada e se o Prêmio ODM teve alguma influência nessa mudança)*

⁴³ A complementaridade e a articulação de políticas e ações é um indicador de que o gestor da prática tem preocupação em: (i) ampliar o alcance de sua intervenção; (ii) evitar a superposição de políticas e ações; (iii) combater o desperdício de recursos; e, (iv) potencializar as contribuições de outras ações promovendo sua complementaridade. Verifique, por exemplo, se após o Prêmio ODM a prática foi incorporada por algum órgão público, se foi feita uma nova parceria para a condução da prática ou se houve qualquer outro tipo de aproximação.

9.3 O Prêmio ODM contribuiu para o fortalecimento da prática premiada?

(Registrar a visão do entrevistado sobre as contribuições do Prêmio ODM para o fortalecimento da prática premiada)

Sim. Como?

Em parte. Por que?

Não. Por que?

Não sabe

10. Avanços, desafios e encaminhamentos

10.1 Registro dos pontos fortes da prática:

Pontos fortes no ano de premiação conforme relatório de visita técnica no ano de premiação	Observou-se em 2016, que os pontos fortes foram mantidos?			
	Sim	Não	Parcialmente	Não se aplica
<div style="border: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10.2 Foram incorporados outros pontos fortes? Se SIM, quais?

(Registrar o depoimento do entrevistado)

Não

Não sabe

10.3 Registro dos "pontos fracos" da prática:

Pontos fracos no ano de premiação conforme relatório de visita técnica no ano de premiação	Observou-se em 2016, que os "pontos fracos" foram superados?			
	Sim	Não	Parcialmente	Não se aplica
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10.4 Surgiram novos "pontos fracos"? Se SIM, quais?

(Registrar o depoimento do entrevistado)

Não

Não sabe

10.5 Como premiações, a exemplo do Prêmio ODM, podem contribuir para o enfrentamento das dificuldades mencionadas?

(Registrar o depoimento do entrevistado buscando extrair sugestões para novas premiações)

Não sabe

11. Futuras premiações

11.1 O Sr(a) possui informações sobre os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

(Identificar o nível de conhecimento do entrevistado sobre os ODS. Considere como conhecimento se ele não se surpreende com o termo e responde afirmativamente que sim. Se possível procure saber como tomou conhecimento ou se lembra de onde "ouviu falar").

Sim (tem conhecimento)

Em termos (ouviu falar)

Não

11.2 Se for instituído um Prêmio ODS, a organização se inscreveria novamente? Por que?

(Registrar o depoimento do entrevistado)

Sim

Não

Não sabe

Por que?

11.3 Qual a opinião da organização sobre os critérios de premiação adotados no Prêmio ODM?

(Assinalar a resposta do entrevistado e inserir no campo para "comentários" os argumentos que ele usou para justificar a resposta fornecida)

Critérios para premiação	Deve ser mantido	Deve ser eliminado	Deve ser repensado	Comentários (Justificar a resposta)
Contribuição para o alcance dos ODM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Impacto no público atendido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Participação da comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Existência de parcerias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Potencial de replicabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Complementaridade e/ou articulação com ações do poder público, da sociedade civil ou do setor produtivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

11.4 Quais as sugestões da organização para futuras premiações?

(Registrar o depoimento do entrevistado estimulando sugestões de novos critérios de inscrição, de premiação, de estratégias de divulgação, etc)

Não sabe

11.5 O entrevistado gostaria de fazer algum comentário adicional?

(Registrar o depoimento do entrevistado)

Não

Não sabe

11.6 Observações e comentários do entrevistador:

12. Informações complementares

12.1 Outras informações e observações pertinentes colhidas durante a visita que gostaria de registrar: